



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

MÔNICA ALVES DA FONSECA

**ARTICULAÇÕES ENTRE AS CATEGORIAS COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO,
TECNOLOGIAS E PROTAGONISMO SOCIAL: ANÁLISE SOB UMA ABORDAGEM
SOCIAL NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**VITÓRIA (ES),
2021**

MÔNICA ALVES DA FONSECA

**ARTICULAÇÕES ENTRE AS CATEGORIAS COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO,
TECNOLOGIAS E PROTAGONISMO SOCIAL: ANÁLISE SOB UMA ABORDAGEM
SOCIAL NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito
Santo (PPGCI/UFES) como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

**VITÓRIA (ES),
2021**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F676a Fonseca, Mônica Alves da, 1967-
Articulações entre as categorias competência em informação,
tecnologias e protagonismo social: : análise sob uma
abordagem social no campo da Ciência da Informação / Mônica
Alves da Fonseca. - 2021.
210 f. : il.

Orientadora: Lucileide Andrade de Lima do Nascimento.
Tese (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Letramento informacional. 2. Tecnologias da informação.
3. Pessoas socialmente excluídas. 4. Mediação. I. Nascimento,
Lucileide Andrade de Lima do. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III.
Título.

CDU: 001

MÔNICA ALVES DA FONSECA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 2: memória, representação e uso da informação.

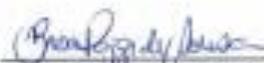
Aprovada em 07 de outubro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr^a. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr^a. Meri Nadia Marques Gerlin
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna



Prof^a. Dr^a. Brisa Pozzi de Sousa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Examinadora Externa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.289 de 30/08/2018, por
MERI NADIA MARQUES GERLIN - SIAPE 2499096
Departamento de Biblioteconomia - DB/CCJE
Em 06/11/2021 às 12:01

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/302712?tipoArquivo=0>

DEDICATÓRIA

A meu companheiro Eduardo Segóvia Chrisóstomo, com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre presente durante essa jornada.

A Lucileide Andrade de Lima do Nascimento pela sua dedicação e por ter me orientado com muita propriedade.

Ao apoio da minha família e também aos amigos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Sonha e serás livre de espírito...luta e serás livre na vida.

Che Guevara

RESUMO

Investiga as vinculações teórico-conceituais entre competência em informação e usos sociais de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para produção de protagonismo social de minorias sociais. Sob o paradigma social: a) caracteriza a emergência do termo mediação sob um viés social e suas vinculações com o paradigma social da informação; b) discute usos sociais e potenciais aplicações de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos processos de desenvolvimento de competência em informação para produção de protagonismo social; c) distingue modelos teóricos e metodologias de desenvolvimento de competência em informação que propiciam a produção de protagonismo social; d) caracteriza produção científica brasileira, no campo da Ciência da Informação, relacionada ao desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias, para produção de protagonismo social de minorias sociais. Considera como ambiente empírico de investigação da pesquisa a produção científica nacional em Ciência da Informação publicada nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib) durante o período de 2016 a 2019 tratando de competência em informação. Constitui a pesquisa como do tipo exploratória e utiliza a pesquisa bibliográfica como estratégia de produção de dados. Desenvolve revisão da literatura tratando de temáticas que se constituem como pano de fundo para constituição do marco teórico: os conceitos de informação e de conhecimento sob o paradigma social, a percepção do sujeito como social e revisão de abordagens sobre mediação e apropriação da informação na dinâmica social. Desdobra o marco teórico em três partes discutindo à luz da literatura os fundamentos teóricos da competência em informação, das vinculações com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para a produção de protagonismo social de minorias sociais. No desfecho da pesquisa bibliográfica constitui a caracterização de estudos e de práticas identificadas de desenvolvimento da competência em informação mediada por tecnologias para produção de protagonismo de minorias sociais, na amostra estratificada. Entre os Grupos temáticos de trabalho (GT) averiguamos que o GT 3 Mediação, Circulação e Apropriação da Informação agrupou o maior quantitativo dos estudos. Em seguida, foi o GT 2 Organização e Representação do Conhecimento concentrou. Foram identificados um total de 51 autores. A maioria (73%) representada por autoras e os demais (27%) por autores. Entre os públicos mencionados nos estudos, verificamos que as mulheres, as pessoas negras, quilombolas e pessoas trans foram amplamente contempladas nos estudos. Entre os grupos sociais mencionados como minorias sociais, foram listados: Adultos em processo de escolarização tardia e matriculados em turmas de Educação de Jovens e Adultos, quilombolas, alunos com deficiência, mulheres negras, deficiente visual, estudantes com deficiência no ensino superior.

Palavras-Chave: Usos sociais da informação. Mediação da informação. Minorias Sociais. Protagonismo social.

ABSTRACT

It investigates the theoretical-conceptual links between competence in information and the social uses of Information and Communication Technologies (TIC) to produce social protagonism by social minorities. Under the social paradigm: a) it characterizes the emergence of the term mediation under a social bias and its links with the social paradigm of information; b) discusses social uses and potential applications of Information and Communication Technologies (TIC) in the processes of developing information competence to produce social protagonism; c) distinguishes theoretical models and methodologies for the development of information competence that promote the production of social protagonism; d) characterizes Brazilian scientific production, in the field of Information Science, related to the development of information competence, mediated by technologies, for the production of social protagonism of social minorities. It considers as a research environment the national scientific production in Information Science, published in the annals of the National Meeting of Research and Graduate Studies in Information Science (Enancib) during the period from 2016 to 2019 dealing with information competence. It constitutes research as exploratory and uses bibliographic research as a data production strategy. It develops a literature review dealing with themes that constitute a background for the constitution of the theoretical framework: the concepts of information and knowledge under the social paradigm, the perception of the subject as social and a review of approaches on mediation and appropriation of information in the dynamics Social. It unfolds the theoretical framework in three parts, discussing considering the literature the theoretical foundations of competence in information, of the links with the Information and Communication Technologies (TIC) to produce social protagonism of social minorities. In the outcome of the bibliographic research, it hopes to characterize studies and practices identified for the development of information competence mediated by technologies to produce social minority protagonism, in the stratified sample. The outcome of the bibliographical research constitutes the characterization of studies and practices identified for the development of competence in information mediated by technologies for the production of protagonism of social minorities, in the stratified sample. Among the Thematic Working Groups (GT) we found that GT 3 Mediation, Circulation and Appropriation of Information grouped the largest number of studies. Then it was the GT 2 Organization and Representation of Knowledge concentrated. A total of 51 authors were identified. The majority (73%) represented by authors and the others (27%) by authors. Among the publics mentioned in the studies, we found that women, black people, quilombolas and trans people were widely covered in the studies. Among the social groups mentioned as social minorities, the following were listed: Adults in the process of late schooling and enrolled in Youth and Adult Education classes, quilombolas, students with disabilities, black women, visually impaired, students with disabilities in higher education.

Keywords: Social uses of information. Information mediation. Social Minorities. Social protagonism.

LISTA DE FIGURA, QUADROS E TABELAS

Figura 1	Categorias analíticas aplicadas	25
Quadro 1	Características metodológicas da pesquisa	22
Quadro 2	Procedimentos para realização do levantamento bibliográfico	23
Quadro 3	Categorias e autores pesquisados	26
Quadro 4	Diferenças entre TIC e novas TIC	65
Quadro 5	Lista de artigos por GT da Ancib	77
Quadro 6	Demandas (necessidades de informação	81
Quadro 7	Minorias e protagonismo social	82
Quadro 8	Competência em informação e minorias	83
Quadro 9	Uso de TIC durante a mediação	83
Quadro 10	Grupos sociais categorizados como minorias	85
Quadro 11	A perspectiva analítica orientada ao social e ao protagonismo social	88
Quadro 12	Profissionais e organizações envolvidos	91
Quadro 13	A Obra	92
Tabela 1	Levantamento bibliográfico nos Anais Enancib (período 2016 a 2019)	75
Tabela 2	Distribuição dos artigos entre os GT do Enancib	76
Tabela 3	Autores mais produtivos	79

LISTA DE SIGLAS

ACRL	Association of College and Research Libraries
ALA	American Library Association
ANCIB	Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
CBBB	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CoInfo	Competência em Informação
Enancib	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
ONG	Organização Não-Governamental
SI	Sociedade da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A EMERGÊNCIA DO TERMO MEDIAÇÃO SOB UM VIÉS SOCIAL E SUAS VINCULAÇÕES COM O PARADIGMA SOCIAL DA INFORMAÇÃO	25
2.1	Informação e conhecimento sob o paradigma social	26
2.2	A percepção do sujeito como social	28
2.3	Mediação e apropriação da informação na dinâmica social: revisando as abordagens	30
2.4	A Competência em Informação (CoInfo) como recurso de mediação da informação	37
3	MODELOS TEÓRICOS E METODOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO QUE PROPICIAM A PRODUÇÃO DE PROTAGONISMO SOCIAL	44
3.1	O estado da arte da competência em Informação no Brasil	48
<i>3.1.1</i>	<i>A emergência histórica da discussão no Brasil</i>	<i>49</i>
<i>3.1.2</i>	<i>As principais abordagens</i>	<i>55</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Abordagem social da competência em informação</i>	<i>58</i>
4	USOS SOCIAIS E POTENCIAIS APLICAÇÕES DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE PROTAGONISMO SOCIAL DE MINORIAS	61
4.1	Tecnologias e sociedade	61
4.2	As vinculações entre competência em informação e uso de tecnologias de informação e comunicação	67
4.3	Protagonismo social como produto da mediação	69
4.4	As minorias sociais como sujeitos sociais	71
4.5	Análise do objeto empírico: a produção científica sobre minorias sociais nos anais do Enancib	73
<i>4.5.1</i>	<i>Investigação das soluções</i>	<i>74</i>
<i>4.5.2</i>	<i>Análise quantitativa da documentação</i>	<i>75</i>
4.6	Produção da síntese integradora	94
<i>4.6.1</i>	<i>Competência em informação e minorias</i>	<i>94</i>
<i>4.6.2</i>	<i>Minorias e protagonismo social</i>	<i>95</i>
<i>4.6.3</i>	<i>Competência em informação e TIC</i>	<i>99</i>
<i>4.6.4</i>	<i>Análise geral e levantamento dos dados considerando a amostra pesquisada</i>	<i>105</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	115

APÊNDICES

APÊNDICE A – Fontes levantadas	127
APÊNDICE B – Perfil dos Autores	132
APÊNDICE C– Lista de autores, gênero, formação e campo de atuação	147
APÊNDICE D - Onde atuam os autores	151
APÊNDICE E – Competência em Informação e TIC	155

1 INTRODUÇÃO

O recorte temático desta pesquisa está situado na ambiência dos processos de mediação, sob as lentes teóricas do paradigma social no contexto da Ciência da Informação. Buscamos subsídios teórico-metodológicos para discutir as vinculações teórico-conceituais entre o desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias, para produção de protagonismo social. Para além, buscamos superar a perspectiva de pensar o problema situado apenas a partir da sua produtividade intrínseca, neste caso no campo da Ciência da Informação. Assim, na revisão de literatura optamos por constituir a emergência do conceito de mediação a partir de uma visão mais ampla, consideramos as Ciências Sociais como ponto de partida para constituir a noção do social (identificando as alegações de conhecimento socialmente construídas) e por consequência dos conceitos de mediação e de sujeito social (CRESWELL, 2007).

Tratamos da articulação de temáticas amplas em uma área que não apresenta consenso conceitual quanto ao seu objeto de estudo. A Ciência da Informação reconhece o termo informação como polissêmico e versátil (CAPURRO; HJORLAND, 2007; ARAÚJO, 2014). Quando discutimos usos sociais da informação e processos de mediação da informação identificamos a complexidade e polissemia que o termo informação produz nos diversos contextos de aplicação. Porém, conforme argumentado por Capurro e Hjørland (2007), o que distingue as diferentes teorias sobre informação não é o conceito em si, mas a natureza dos mecanismos de processamento dessa informação (a sociedade, a tecnologia, o ser humano) e os seus intérpretes. Nesta pesquisa o uso dos conceitos sistematizados encontra-se restrito à abordagem do paradigma social da informação como um esforço de regulação e delimitação da análise.

A temática usos sociais da informação foi articulada como um recurso reflexivo para constituir o enquadramento contextual para a análise empreendida. Sob a perspectiva da sociedade, observar processos de natureza informativa para produção de protagonismo social. Compreendemos que em uma sociedade são diversas as forças operando, tanto para homogeneização como para a diferenciação das transformações em curso, principalmente a partir das dimensões: espacial, social, econômica e político-institucional (LASTRES; ALBAGLI, 1999). Essas transformações ocorrem sob fortes conflitos e ambiguidades, podendo caminhar, dependendo do seu protagonista, para avançar o conhecimento produtor de oportunidades de desenvolvimento social e para garantia de direitos ou regredir favorecendo a expansão e o predomínio de interesses privados (NASCIMENTO, 2007). Nesse

sentido, é essencial conhecer as estruturas sociais para compreender a informação em sua potencialidade ou como uma força constitutiva dessa sociedade.

Justificativa

O recorte proposto levou em consideração a realidade circunscrita no Brasil, país repleto de contradições sociais, uma vez que a sociedade civil é assimétrica, tratando do uso de informação e representação na esfera pública, se comparada ao mercado ou ao aparato estatal, num *locus* onde a maioria da população não tem acesso pleno à informação e as minorias sociais são efetivamente pouco contempladas em suas demandas e direitos (MARQUES; PINHEIRO, 2011).

Tal proposta também foi formalizada por observar-se a necessidade de pesquisas no âmbito da Ciência da Informação, dirigidas às vinculações pragmáticas (reguladas pelo paradigma social) entre mediação da informação e protagonismo social, ou seja, potenciais vinculações entre usos sociais da informação para resistência emancipação, intervenção, empoderamento e participação dos sujeitos sociais, na sociedade, no mercado de trabalho, nas atividades culturais e políticas do país, objetivando uma melhor consciência social (de si e do outro) e uma melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido a relevância científica da pesquisa reside em sua condição de ampliar as pesquisas acadêmicas orientadas às minorias sociais e a oferta de serviços dirigidos as comunidades constituídas por minorias sociais. Uma lacuna já sinalizada por Jesus e Gomes (2018) de melhor reconhecimento da literatura resultante de pesquisas geradas a partir de estudos de mediação da informação em comunidades (classificadas como minorias sociais ou com alta vulnerabilidade social). As autoras analisaram anais do Encontro Nacional de Pesquisa em ciência da Informação (Enancib) na modalidade de comunicação oral e pôster, entre os anos de 2014 e 2017. Do total de trabalhos levantados apenas 7 publicações estavam relacionadas ao tema ambiente e grupos (tratando de minorias sociais) e efetivamente abordaram a temática mediação (JESUS; GOMES, 2018). A temática protagonismo entre minorias sociais demanda estudos mais detalhados e contínuos. Optamos por analisar os últimos 4 anos (2016 a 2019), excluído o ano de 2020 devido a pandemia que inviabilizou a edição do evento neste ano.

Desta forma, entendemos que o protagonismo deve ser defendido e estimulado, pois constitui uma maneira de ampliar a participação e o poder de decidir dos sujeitos sociais. O alcance de minorias sociais, em geral em vulnerabilidade social, pode ser potencializado com

a oferta de processos de mediação baseados em informação, nesta pesquisa buscamos uma análise sobre relatos de práticas de desenvolvimento de competência em informação dirigidas às minorias sociais, um recorte mais afunilado e complementar à questão.

Delimitação do problema de pesquisa

Durante o planejamento da pesquisa levantamos muitas questões a volta da tríade competência em informação, uso de tecnologias e protagonismo como: quando e sob que condições a tecnologia é boa? (como um esforço de reconhecimento do determinismo tecnológico, da hegemonia dos meios massivos de comunicação e dos seus limites), como efetivamente provocar protagonismos com ações e recursos de informação? Muitas vezes situados em instituições que, em sua grande parte, operam sob o paradigma físico da informação (priorizando os aspectos técnicos de transferência de informação), negligenciando as questões relevantes relativas à produção de sentido e, portanto, de conhecimento, questões pragmáticas típicas do paradigma social conforme já discutido por Araújo (2018). Também nos perguntamos sobre a identificação de ações situadas no espectro das pesquisas sobre competência em informação, como as práticas de competência em informação acontecem nos processos de mediação orientados às minorias sociais?

Os resultados de pesquisa realizada por Jesus e Gomes (2018) indicaram que, das sete (7) pesquisas identificadas nos anais do Enancib (de 2014 a 2017) tratando de minorias sociais, três (3) pesquisas ocorreram em comunidades rurais do Estado do Ceará, uma (1) ocorreu em João Pessoa (PB) numa Organização Não-Governamental (ONG), (1) desenvolveu discussão sobre organização de mulheres negras da Paraíba e duas (2) outras remeteram a espaços de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero (LGBT). Todas incluíram na discussão a temática mediação. Considerando este breve circunstanciamento delimitamos o seguinte problema de pesquisa: **Como o desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias, pode ser apropriado para produção de protagonismo social de minorias sociais?**

Reconhecemos que a temática proposta já tem sido alvo de estudos, mas o que representa a contribuição desta proposta de pesquisa é justamente o ambiente de estudo delimitado: um recorte situado no contexto dos estudos orientados ao desenvolvimento de competência em informação, analisado à luz do paradigma social, para melhor compreensão do que se denomina de ações de mediação para protagonismo social de minorias sociais.

Objetivo Geral

Investigar as vinculações teórico-conceituais entre competência em informação e usos sociais de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para produção de protagonismo social de minorias sociais.

Objetivos Específicos

Caracterizar a emergência do termo mediação sob um viés social e suas vinculações com o paradigma social da informação.

Discutir usos sociais e potenciais aplicações de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos processos de desenvolvimento de competência em informação para produção de protagonismo social.

Distinguir modelos teóricos e metodologias de desenvolvimento de competência em informação que propiciam a produção de protagonismo social.

Caracterizar a partir dos anais do Enancib (período de 2016 a 2019) a produção científica brasileira no campo da Ciência da Informação, relacionada ao desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias, para produção de protagonismo social de minorias sociais.

Inserção do tema no campo da CI

Esta pesquisa encontra-se inserida na linha 2 de pesquisa do PPGCI/UFES Memória, Representação e Informação. Trata-se de uma temática que em sua perspectiva geral apresenta imbricações com a linha 1 Cultura, Mediação e Uso da Informação. No recorte situado considerando as dimensões teóricas e epistemológicas que constituem a linha 2 de pesquisa abordamos: o eixo informação com enfoque nos respectivos usos sociais; políticas com foco no desenvolvimento de competência em informação como um recurso de mediação para protagonismo social; agentes discutindo atores/sujeitos envolvidos, modos de pensar constituindo a análise sob uma abordagem social.

Metodologia

Neste tópico descrevemos o enquadramento metodológico definido para condução da pesquisa proposta. Desdobramos este tópico em cinco seções tratando do ambiente de investigação, da escolha do método, dos componentes da pesquisa, da descrição de procedimentos da pesquisa bibliográfica e da definição dos critérios de validação da pesquisa.

Quando descrevemos os procedimentos metodológicos buscamos apresentar o plano constituído e os passos que desenvolvemos para alcançar os objetivos definidos. Delimitamos as opções teóricas essenciais que julgamos suficientes para conseguir responder ao problema de pesquisa selecionado.

Entendemos que a metodologia é uma forma de discurso que explicita as lentes teóricas com as quais conduziremos a pesquisa (LIMA; MIOTO, 2007). Propusemos um viés social para conduzir o olhar, neste sentido também implica considerar que o procedimento metodológico necessita acompanhar as implicações de tal perspectiva teórica ou de tal recurso para interpretação da realidade.

Ambiente de investigação

O recorte da pesquisa proposta está situado no contexto da produção científica nacional em Ciência da Informação sobre o tema competência em informação mediada por tecnologias, para produção de protagonismo social de minorias sociais. A discussão sobre competência em informação no Brasil tem avançado demonstrando o crescente interesse dos profissionais de informação.

A produção científica foi mapeada junto à literatura nacional especializada da área de Ciência da Informação. O recorte foi delimitado a partir da produção científica publicada no âmbito do evento produzido pela Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib) denominado Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib). Trata-se do maior e mais significativo evento nacional do campo produzido por uma entidade representativa que congrega praticamente quase todos os programas de pós-graduação em ciência da Informação no Brasil. Excelente representação da produção científica nacional vem sendo publicada e divulgada, ao longo das diversas edições desse evento.

A trajetória da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib) iniciou-se em 1989 durante o X Encontro Nacional de Cursos de Pós-

Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Nesta época, sob a presidência da Professora Dinah Aguiar Población foi aprovado o estatuto e a primeira diretoria da Ancib (FREIRE; ÁLVARES, 2013). Também integraram a diretoria,

Tânia Mara Botelho (Vice Presidente), da Universidade de Brasília; Aldo de Albuquerque Barreto (Secretário Geral), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Maria de Cléofas F. de Alencar (Secretária), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; e Johanna Wilhelmina Smit (Tesoureira), da Universidade de São Paulo. O Conselho Fiscal era formado por Wanda Paranhos, da Universidade Federal do Paraná, e Eduardo Wense Dias, da Universidade Federal de Minas Gerais (Membros Docentes), e Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, da Universidade Federal da Paraíba (Membro Discente) (FREIRE; ÁLVARES, 2013, p.3).

Desde então, a cada mandato ocorreram mudanças em relação a Diretoria e a Presidência. Neste contexto, destaca-se a presença da Universidade Católica de Campinas nos anos iniciais da Ancib, tendo participado por cinco vezes, nos sete anos de abrangência em relação aos três primeiros mandatos. Quanto à Presidência, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação e Tecnologia foi representado pelo pesquisador Aldo de Albuquerque Barreto – durante três mandatos, no período de 1997 a 2003 e a Universidade Federal da Paraíba, representada pelas docentes Joana Coeli Ribeiro Garcia – no período de 2009 a 2011 e Isa Maria Freire de 2001 a 2014. A Universidade de São Paulo (Dinah Aguiar Población) ocupou a Presidência por duas vezes em 1989 e 1993 e, por uma vez pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Solange Puntel Mostafa - 1994-1996), pela Universidade Federal de Minas Gerais (Regina Maria Marteleto – 2004-2005) e pela Universidade de Brasília (Marisa Bräscher Basílio Medeiros – 2006-2008). Outras instituições também fizeram presente nesse processo evolutivo da Ancib formando a base política e administrativa, permitindo o desenvolvimento de suas atividades ao longo de mais de três décadas. Dentre estas instituições, citam-se, Universidades Federais do Rio Grande de Sul e de Santa Catarina, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Piauí, Universidades Federais do Paraná e Fluminense (FREIRE; ÁLVARES, 2013).

Em 1992 por meio dos encontros realizados regularmente pela Ancib visando a divulgação da pesquisa em Ciência da Informação, foi criado oficialmente o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) que reúne os programas de Pós-graduação do país e, desde então, passou a ser constituído como o principal evento da área. Assim sendo, por orientação da professora Marlene de Oliveira na época, a Ancib passou a promover um encontro periódico de cunho científico. Em 1994, o Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais foi o primeiro que recebeu o ENANCIB (FREIRE; ÁLVARES, 2013).

Atualmente, o evento reúne onze grupos temáticos que direcionam-se tanto para as produções científicas dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, como também de outras áreas como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, Ciência da Computação, Análise de sistemas, História, entre outras, assim especificados (ANCIB, 2021):

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

GT 5 – Política e Economia da Informação

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

GT-8 – Informação e Tecnologia

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

GT 10 – Informação e Memória

GT 11 – Informação & Saúde

O ENANCIB é o maior evento técnico e científico do país voltado para a pesquisa e produção de conhecimento científico na área, cuja perspectiva é continuar o crescimento agregando ainda mais pesquisadores, compartilhando quantidades maiores de produção científica nos Encontros e desenvolvendo projetos que possam agregar e contribuir para a Ciência da Informação. Desse modo, elegeu uma amostra de estudo, a partir desse contexto, nos pareceu significativo e também representativo de tendências e/ou direções da pesquisa nacional sobre o tema delimitado. Não cabe aqui o esforço de generalizar, mas apenas explicitar a partir da amostra pesquisada as escolhas discursivas e de abordagem sobre a temática analisada.

A amostra foi delimitada com objetivo de caracterizar a partir de quatro edições dos anais do Enancib, compreendendo o período de 2016 a 2019, a produção científica brasileira no campo da Ciência da Informação, relacionada ao desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias, para produção de protagonismo social de minorias sociais.

Escolha do método

Como procedimento metodológico geral, optamos pela pesquisa do tipo exploratória. Considerando o processo de operacionalização da pesquisa utilizamos a pesquisa bibliográfica e um viés descritivo para a apresentação dos dados levantados.

A pesquisa exploratória busca padrões a partir da reunião de elementos como dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre uma questão problema ainda pouco explorada (MUELLER, 2007). Constitui um tipo de pesquisa que propicia um contato inicial com temas, sujeitos e fontes secundárias disponibilizadas, sendo recomendado o uso de procedimentos sistematizados (com os objetivos de pesquisa bem estruturados) durante a exploração das fontes, também porque constitui-se como uma pesquisa mais flexível, se comparada com as pesquisas descritivas ou explicativas, para permitir aproximações e aumentar a familiaridade com fenômenos pouco explorados ou conhecidos. Podem ser estruturados a partir de uma ótica objetiva ou subjetiva. Segundo Révillion (2003), a ótica objetiva utiliza métodos como o estudo de caso e grupos focais e a subjetiva comporta métodos como a etnografia e a fenomenologia.

Considerando o problema de pesquisa proposto elegemos a pesquisa exploratória para melhor constituir as ideias, propiciar familiaridade e melhor compreensão do problema, levantar pesquisas aproximadas e/ou semelhantes analisando os resultados obtidos, visualizar tendências no que couber e nortear a continuidade de estudos posteriores (RÉVILLION, 2003).

Estudos exploratórios ou descritivos quase sempre vêm acompanhados por pesquisas bibliográficas. As fontes bibliográficas constituem uma boa estratégia de aproximação com objetos pouco explorados possibilitando um alcance considerável de informações, a reunião de dados dispersos e uma melhor constituição do quadro conceitual e analítico do objeto estudado (LIMA; MIOTO, 2007). Nesse sentido, May (2004, p. 48) complementa a assertiva argumentando que “[...] as nossas descobertas sobre o mundo social são desprovidas de significado até que sejam situadas em um quadro teórico”.

Segundo Salvador (1986) uma vez constituído o projeto de pesquisa, a pesquisa bibliográfica sustentou outras três etapas subsequentes e interdependentes que são a investigação das soluções (coleta das fontes de evidências ou do material bibliográfico) com o levantamento da bibliografia e do conteúdo dessa bibliografia, a análise explicativa da documentação objetivando a explicação dos conteúdos e afirmações, e por fim, a produção da síntese integradora que é “[...] o produto final do processo de investigação, resultante da

análise e reflexão dos documentos (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41). Na pesquisa social existe uma relação constante entre pesquisa e teoria social significando que não se trata somente do que pesquisamos ou produzimos, mas como realizamos a pesquisa (MAY, 2004).

Componentes da pesquisa

Nesta seção tratamos de descrever as características metodológicas gerais que estruturaram a presente pesquisa.

Quadro 1 – Características metodológicas da pesquisa

Tema	As vinculações entre competência em informação, tecnologias e protagonismo social.
Problema	Como o desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias, pode ser apropriado para produção de protagonismo social de minorias sociais?
Fenômeno ou objeto a ser pesquisado	Produção científica brasileira sobre competência em informação dirigida às minorias sociais publicadas nos anais do Enancib nas edições de 2016 a 2019.
Abordagem	Mista.
Tipologia quanto ao método	Dedutivo.
Instrumentos ou fonte de evidências	Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) nas edições de 2016 a 2019.
Quanto aos objetivos da pesquisa	Exploratória.
Estratégia de produção dos dados	Pesquisa bibliográfica.
Foco	Produção científica nacional publicada nos anais do Enancib, no campo da Ciência da Informação sobre o desenvolvimento de competência em informação para produção de protagonismo entre minorias sociais.
Objeto empírico	Literatura científica nacional especializada no campo da Ciência da Informação sobre a articulação entre competência em informação e minorias sociais publicadas nos anais do Enancib nas edições de 2016 a 2019.
Que desdobramentos fundamentais a questão problema propicia?	
Objetivo geral	Investigar as vinculações teórico-conceituais entre competência em informação e usos sociais de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para produção de protagonismo social de comunidades e minorias sociais.
Objetivos específicos	Caracterizar a emergência do termo mediação sob um viés social e suas vinculações com o paradigma social da informação. Discutir usos sociais e potenciais aplicações de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos processos de desenvolvimento de competência em informação para produção de protagonismo social. Distinguir modelos teóricos e metodologias de desenvolvimento de competência em informação que propiciam a produção de protagonismo social.

	Caracterizar a partir dos anais do Enancib (período de 2016 a 2019) a produção científica brasileira no campo da Ciência da Informação, relacionada ao desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias, para produção de protagonismo social de minorias sociais.
Pressuposto fundamental	O desenvolvimento da competência em informação mediada por tecnologias objetivando a produção de protagonismo social de minorias sociais ainda é incipiente no âmbito da literatura especializada no campo da CI no Brasil, apesar de reconhecida nos fundamentos e princípios norteadores.

Fonte: produzido durante a elaboração da pesquisa.

Detalhamento da pesquisa bibliográfica

Durante a pesquisa buscamos explorar, a partir de pesquisa bibliográfica, a produção científica orientada aos processos de desenvolvimento de competência em informação, mediados por tecnologias, dirigida às minorias sociais para produção de protagonismo social. Em linhas gerais a atividade compreendeu a leitura geral do corpus de trabalhos selecionados, a partir de levantamento bibliográfico, para a análise.

A bibliografia levantada foi sistematizada para viabilizar as operações sucessivas de análise. Em seguida, iniciamos a exploração da bibliografia para levantamento das informações, descrição dos dados obtidos e posterior apresentação de soluções ou proposições. O referencial teórico foi instrumentalizado para dar suporte a discussão e às proposições levantadas.

A pesquisa bibliográfica foi constituída de três etapas: levantamento bibliográfico, teste para validar o roteiro de leitura e levantamento de informações, conforme Apêndice E (LIMA; MIOTO, 2007).

A etapa de coleta das fontes de evidências ou do material bibliográfico é denominada levantamento bibliográfico. Foi realizada considerando principalmente delimitações relacionadas ao tema, à língua, ao tipo de fonte e a cronologia. Apresentamos no Quadro 2 as definições orientadoras da pesquisa bibliográfica e dos procedimentos durante a etapa de levantamento bibliográfico.

Quadro 2 - Procedimentos para realização do levantamento bibliográfico

Procedimentos	Definições
1) Parâmetro temático - Definir terminologia padrão (descritores e palavras-chave) para orientar o levantamento bibliográfico.	Padrão: Competência em Informação. Outros termos correlatos: information literacy, competência informacional, alfabetização informacional, aprendizagem informacional, alfabetização em informação, letramento informacional, educação de usuários, literacia. Padrão: minorias sociais. Outros termos correlatos: grupos minoritários, índios ou indígenas, negros
2) Parâmetro linguístico –	Língua portuguesa

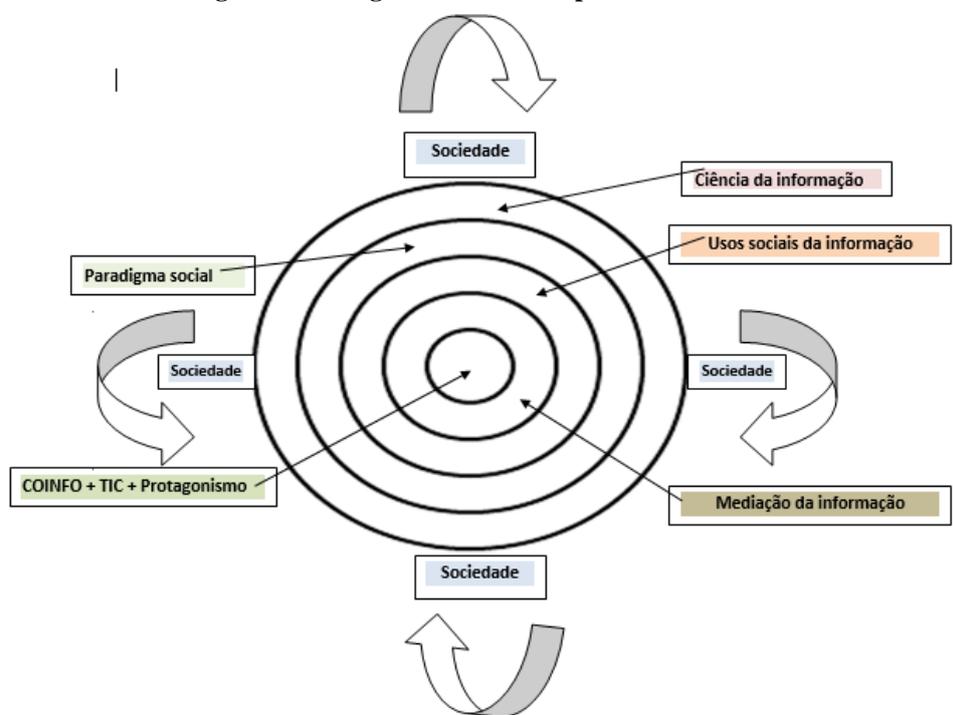
Definir idioma privilegiado.	
3) Selecionar as fontes de informação levantadas que conformarão a base bibliográfica do recorte submetido à análise.	Anais do Enancib nas edições de 2016 a 2019. Artigos ou pôsteres publicados nos anais do Enancib pelos grupos de trabalho que constituem as áreas de pesquisa privilegiadas pelo evento.
4) Parâmetro cronológico – delimitação do período a ser pesquisado	Edições de 2016 a 2019 dos anais do Enancib.
5) Realizar levantamento bibliográfico considerando: tipologias documentais privilegiadas, canais e fontes de informação selecionadas.	Canais para recuperação dos documentos levantados Anais Enancib 2016 < https://drive.google.com/file/d/0B7rxeg_cwHajMW9ZV0xFZHBhTnc/view > Anais Enancib 2017 http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/schedConf/presentations Anais Enancib 2018 http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/schedConf/presentations Anais Enancib 2019 https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/schedConf/presentations
6) Gerar bibliografia das fontes levantadas. Nesta etapa serão analisados os documentos recuperados quanto as características globais extrínsecas e intrínsecas (autoria, proveniência dos dados, responsabilidades, instituições envolvidas) e quanto ao seu conteúdo.	Critérios para levantamento dos dados e posterior análise. Caracterizar: a) Demandas (necessidades de informação) e Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas b) Uso de TIC durante a mediação c) Grupos sociais identificados como minorias sociais d) A perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo) e) Os profissionais e organizações envolvidas f) A obra (tema, objetivo e conceitos utilizados)
7) Elaborar o percurso de leitura da bibliografia levantada.	7.1 Leitura de reconhecimento do material levantado 7.2 Leitura exploratória para avaliar a disponibilidade e viabilidade dos dados nas fontes levantadas 7.3 Leitura seletiva para distinguir os itens de interesse 7.4 Leitura reflexiva ou crítica para retirar as informações a serem analisadas 7.5 Leitura interpretativa para interrelacionar as ideias dos autores com os interesses da pesquisa

2 A EMERGÊNCIA DO TERMO MEDIAÇÃO SOB UM VIÉS SOCIAL E SUAS VINCULAÇÕES COM O PARADIGMA SOCIAL DA INFORMAÇÃO

Constituímos esta etapa teórica da pesquisa considerando algumas categorias analíticas que subsidiaram a discussão e análise do problema delimitado. Do geral para o específico ambientamos a análise a partir do social. O ambiente social (sociedade) e o sujeito social definiram o ponto de partida da análise empreendida.

Dirigimos a partir dessa referencialidade o recorte no campo da Ciência da Informação, sob uma abordagem social ou a partir das lentes teóricas do paradigma social, conduzimos o olhar para usos sociais da informação e processos de mediação da informação. Especificamente delimitamos um recorte situado no vasto campo da mediação tratando de analisar as vinculações teórico-conceituais entre competência em informação e usos sociais de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para produção de protagonismo social de minorias sociais. De forma sintética representamos na Figura 1 a categorias analíticas desenvolvidas que subsidiaram a etapa analítica da pesquisa.

Figura 1 – Categorias analíticas aplicadas



Fonte: produzido durante a elaboração da pesquisa.

Apresentamos também no Quadro 3 as categorias e respectivos autores pesquisados.

Quadro 3 - Categorias e autores pesquisados

Bases teóricas	Base conceitual		Aplicações na pesquisa
Construto teórico	Categorias analíticas	Principais autores	
Paradigma social	Informação Usos sociais da informação Sujeito social	Araújo González de Gómez	Fundamentos contextuais da pesquisa e Capítulos teóricos
Mediação da informação	Práticas informacionais	Almeida Almeida Junior Davallon Gomes	
Competência em informação	Metodologias orientadas ao paradigma social	Belluzzo Simeão Gerlin	Capítulos teóricos e Análise empírica
Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)	Usos sociais de TIC	Gómez Mont	Capítulos teóricos
Protagonismo social	Minorias sociais	Gomes	Capítulos teóricos e Análise empírica

Fonte: produzido durante a elaboração da pesquisa.

2.1 Informação e conhecimento sob o paradigma social

Os conceitos de informação e de conhecimento apresentam múltiplas e interdisciplinares abordagens na sociedade contemporânea. No campo da Ciência da Informação é possível identificar definições, conceitos, classificações e teorias assumindo a responsabilidade de sistematizar ou definir informação e conhecimento (CAPURRO; HJORLAND 2007).

A noção de informação como fenômeno social caracteriza uma das vertentes teóricas da Ciência da Informação, de abordagem sociológica centrada nos processos sociais e culturais, que busca a análise da informação socialmente construída. Essa perspectiva sociológica, também denominada como paradigma social, reconhece a informação como um fenômeno histórico, social, cultural e pertencente à humanidade (ARAÚJO, 2001).

Sob um viés histórico os estudos produzidos pela Ciência da Informação delinearam pelo menos três modelos teóricos influenciados pelas dimensões objetiva, subjetiva e social como modo privilegiado de observação do fenômeno informação: o físico, o cognitivo e o sociológico. O modelo positivista, sob o paradigma físico, delineou uma primeira perspectiva sobre o fenômeno informação privilegiando aspectos físicos (observáveis e mensuráveis) da informação fundado numa perspectiva tecnológica e sistêmica de reconhecimento dos processos de organização da informação, relegando os aspectos semânticos e de eficácia (BEZERRA, 2019). Os estudos de Shannon e Weaver não somente nortearam as pesquisas e aplicações sob esse paradigma, mas prenunciaram a emergência da Ciência da Informação na década de 1960, conforme citado por Bezerra (2019). O modelo ou paradigma cognitivo, também classificado como um modelo mentalista ou subjetivo, está focalizado na interação (qualitativa) dos indivíduos com a informação e com os sistemas de informação privilegiando o comportamento informacional; e por fim, o modelo sociológico, como já sinalizado, que considera as práticas sociais como práticas informacionais (ARAÚJO, 2018).

Portanto, sob o paradigma social a informação é “[...] um operador de relação ou, ainda, um indicador de mediação que possibilita e é possibilitado pelas relações sociais” (ARAÚJO, 2001, p. 11). A informação é o conteúdo da nossa permuta com o mundo exterior e é a partir dela que constituímos a presente discussão. Sob a abordagem de Logan (2012), a informação ocupa papel central na modernidade e nesse século XXI em pelo menos quatro esferas de influência na vida social do homem: a biosfera (organismos vivos), a simbolosfera (linguagem, cultura e mente), a tecnosfera (tecnologia) e a econosfera (economia e governo).

A informação e o conhecimento podem então ser definidos como produtos sociais advindos das práticas discursivas nos modos de ser e nas relações sociais que os sujeitos estabelecem cotidianamente (NASCIMENTO; SUAIDEN, 2015). É o que conseguimos apreender pelos sentidos, pela cultura e meios de interação socialmente produzidos. Neste sentido, o conhecimento é o resultado da interação social e dos instrumentos utilizados para registro, acesso e processamento das informações anteriormente aceitos. Dinamicamente emergem novos formatos de construção da informação e do conhecimento e de expansão da memória cada vez mais mobilizadas pelas condições de interação, de intervenção, de expansão e de capilaridade propiciadas pelo ambiente web (GOMES, 2008; RABELLO, 2013).

A comunicação é o processo intermediário entre informação e conhecimento durante a interação sendo o vetor que possibilita, na relação, a troca de informações entre pessoas e a produção de conhecimento nos mais diversos níveis. Nesse processo ocorre a transferência de

informação caracterizada por conjuntos de ações apropriadas por grupos sociais ou instituições, em geral, para organizar ou implementar a comunicação da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1986). O agente deste vetor é o mediador que idealmente é o profissional da informação consciente da responsabilidade do seu papel. Enxerga-se, entretanto, tendência a reduzir a importância desse elemento humano crítico e consciente, ou mesmo de retirá-lo do cenário, substituindo-o por máquinas e programas de computador. Exemplos disso já existem como a empresa estadunidense *Narrative Science* que já atua no mercado de comunicação e jornalismo, coletando dados e produzindo matérias jornalísticas por meio de robôs, máquinas movidas por sofisticados softwares de inteligência artificial.

Os conceitos de informação e de conhecimento sob o paradigma social quando relacionados ao problema de pesquisa delimitado permitem uma leitura dos ambientes de informação a partir de sua atividade relacional. O social se concretiza nas relações estabelecidas de interação para produção de significado. A informação é o vínculo. Reconhecer o *socius* permite o reconhecimento do sujeito social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1986).

2.2 A percepção do sujeito como social

Na Ciência da Informação desde a sua emergência e em observação aos principais paradigmas identifica-se a presença e a posição dos sujeitos na relação com o fenômeno informação. Segundo Rabello (2013), esta relação sujeito-objeto pode ser concebida baseando-se em três dimensões particulares que singularizam esses principais paradigmas: objetiva, subjetiva e social.

O paradigma físico é reconhecido, por alguns estudiosos, como uma das bases da Ciência da Informação. Fundamentado epistemologicamente no contexto fisicista, centra-se em sistemas informatizados, sendo a informação conceituada de forma estritamente técnica, ou seja, uma informação mensurável que não necessariamente apresenta significância semântica (ALMEIDA JR; BORTOLIN, 2007). No paradigma físico, a informação é percebida como um fenômeno objetivo e o sujeito é parte e componente do sistema de transferência da informação, mas é percebido como um receptor passivo, um repositório ou um autômato do sistema de informação. A informação, enquanto objeto, está na centralidade e a mensagem comunicada é mais valorizada durante o processo de transferência porque busca-se velocidade, baixo custo e eficiência no seu transporte (RABELLO, 2013).

No paradigma cognitivo, a informação é percebida como um fenômeno subjetivo e resultante do efeito do dado na mente do sujeito. O sujeito é aquele que atribui sentido à informação sendo percebido essencialmente em sua “[...] singularidade cognitiva” (RABELLO, 2013, p. 59). Tal paradigma leva em conta a capacidade mental dos usuários, empregando enfoques cognitivos - centrados no processo de interpretação do indivíduo cognoscente em observância aos aspectos fenomenológicos e individuais visando incluir as dimensões semânticas e pragmáticas nos sistemas de recuperação da informação, com o propósito de permitir que as informações sejam melhor administradas a partir da análise de como são assimiladas pelos usuários. No entanto, essa perspectiva que ressalta o aspecto comportamental do sujeito não leva em conta o paradigma social no qual ele se encontra inserido. Por conseguinte, outras investigações deram enfoque para a visão sociocognitiva, contextualizando assim o terceiro paradigma contemporâneo, o social (ALMEIDA JR; BORTOLIN, 2007).

O paradigma social focaliza a recuperação dos elementos subjetivos dos sujeitos para definir os sistemas de recuperação levando em conta sua visão de mundo. Diante dessa premissa, a Ciência da Informação direciona-se para uma abordagem interpretativa focada no contexto social do sujeito, bem como no sistema de recuperação da informação (ALMEIDA JR; BORTOLIN, 2007). Desse modo, no paradigma social a informação é percebida como um fenômeno social ou pragmático e o sujeito é valorizado a partir do seu contexto sociocultural e da dimensão interacional com o fenômeno informação. Observa-se a dimensão informativa nos processos de interação. A atribuição de sentido ou de construção de conhecimento ocorre durante a interação em determinado contexto cultural, “[...] ou seja, para a sua atuação social no processo de produção e apropriação de informação e de conhecimento (RABELLO, 2013, p. 59).

Do ponto de vista sociológico que considera a ação compartilhada do sujeito em sociedade, cuja fundamentação pauta-se na teoria da ação social conforme propõe o sociólogo Max Weber, de certa forma influencia a concepção do sujeito como social. A referida teoria centra-se nos sujeitos sociais e em suas ações. A sociedade, sob essa perspectiva, não é vista como exterior ou superior ao sujeito, ao passo em que é formada de ações sociais mutuamente referidas. A ação nesse caso é entendida como individual, porém, orientada pela ação de outros sujeitos sociais, expressa de forma espontânea e/ou com sentido. Nota-se que essa interdependência demonstra que não é possível afirmar que toda ação é social, uma vez que somente assim será quando for compreensível em comparação às ações dos demais sujeitos. Relevante considerar que essas ações ocorrem entre sujeitos que se conhecem e/ou em

decorrência de uma pluralidade indeterminada e não conhecida de atores sociais (RABELLO, 2013). Portanto, o sujeito social é aquele capaz de agir e reagir com e em relação à ação do outro, orientando-se também aos interesses do coletivo (GOMES, 2017).

Considerando a dinamicidade com que podem despontar novas formas de construção da informação e do conhecimento, por sua vez nos parece natural reconhecer que, a noção de sujeito na Ciência da Informação potencialmente pode ser alargada diante da emergência de outros objetos de estudo. O profissional da informação é mediador e “[...] sujeito ativo no estabelecimento das condições da existência humana (GOMES, 2017, p. 41). Assim, o sujeito pode ser o profissional que gerencia ou faz uso da informação num sistema, o indivíduo que atua na validação, na produção de informação e conhecimento, e ao mesmo tempo, “[...] apropria-se dele e o dissemina em diferentes formas de interação e contextos” (RABELLO, 2013, p. 58).

Evolutivamente e de modo complementar a noção de sujeito vem consolidando-se. As contribuições de cada paradigma têm provocado revisões maduras dos construtos teóricos como suporte para as abordagens emergentes ou contemporâneas.

2.3 Mediação e apropriação da informação na dinâmica social: revisando as abordagens

Na alçada das Ciências Sociais a noção de mediação como uma perspectiva de análise significou um esforço de distanciamento do positivismo. As teorias sociais da segunda metade do século XX resgataram a raiz etimológica (semântica) a partir da qual se constituiu o conceito de mediação remetendo sua origem derivada dos termos *mediador* ou *mediación* (espanhol) e *broker*, *brokerage* ou *mediator* (inglês). Os verbos *mediation* (inglês) e *mediar* (espanhol) advém da palavra latina *mediare*, aplicada já no século XVI à figura de Cristo e na Idade Média a palavra *broker* designava os vendedores de vinho, posteriormente assumiu uma definição genérica para designar comerciantes ou vendedores (RECH, 2017).

Em ambos os termos, conforme apontam os estudos, percebe-se a ideia de vinculação de duas partes, seja para interceder, vincular ou representar interesses de uma ou outra parte, para facilitar a transação econômica ou a resolução de conflitos. Rech (2017) acrescenta que, para além dos estudos etimológicos do termo, foram classificados como primeiros modos de intermediação os contatos estabelecidos entre membros de diferentes clãs no período da Idade da Pedra. A noção de mediação avançou na produção científica do século XX reconhecendo-se o papel da mediação entre membros de uma sociedade que convivem em grupos sociais diferenciados, mas constituíram vínculos pela ação de intermediação de terceiros.

Gramsci ao constituir a ideia de intelectual orgânico estruturou propriedades e funções que, posteriormente, seriam atribuídas aos mediadores sociais (RECH, 2017; ALMEIDA, 2008). Muitos autores como Julian Steward, Redfield, Eric Wolf, em fases posteriores utilizaram o conceito de mediação social para explicar padrões de relações sociais, contradições e conflitos até constituir-se como uma categoria analítica. Na segunda metade do século XX o conceito continuou recebendo contribuições e enfoques analíticos propostos por Geertz, Giddens, Bordieu e Foucault. Em Latour, o conceito de *agência* contribuiu para ampliar o conceito de mediação social, percebido como o ato de mediar assumido como uma prática social que permite a recuperação da capacidade de *agência* do ator (RECH, 2017). O conceito, na década de 1980, já se evidenciou como polissêmico em macro e microesferas sociais e também em diversas áreas temáticas, incluindo a Ciência da Informação, sendo assumido a partir de muitas expressões: mediadores políticos, mediadores sociais, mediadores culturais, mediadores de informação, mediadores institucionais, dentre outros (RECH, 2017). Neste sentido podemos refletir que, no âmbito discursivo das Ciências Sociais, a noção de mediação parece perfilar a condição humana por constituir-se como uma condição constitutiva das práticas e fazeres e da própria vida social humana.

A discussão do conceito de mediação também já possui um *locus* privilegiado nos campos das Ciências da Comunicação e da Informação. Cada vez mais amplia-se entre os pesquisadores, segundo Davallon (2007), as análises e apropriações desse conceito. Nesse amplo processo de apropriação constata-se, a partir de estudo exploratório realizado pelo autor, os usos distanciados do estatuto científico que o termo pode atribuir, mesmo quando utilizado como um termo operatório; percebe-se também certos modismos ou arrastamentos em sua aplicação. Para o campo da Comunicação, foco principal da pesquisa de Davallon (2007), o desafio é de fato apreender, para além de sua pertinência e validade, se é possível tratar a discussão sobre mediação como uma nova concepção dos fatos da comunicação expandindo as definições tradicionais de comunicação como transmissão de informação, ou como interação social para uma outra via centrada na dimensão simbólica do processo.

Durante a pesquisa Davallon (2007) analisou um conjunto de textos da Ciência da Informação e da Comunicação distinguindo três modalidades de uso do termo: uso comum e incidente (usos sociopolíticos), uso como conceito operatório (abordagens teóricas do termo) e uso como objeto de análise e atribuição de definição (práticas sociais que o termo é capaz de designar). Vejamos mais detidamente essas modalidades de uso.

O uso comum e incidente ou usos sociopolíticos orienta-se: a) para a atribuição de um sentido de interposição para pôr em acordo partes diferentes pressupondo a existência de

conflito. Neste sentido o termo assume a noção de conciliação ou de reconciliação sendo especificamente aplicado nas questões relativas a procedimentos de mediação nas atividades profissionais ou em organizações (por exemplo, um papel de agentes ou organizações); b) para a ação de intermediário, sob o pressuposto de que a ação de intermediário é [...] produtora de qualquer coisa de mais, por exemplo de um estado mais satisfatório” (DAVALLON, 2007, p. 7), como a função de mediação dos meios de comunicação para ajudar a humanidade a se comunicar melhor, ou o papel do jornalista reelaborando o discurso do outro.

O uso como conceito operatório (abordagens teóricas do termo) é instrumental à caracterização ou análise de determinado processo. Os exemplos apontados remetem ao reconhecimento da função de mediação (o terceiro elemento na mediação) por um ator social: na mediação mediática (o jornalista), na mediação pedagógica (o pedagogo, educador ou instrutor), na mediação cultural (o agente cultural), na mediação da informação (o bibliotecário ou os profissionais da informação); como também os exemplos podem referir-se à mediação institucional tratando de representar organizações como atores e respectivas abordagens teóricas referindo-se às mediações sociais. Cita a discussão teórica constituída por Armand Mattelart tratando da dimensão política dos processos de mediação. Almeida (2008) acompanhando e ampliando o pensamento de Davallon (2007) cita também outros autores franceses como: a teoria das mediações de Régis Debray; Gellerau que discute a mediação como mediação social (relação com um sistema) ou como construção de sentido (processo interpretativo em si) e que implica a presença do terceiro elemento (para acompanhamento, controle e negociação); Bordeaux que propõe um modelo de mediação como evolução de outros dois modelos (o da transmissão e o da interação); Couzinet referindo-se a mediação como um processo histórico resultante da autonomização da Ciência da Informação; Hennion que propõe também uma sociologia das mediações como uma via interpretativa e de ruptura da relação dual indivíduo-sociedade sinalizando para a existência de um lugar de interrogação que não separa instrumentos, humanos ou coisas, mas que permite a percepção de papéis complementares e concorrentes entre ou durante a operação ou interação. Essas diferentes abordagens teóricas, de recorte francês, privilegiam segundo Almeida (2008, p. 13) “[...] uma análise relacional da cultura, do conhecimento, dos saberes, das informações científicas e dos bens culturais na sua aproximação com outros campos e atores sociais”. Davallon (2007) após a análise dos dados da pesquisa exploratória, nessa etapa tratando do uso do termo mediação como conceito operatório:

- 1) sinaliza a presença e importância do terceiro elemento como uma marca distintiva da mediação, e cuja ação revela quatro características: a) a ação produz um efeito sobre o destinatário (sujeito) da comunicação; b) o objeto, o ator ou a situação sofrem modificação decorrente da integração num outro contexto (o da mediação); c) o terceiro elemento (o mediador) seja humano ou dispositivo é sempre polêmico, em sua forma ou natureza; d) a ação (do mediador) sempre impacta o ambiente em que atua (ambiente social);
- 2) constata que a noção de mediação é tomada diante da necessidade de descrever uma ação capaz de transformar certa situação, e não uma simples ação e interação. Utiliza a hipótese de que o recurso à mediação ocorre quando acontece alguma falha durante os processos de comunicação (como transferência de informação ou como interação entre sujeitos) demandando assim, a presença, ou o recurso de ação de um terceiro elemento.

Uso como objeto de análise e atribuição de definição (refletindo práticas sociais que o termo é capaz de designar). Para exemplificar essa modalidade de uso do conceito de mediação Davallon (2007) analisou quatro abordagens sobre mediação constituídas por Lamizet, Caune, Quéré e Hennion, autores franceses, muito citados na literatura do campo da Comunicação, que explicitam uma teoria da mediação, ou ofertam um lugar central à mediação produzindo definições e/ou abordagens precisas e detalhadas. Sinteticamente descreve que Lamizet parte da linguagem e do sujeito, Caune parte do momento de instituição da cultura e Quéré situa a discussão a partir de uma antropologia do espaço público. Nas três abordagens Davallon (2007, p. 15) identificou

[...] (i) O emprego das mesmas componentes para definir a mediação: a intersubjectividade, a linguagem, o político. (ii) O princípio segundo o qual a comunicação social é um produto da mediação e não o inverso. (iii) E, acrescentaria eu: a mediação constrói-se em torno de um ponto de fuga – chamado exterioridade, neutro, negativo, conforme os casos – que intervém no processo de comunicação sem que aqueles que nele participam possam ter controle sobre ele. É, no fundo, o que designa, sob diversas modalidades, a figura do terceiro que Louis Quéré descreve enquanto terceiro simbolizante.

A obra de Bernard Lamizet contempla a proposta de um sistema teórico que destaca as relações entre mediação e comunicação fazendo distinções entre comunicação intersubjetiva e comunicação mediada (garantida por um meio de comunicação), a natureza do espaço da comunicação (simbólica, pública ou particular) e formas de expressão da mediação: uma palavra que se enuncia no espaço particular ou em nome de algo, no espaço público.

Destacadas as distinções, o autor define a mediação como uma instância de ordem metateórica construída “[...] entre os polos da linguagem e do político” (DAVALLON, 2007, p. 12). Assim, pode-se dizer que as mediações simbólicas da linguagem, da comunicação (no público) e as institucionais (das estratégias sociais) “[...] asseguram a dialética do singular e do coletivo (DAVALLON, 2007, p. 13).

Jean Caune desenvolveu a definição do conceito de mediação após a análise dos modos de mediação adotados pelas políticas culturais francesas desde o início da Quinta República, constituindo a análise a partir de um quadro social concreto. Basicamente identificou modalidades de mediação: mediação pelo contato (na década de 1960), mediação pela expressão (na década de 1970), mediação pela mediatização da arte (na década de 1980). A partir de tais referencialidades argumenta que a cultura é mediação (DAVALLON, 2007).

Louis Quéré constituiu uma abordagem fundada nas críticas às abordagens positivistas no âmbito da Comunicação por excluir a dimensão simbólica do processo de interação social, pois em sua percepção, o processo de interação é interação entre sujeitos mediatizada pelo simbólico. Refere-se às mediações simbólicas e técnicas (instrumentos técnicos, estratégias e tecnologias) nas mídias e de seus efeitos interventivos na sociedade (DAVALLON, 2007). Esse reconhecimento deixa latente que a mediação está diretamente conectada com o funcionamento simbólico da sociedade.

Hennion desenvolveu uma abordagem teórica propondo uma sociologia das mediações, aparentemente destoante dos demais autores analisados, segundo Davallon (2007), porque a definição de mediação se dá a conhecer mais implicitamente do que a partir de conceitos ou definições. Hennion estruturou a análise utilizando como objeto de estudo a paixão pela arte musical e, nesse contexto, utilizou como componentes as mediações técnicas e sociais que compõem o processo de interação (ou de uma relação) constituindo assim, na conclusão de Davallon (2007), uma abordagem que trata da mediação estética.

No campo da Ciência da Informação coletivos de pesquisadores propõem a análise da mediação da informação como um objeto ou núcleo epistemológico (FADEL et al., 2010; ALMEIDA JR; BORTOLIN, 2007). Almeida (2014) argumenta que as discussões sobre o tema são reconhecidas como necessárias, mas ainda ocorrem de forma embrionária. Gomes (2008) realizou estudo cientométrico das produções científicas de 2008 e 2009 publicadas nos anais (35 artigos) do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib) e de cinco importantes periódicos científicos brasileiros (de 2008 a 2010, 82 artigos) do campo da Ciência da Informação sobre tendências de pesquisa no Brasil sobre mediação, circulação e apropriação da informação. Os resultados também apontaram

para aumento de pesquisa sobre o tema e preferência para os seguintes eixos temáticos: mediação humana, cultural e tecnológica; geração, produção, comunicação e apropriação da informação; busca, acesso e uso da informação; linguagens, produção simbólica e memória; leitura; necessidades e comportamento informacional, competência em informação; redes e fluxos de informação e inclusão digital. Indicou o reconhecimento de zonas de interseção entre alguns eixos temáticos e conteúdo das áreas: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações, Produção e Comunicação da Informação em CT&I e Informação e Tecnologia representadas em três outros grupos de trabalho do Enancib.

Almeida (2008) também realizou revisão bibliográfica sobre o tema mediação utilizando a produção do Grupo de Trabalho Mediação, circulação e uso da informação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) com a finalidade de reconhecer as interseções, diálogos e problemáticas que envolvem o tema nos campos da Ciência da Informação e da Comunicação. No desfecho Almeida (2008) apresenta duas conclusões assemelhadas à pesquisa de Davallon (2007): a) que em ambos os campos o termo se apresenta polissêmico, pois os significados atribuídos são derivados do contexto em que foi utilizado remetendo às práticas culturais, de comunicação ou de informação aplicadas, ou seja, as aplicações do termo produziam um conceito plástico e expansível para dar conta de realidades muito diferentes, quando comparadas entre si; b) que as ações de mediação apresentam potencial de agregação de valor aos processos culturais, de informação e de comunicação, como já reconhecido por Davallon (2007). Especificamente, Almeida (2008) buscou esse potencial nos processos culturais envolvendo o uso de tecnologia como discutiremos mais adiante.

Na discussão até aqui empreendida podemos observar o caráter sociológico e simbólico do processo de mediação, como também, o enfoque sobre o efeito das novas tecnologias nas organizações e nas redes sociais. Esta percepção reafirma no processo de mediação uma dupla relação: com a técnica e com o elemento social, como já constatado pelos estudos nas Ciências Sociais, na Comunicação e na Ciência da Informação. Gomes (2019) amplia os elementos dessa relação indicando que o processo de mediação ocorre na interrelação dos elementos técnicos, humanos, ambientais e semiológicos. Constituídas algumas referencialidades históricas, passamos a discutir alguns conceitos e aplicações sobre o processo de mediação da informação.

Na interação o homem produz comunicação mediada pela língua, linguagem, escrita e documentos definindo seu acervo tecnológico. Esse acervo dinamiza os processos de comunicação oral, da escrita e os processos de leitura. Recursos tecnológicos para

transferência da informação (registro, acesso, disseminação, acervos, ambientes e mediadores) propiciam aos grupos sociais e organizações a promoção dos processos de comunicação da informação (GOMES, 2008; 2019). Dessa forma fica evidenciada a natureza social da informação resultante da interação e de um processo dialógico para construção de sentido (que ocorre durante a mediação), conforme argumentado por Gomes (2019, p. 14) e que implica em “[...] várias ações de mediação, e dentre elas a própria mediação da informação” que pode ser realizada por ambientes, ações, agentes, conteúdos, recursos tecnológicos, objetos articulados durante o processo de comunicação.

Trata-se de um processo pelo qual o sujeito social, ou o profissional de informação, interfere, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, singularmente ou coletivamente, plena ou parcialmente no campo dialógico do tipo: informação - comunicação - conhecimento e ao fazê-lo, desenvolve ações de informação movido por demandas informacionais individuais e sociais (ALMEIDA JR; BORTOLIN, 2007).

Segundo Almeida Jr e Bortolin (2007) o processo de mediação da informação no âmbito dos serviços de informação pode ser dividido em: mediação explícita e implícita. A mediação explícita ocorre nas atividades fins dos equipamentos informacionais como Serviço de Informação e Referência e a mediação implícita ocorre nas atividades meio como as atividades de aquisição, de processamento técnico, de conservação, dentre outras. Por isso mesmo, as ações de mediação não são neutras ou imparciais, significam sempre uma interferência, exigem o posicionamento dos sujeitos. Os protagonismos são produzidos pelos sujeitos em interação no processo de mediação, o nível de intencionalidade e de consciência do mediador é definidor do seu papel como protagonista ou não (GOMES, 2014). Considerando a promoção de processos de mediação para produção de protagonismo social Gomes (2019) indica que sua efetividade depende da articulação de cinco dimensões: dialógica, estética, ética, formativa e política da mediação da informação. Depreende-se que a ação de mediar na realidade representa ações de interação intencionais, explícitas e implícitas ligadas ao movimento da vida na dinâmica social.

A *dialogia* é uma das dimensões do processo de mediação para protagonismo porque se constitui no caminho possível para a prática da mediação, para a constituição de uma zona ou de um espaço de aproximação capaz de potencializar a produção de conhecimento e de saberes entre os sujeitos (GOMES, 2014). A mediação da informação propicia a constituição da crítica e da observação dos limites, das incertezas e das lacunas dos conhecimentos. A natureza social da informação também é fruto dessa dialogia que retroalimenta o processo de produção e de comunicação da informação.

O autoconhecimento advindo da crítica permite a constituição de estratégias de superação e “[...] do encontro com o prazer estético, no reconhecimento da beleza do conhecimento, da apropriação e da geração do conhecimento [...]” (GOMES, 2018, p. 57) delineando assim a dimensão *estética*. A dimensão *ética* manifesta-se no reconhecimento do outro, do meio ou contexto em alteridade. “O profissional da mediação da informação age, constrói e interfere no meio, portanto, é também um protagonista social, e nessa condição se constitui em sujeito da *estética*, da *ética* e da produção humanizadora do mundo” (GOMES, 2018, p. 47).

A dimensão formativa emerge pelo caráter de formação que qualquer atividade humana possui. No movimento ações são realizadas, inventadas e reinventadas afetando e sendo afetadas pelos seus sujeitos. As dimensões *estética*, *formativa* e *ética* são mais evidenciadas nos processos de formação de usuários (GOMES, 2018). A dimensão *política* percebe os sujeitos como agentes políticos que, pela ação e experiência consciente, podem transformar a si, o outro e o meio em vivem.

2.4 A Competência em Informação (CoInfo) como recurso de mediação da informação

Vitorino e Piantola (2009) ponderam que a CoInfo não incide somente sobre as necessidades dos profissionais que atuam direta ou indiretamente com dados, informação e conhecimento, mas também sobre o cidadão comum, impondo a este a necessidade de incorporar habilidades e atitudes relacionadas à busca, acesso, avaliação, seleção, recuperação e uso da informação para a construção de conhecimento e sua aplicação em variados contextos da vida cotidiana. De acordo com Limberg et al. (2012) o termo CoInfo está intimamente relacionado as competências particularmente importantes na sociedade contemporânea e ligadas ao desenvolvimento contínuo de tecnologias da informação e do conhecimento (TIC). Refere-se, portanto, a adoção de um comportamento apropriado para obter informações, juntamente com uma consciência crítica do sujeito quanto a importância do uso ético e legal da informação na sociedade e que, cada vez mais, vem sendo disponibilizada e mediada a partir de TIC.

Abels et al. (2003) preconizam que o conceito de CoInfo está relacionada ao conhecimento dos recursos informacionais, ao acesso a esses recursos, às tecnologias e à administração deles, bem como, às habilidades para usar esse conhecimento nas mais variadas situações sociais, acadêmicas e/ou ocupacionais. A *Association of College and Research Libraries*, uma divisão da *American Library Association (ALA)* ampliou definição do termo e

também reforçou que a CoInfo, além de habilidades cognitivas quanto a interpretação da informação, requer também as habilidades relacionadas à capacidade da pessoa em saber lidar com os recursos tecnológicos, ou seja, competências quanto ao uso de informação mediadas por tecnologias da informação e da comunicação significando competências de natureza digital; competências no uso de computadores; competências na apropriação e uso de múltiplas tecnologias; múltiplas competências articuladas; novas competências relacionadas às tecnologias de ponta ou emergentes. Essa nova concepção demonstra as implicações da CoInfo na sociedade como um todo. *A American Library Association* (©2000) acrescenta que um indivíduo competente em informação é capaz de:

- a) Determinar a extensão da informação necessária;
- b) Acessar as informações necessárias de forma efetiva e eficiente;
- c) Avaliar as informações e sua fonte criticamente;
- d) Incorporar a informação selecionada em sua base de conhecimentos;
- e) Usar a informação de maneira eficaz para atingir um objetivo específico e
- f) Compreender o contexto econômico, legal e social quanto ao acesso e uso da informação, dentro dos preceitos éticos e legais.

Diante desse contexto, Santos et al., (2014) definiram a CoInfo como o conjunto de atributos indispensáveis para que o indivíduo possa usar, de modo eficiente e eficaz, as informações registradas nos diversos tipos de documentos. Os atributos, que possibilitarão a esse indivíduo uma atuação ativa na sociedade, são: mobilização e combinação de conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (querer fazer). Dudziak (2001) também entende a CoInfo como “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessárias à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida” (DUDZIAK, 2001, p. 43). Beluzzo (2007) acrescenta outros fatores que determinam essa competência: motivação, atitudes, emoções e demais componentes sociais que, cotidianamente mobilizam o sujeito contemporâneo para uma ação eficiente e eficaz na condução da vida social.

Tais habilidades informacionais são indispensáveis ao desenvolvimento do protagonismo social, uma vez que este, segundo Perrotti (2017, p.15) significa uma “[...] luta como tarefa existencial [...]”, resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afetam a todos. Para o engajamento em tal luta, faz-se necessário que os sujeitos estejam munidos da CoInfo, entendida nesse contexto como instrumento de poder.

Outrossim, o cidadão que lida de maneira eficiente e eficaz com a dinâmica e o fluxo das informações na ambiência da sociedade pode reforçar a sua identidade e acumular poder. Sem tal empoderamento os sujeitos ver-se-ão mais inaptos para desempenhar protagonismo social e, conseqüentemente, para exercer plenamente a cidadania. Diante dessa concepção, a noção de CoInfo perpassa a definição de simples “[...] aquisição de um conjunto de habilidades e chega a se caracterizar como requisito para a participação dos indivíduos neste novo contexto social, baseado no uso intensivo de informação e conhecimento” (MELLO; ARAÚJO, 2007, p. 188).

Desse modo, do ponto de vista epistemológico, percebe-se que às implicações da CoInfo vem acompanhando o processo de evolução e mudança histórica do contexto social ou do social, no âmbito da Ciência da Informação. Nota-se que do foco centrado no profissional da informação, para os processos de habilidades cognitivas, transcendeu-se para uma abordagem social (CASTRO JÚNIOR, 2018). Belluzzo (2007), de forma pragmática, compreende a CoInfo sob duas vertentes: a primeira vertente refere-se a certo domínio de saberes e habilidades para intervenção prática na realidade; a segunda vertente remete à construção de uma visão crítica sobre o reconhecimento dos limites e do alcance das ações empreendidas frente aos compromissos com as necessidades e demandas sociais do mundo da vida.

Portanto, a perspectiva social da CoInfo não se concentra tão somente na aquisição individual ou no uso de habilidades, mas nas maneiras como as pessoas usam a informação na vida cotidiana. A CoInfo encontra solo fértil no ambiente da tradição humanista, na medida em que explora as dimensões do homem e sua relação com o mundo mediado por informação. O desenvolvimento da CoInfo diz respeito a geração de conhecimentos, habilidades e atitudes que somente fazem sentido às pessoas no contexto das relações sociais, culturais, econômicas, entre outras (CASTRO JÚNIOR, 2018).

Dudziak (2006) acrescenta que a CoInfo, em um nível superior, mais do que uma soma de atributos, é um processo que conduz à inclusão social por meio da mobilização adequada de conteúdos inter-relacionados que são conhecimentos, habilidades e atitudes direcionadas à atuação dos sujeitos. De acordo com Gomes e Dumont (2015), situar a CoInfo no contextual social atual é entender também que, as diferenças entre países pobres e ricos, por exemplo, não são estabelecidas tão somente pelo nível de industrialização, mas, sobretudo, são instituídas pela capacidade de produzir informação e concomitantemente, garantir aos sujeitos o uso adequado dessa informação para geração de conhecimento que lhe permita a efetiva participação social.

Sob esse mesmo enfoque, Azevedo e Ogécime (2020, p.7) reforçam que nas sociedades em que a informação ganha valor estratégico, a CoInfo assume um atributo determinístico, se considerado como um "[...] farol da sociedade da informação". Consolida um peso relativo nas relações entre política, cultura e economia para transformação social, idealizando os caminhos para o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade.

Campello (2003) complementa que a CoInfo configura-se como um espaço que traz consigo oportunidades para que sejam discutidas e analisadas diversas situações de desigualdade social e econômica de um país, desde que, os cidadãos enquanto sujeitos sociais, estejam unidos e preparados para lidar com o acúmulo de informação, ou seja, sejam competentes em informação.

Seguindo esta linha, é substancial focar que os usuários da informação são sujeitos de direito inseridos em uma mesma sociedade, porém, integrados em realidades distintas. No entanto, a CoInfo deve ser considerada ferramenta emancipatória e de inclusão social e, portanto, extensiva a todos os sujeitos para consciente atuação nas atividades políticas do país, objetivando melhor consciência social (de si e do outro) e uma melhoria na sua qualidade de vida.

Nesta ambiência, Belluzzo (2018) enfatiza que, ao longo dos anos, a CoInfo ganhou espaço em diversos manifestos e declarações nacionais e internacionais que a preconizam como direito humano básico e pré-requisito para que os sujeitos possam participar de modo efetivo na sociedade utilizando a informação de maneira crítica, reflexiva e responsável.

Na cidade de Praga, República Tcheca, em 2003 foi publicada a Declaração de Praga elencando a CoInfo como chave para o desenvolvimento social, cultural e econômico de nações e comunidades, instituições e indivíduos do século XXI e declarou sua aquisição como parte do direito humano básico da aprendizagem ao longo da vida (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017). Nesse mesmo ano, a Declaração de Princípios de Genebra adotada pelos governos de vários países, com contribuições significativas da sociedade civil, foi publicada com a seguinte redação em seu art. 1º:

Declaramos nosso desejo e compromisso comuns de construir uma sociedade da informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, onde todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informações e conhecimentos, permitindo que indivíduos, comunidades e povos atinjam todo o seu potencial na promoção de seu desenvolvimento sustentável e na melhoria de sua qualidade de vida, respeitando e cumprindo plenamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos (WSIS apud DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 217).

Posteriormente, em 2005 no Egito, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou a Declaração de Alexandria destacando a CoInfo como essencial para que os indivíduos possam atingir objetivos pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. As habilidades em informação são necessárias para que as pessoas sejam aprendizes ao longo da vida. Preconizou também a CoInfo como um direito humano básico, voltada para a promoção e inclusão social em todas as nações, reforçando o seu papel na construção de sociedades inclusivas, pluralistas, equitativas e participativas (UNESCO, 2008).

No Brasil, a Declaração de Maceió (2011) pontua que o país está imerso em uma sociedade que é mediada pela informação, embora, vive diante da escassez de recursos para garantir aos cidadãos brasileiros o acesso, uso, avaliação dessas informações, sendo indispensável levar em conta tais fatores para garantir o atendimento de toda a demanda em relação aos direitos de exercer a cidadania de forma plena e igualitária. Diante dessa realidade, faz-se indispensável promover a formação para o desenvolvimento da CoInfo para atender essas lacunas existentes. Neste cenário de tendências e evoluções, é importante que a sociedade brasileira (re)conheça que as bibliotecas e demais instituições associadas com a informação, são condizentes e apoiam as iniciativas voltadas para a melhoria dos processos educacionais de todos os cidadãos brasileiros, formação para o desenvolvimento humano e profissional, bem como, tarefas que fomentem e incentivem a leitura, na tentativa de promover a cidadania e o aprendizado ao longo da vida. Acrescenta ainda que tanto as bibliotecas quanto as demais instituições associadas com a informação, devem primar pelo estabelecimento de parcerias visando a formulação e implantação de ações e políticas públicas envolvendo o sistema de educação superior. Outro ponto relevante é que para a capacitação inicial dos usuários da informação, a biblioteca escolar deve ser vista como o centro de recursos para a aprendizagem e o desenvolvimento da CoInfo. As instituições de ensino na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação também devem incluir a CoInfo no projeto político pedagógico.

Alinhando-se a temática, Cavalcante (2006) afirma que a CoInfo é componente de um processo construído em conjunto com educadores e instituições de ensino. Tal competência ajuda-os a alcançar as suas metas no sentido de formar indivíduos e fomentar o seu desenvolvimento como profissionais e cidadãos, pois “é algo trabalhado continuamente, observando, interpretando, compartilhando, questionando, elaborando críticas, hipóteses e explicações” (CAVALCANTE, 2006, p.57).

Ainda sobre a CoInfo na abordagem social, a Declaração de Moscou em 2012

destacou a importância da CoInfo na melhoria da qualidade de vida humana, no desenvolvimento sustentável do país e na governança e cidadania proativas particularmente nesta era digital em que vivemos, em que a disponibilidade dos recursos de informação expandiu vertiginosamente, como as tecnologias de comunicação, e também convergiram e se tornaram interativos com os usuários (HORTON JUNIOR, 2013).

Outra ação que reforça a relevância da CoInfo no cenário brasileiro foi o Manifesto de Florianópolis (2013) sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias que preconiza a responsabilidade das organizações públicas e governamentais, as instituições representativas de classe, os profissionais da informação e organizações particulares, quanto as ações destinadas para a institucionalização da CoInfo. O Manifesto defende que os bibliotecários e profissionais de áreas afins, acreditam que a CoInfo é um fator que condiciona o desenvolvimento nas ambiências sociais, culturais e econômica do país e, desse modo, precisa ser dada atenção primordial quanto a mobilização da Sociedade Civil e Órgãos Governamentais quanto a sua inclusão nos atos democráticos e exercício pleno da cidadania. Ressalta ainda que o Brasil precisa de forma urgente fazer uma (re)avaliação de suas políticas direcionadas para as minorias, entendidas como os cidadãos que estão em situação de discriminação, intolerância e fragilidade e, portanto, vivem de modo desigual e desvantajoso na sociedade contemporânea, sobretudo, quanto aos aspectos pertinentes ao acesso e uso da informação para que tenham condições de construir sua identidade, seus próprios conhecimentos, enquanto sujeitos autônomos no intuito de participar de forma efetiva da inclusão social. Nesse sentido, a CoInfo deve ser entendida como um direito fundamental da pessoa humana, que constitui a sua própria essência, logo, é indispensável para a sua sobrevivência.

Também no Brasil, a Carta de Marília (2014) é considerada como o terceiro marco histórico em relação a construção da CoInfo no cenário social brasileiro. Explana a relevância da implantação de políticas públicas que possam impulsionar e consolidar a CoInfo no país; bem como, a ação de instituições formadoras em diversas áreas, atuações e níveis de ensino, que precisam estar articuladas com a inserção da CoInfo nas diretrizes curriculares, nos projetos políticos pedagógicos das escolas, abordando o tema de forma transversal e interdisciplinar. Somam-se a esses fatores, a necessidade de fomentar a criação de repositórios, a nível nacional e também regional, que estimulem a produção científica, acadêmica, experiências, vivências e fóruns de discussão. É imprescindível também que sejam desenvolvidos programas que primem pela formação e capacitação continuada contribuindo para o processo de inclusão social no país (BELLUZZO, 2018).

Diante desses manifestos nacionais e internacionais, não é de surpreender que a CoInfo tenha sido uma preocupação crescente nas últimas duas décadas, com muitos países através de instituições governamentais, educacionais e políticas endossando-a como requisito indispensável e essencial para a inclusão dos sujeitos na Sociedade da Informação.

Entende-se, portanto, que agir com responsabilidade social significa operar de modo ético, político e responsável ante os constantes desafios (e ambiguidades) inerentes às questões de informação. Assim, o desenvolvimento de competências em informação constitui ação socialmente justa dos modernos profissionais da informação, na medida em que o uso eficiente e crítico das informações se torna uma habilidade necessária para a inclusão social dos cidadãos contemporâneos (SERAFIM; FREIRE, 2012, p. 169).

De modo geral, é preciso considerar que a CoInfo encontra-se embasada de um lado, como direito humano e ferramenta de emancipação, de cidadania – indispensável para a efetiva participação social, e por outro lado, calcada no contexto técnico, no que diz respeito ao domínio dos recursos informacionais e da informação propriamente dita para a geração de conhecimentos e a capacidade de resolver problemas (VITORINO, 2018).

Seguindo essa perspectiva, ao abordar a CoInfo relacionando-a a abordagem social, a intenção foi preconizar a informação em favor do desenvolvimento e formação do sujeito social, crítico, reflexivo e criativo que precisa ser visto e entendido em termos de suas necessidades na Sociedade da Informação e dentro de uma referência de direitos humanos e inclusão social. Outrossim, posicionando o indivíduo no centro desse processo, a CoInfo volta-se para a formação do sujeito, procurando capacitá-lo a usar a informação e fazendo-o conhecer os suportes em que a informação encontra-se disponível para que esta possa ser localizada, selecionada e utilizada (MATA, 2010).

Até aqui, abordamos o conceito de competência em informação. O segundo conceito a ser apresentado é o de **tecnologia**. Para tanto, optamos por fazer uma abordagem consoante com a evolução da palavra, utilizando os termos técnica, *thechné* e tecnologia.

3 MODELOS TEÓRICOS E METODOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO QUE PROPICIAM A PRODUÇÃO DE PROTAGONISMO SOCIAL

Todo estudo que pretende revelar as tendências atuais das pesquisas sobre determinada temática, de modo específico neste estudo, a CoInfo, deve preceder a análise do núcleo fundador da frente de pesquisa selecionada. Em decorrência disso, conhecer a origem e a evolução do conceito de *information literacy* é primordial para a construção da perspectiva teórica em questão (DUDZIAK, 2010). Salientamos como pano de fundo o desenvolvimento das diferentes civilizações e sociedades, intimamente ligado ao progresso, aos avanços científicos e às inovações tecnológicas ao longo das décadas. Efetivamente produziram impactos significativos na produção de bens e serviços, como também, nas inter-relações sociais como um todo. Nesse cenário, o aumento do acesso e uso das informações evoluiu e vem transformando sociedades e culturas, colaborando para a transição da Sociedade Industrial para uma potencial Sociedade da Informação.

A ideia de uma Sociedade da Informação em seus primórdios baseia-se no trabalho de Brzezinski e Daniel Bell. Apesar do valor das ideias de Brzezinski, quem realmente se esforçou para desenvolver trabalhos relacionados à geração de uma nova sociedade que baseasse sua produtividade em informações codificadas foi Daniel Bell. As discussões acerca da Sociedade da Informação tiveram um crescimento considerável na década de 1970. O sociólogo Castells na década de 1990 foi quem explanou as evidências acerca de uma sociedade interconectada aos sistemas de informação e comunicação e os seus reflexos na economia e no convívio em sociedade, nesse período a informação e o conhecimento passaram a ser considerados recursos estratégicos e transformadores da sociedade (GÓMEZ MONT, 2002).

Destaca-se ainda a influência do pensador crítico, marxista e sociólogo belga Armand Mattelart que trouxe a reflexão do conceito de globalização, visando compreender como ocorreu o processo que culminou com a criação do termo sociedade da informação. Mattelart desenvolveu estudos sistemáticos acerca da informação e comunicação, esmiuçando epistemologicamente sobre os termos e expressões empregados pela ciência, de modo específico pelas áreas de informação e comunicação. Dentre esses estudos, História da Sociedade da Informação refere-se a uma obra em que Mattelart faz uma análise sobre como a expressão sociedade da informação começou a ser empregada nas narrativas, tendo em vista que foi introduzida como promessa para reorganizar o mundo, e desde então vem sendo empregada amplamente pelos governos e também nas discussões científicas, porém sem

embasamento sobre as suas origens (MONTEIRO; ALMEIDA JR, 2021). Ademais, o autor também trouxe reflexões críticas acerca da ciência da informação, vista por ele nos termos regime de informação e competência em informação (BEZERRA et al., 2019).

No seu significado mais convencional, o termo informação no contexto de Competência em Informação (CoInfo) remete a fontes de informação (principalmente textuais) publicadas em formato impresso ou digital. No entanto, não é significativo restringir as informações apenas ao texto (LIMBERG et al., 2012). A análise conceitual clássica de Buckland (1991) faz uma distinção entre informação como processo (a atividade de informar ou ser informado), informação como conhecimento (aquilo que é transmitido através do processo) e informação como coisa (entidade física). Essa classificação sugere que a informação tem várias dimensões, encontra-se relacionada e/ou incorporada em atividades específicas, refere-se ao conteúdo além de apresentar forma e existência materiais.

Em consonância com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, a informação científica e tecnológica refere-se aos “[...] elementos simbólicos empregados para comunicar o conhecimento científico e técnico, independente da sua natureza (numérica, textual, figurativa, etc.), dos suportes materiais, das formas de apresentação, etc.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.81). Logo, informação e conhecimento produzidos pela ciência são utilizados por aportes tecnológicos para geração de produtos e processos de utilidade social. Nesse contexto, “[...] as bibliotecas e os serviços de informação atuam como mediadores deste sistema, viabilizando a disseminação do conhecimento gerado, e em última análise, a evolução das ciências e das sociedades” (NAVES, 1998, p.16).

Até a década de 1970, a formação de usuários em relação ao uso das fontes de informação praticamente não existia nas bibliotecas das escolas americanas, sendo estes ambientes caracterizadas como locais de estudo para alunos, cabendo aos bibliotecários realizar apenas o serviço de referência (CAMPELLO, 2003). Em fase posterior, foi constituindo-se uma visão das bibliotecas como locais para auxiliar as pessoas a aprender como identificar, descrever e articular de maneira eficaz e eficiente a obtenção de informações úteis. Nesse contexto, por muitos anos, expressões como treinamento de usuários, formação, instrução de usuários, instrução bibliográfica, desenvolvimento de habilidades informacionais, passaram a ser utilizadas demonstrando uma evolução da concepção dos fatores relacionados ao ensino/aprendizado e à informação (CAREGNATO, 2000).

Desse modo, as mudanças, sobretudo, aquelas associadas à Sociedade da Informação, implicaram de forma significativa a atuação do bibliotecário. Essa concepção levantou muitos questionamentos sobre a função desse profissional e da biblioteca frente aos ambientes

marcados por constantes mudanças e com expectativas voltadas para a educação. Revelava-se o entendimento de que as bibliotecas, na sua função de repositório de cultura ou local de desenvolvimento da apreciação da leitura literária, atrelado ao seu papel relevante, eram também capazes de atender as demandas indispensáveis para a participação dos indivíduos na sociedade da informação (CAMPELLO, 2003).

As transformações técnico-científicas impostas pela Sociedade da Informação e as novas exigências em relação ao papel do bibliotecário, suscitaram percepções que evocaram a noção de competência em informação (BELLUZZO, 2010). O conceito de competência pode ser entendido como o conjunto de habilidades necessárias para que sejam atendidas demandas individuais e, principalmente, sociais relacionadas a capacidade de aplicar e fazer uso inteligente e adequado do conhecimento adquirido (BELLUZZO, 2007). Neste contexto, é preciso considerar que o termo competência e habilidades intelectuais são frequentemente usados de forma intercambiável. No entanto, como um conceito mais amplo, a competência não se limita a elementos cognitivos (envolvendo o uso de teoria, conceito ou conhecimento tácito); também abrange aspectos funcionais (envolvendo habilidades técnicas), bem como, habilidades interpessoais (por exemplo, habilidades sociais ou organizacionais) e valores éticos. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) uma competência só pode ser observada dentro de uma determinada situação e contexto. No entanto, pode ser aprimorada ao longo da vida e localizada em um continuum que varia de simples a complexo. O conjunto de competências inclui resultados observáveis sobre o que as pessoas sabem, o que as elas fazem e como elas usam seu potencial (UNESCO, 2008).

De acordo com Carvalho (2008, p.17), “[...] os bibliotecários devem atuar utilizando sua competência profissional no sentido de educar os usuários, para que estes desenvolvam as competências em informação”. Miranda (2004, p.119) aponta que: “Educar a si próprio e educar os outros para a sociedade da informação é um dos grandes desafios para o profissional da informação, e um passo importante para a formação da cultura informacional na sociedade [brasileira]”.

Conforme Vitorino (2008) a formação contínua do profissional da informação tem potencialidade para amplificar a presença e efeito das ações educativas orientadas a formação de competências. Durante a sua formação profissional, o bibliotecário precisa capacitar-se à utilização das fontes de informação disponíveis, estejam estas em quaisquer formatos e meios, incluindo impressos e multimídia. É necessário que esse profissional esteja preparado para seleção, aquisição, tratamento, disseminação, e, quando necessário, recuperação da

informação. É esse cabedal de conhecimento que faz com que o bibliotecário seja o profissional ideal para trabalhar na formação de habilidades relacionadas ao processo de uso das fontes de informação (MATA; CASARIN 2010). Dudziak (2008, p.50) pontua que a competência em informação “[...] enquanto prática, precisa ser disseminada primariamente entre os profissionais da informação, de modo que, a partir daí, possa atingir as práticas sociais”.

No entanto, foi na década de 1970 que surgiu um movimento liderado por bibliotecários americanos acerca do desenvolvimento de competência em informação, cujo marco histórico deu-se através da expressão *information literacy* cunhada em 1974 por Paul Zurkowski, presidente da Associação da Indústria da Informação dos Estados Unidos que elaborou o conceito além do significado tradicional de biblioteconomia, usado na época no final dos anos 1960 (SERAFIM; FREIRE, 2012). Zurkowski aplicou a definição do termo em seu próprio campo de atuação, partindo da premissa que pessoas precisavam ser treinadas para o uso dos recursos de informação em seu próprio ambiente trabalho. Enfatizou ainda que o governo americano deveria investir na formação da população em *information literacy*, para que as pessoas pudessem utilizar a gama de produtos de informação que eram comercializados pelo setor (BELLUZZO, 2018).

Nesse período, identificou-se a necessidade de um conceito que valorizasse o aprendizado de como cristalizar e articular as informações necessárias para resolver um problema ou tomar uma decisão, de maneiras facilmente pesquisáveis e recuperáveis, e então aprender a procurar e recuperar eficientemente as informações necessárias. Portanto, a primeira instância do uso do termo é de Zurkowski, sobre as necessidades de competências na vida profissional nos negócios e na indústria nos EUA (LIMBERG et al., 2012).

Contrapondo as ideias de Zurkowski, a década de 1976 foi considerada o segundo momento da construção inicial do que seria *information literacy*, quando um novo significado foi estabelecido através das ideias de Hamelink e Owens – que situaram o termo como ferramenta relacionada à cidadania (DUDZIAK, 2003). Com isso, a expressão *information literacy* passou a indicar a necessidade da formação de cidadãos competentes no uso da informação, em condições de tomar decisões pautadas na responsabilidade social (CAMPELLO, 2003). As informações começam a ganhar valores significativos para diversos contextos e os usuários dessa nova configuração deixam de ser apenas sujeitos passivos e se tornam ativamente envolvidos no processo de construção da informação e, portanto, do conhecimento. Preconiza-se assim a informação como fenômeno social fundamentada no entendimento de que os sujeitos devem construir relações significativamente estruturadas,

com base em suas interações e ações socialmente compartilhadas, associadas a práticas de informação, como mecanismos para desenvolver suas habilidades em lidar com informações (AZEVEDO et al., 2010).

Diante dessa nova percepção, a partir da década 1990 o uso do termo *information literacy* intensificou-se com a ampliação da pesquisa e produção literária sobre o assunto, identificando-se publicações explicitando possibilidades de aplicação, variedades de contextos e processos orientados à busca, acesso e uso da informação. No contexto norte-americano a discussão de competência emergiu na ambiência da indústria, de forma mais funcional e pragmática, porém, evolutivamente consolidou-se pelas colaborações na construção da cidadania (CORRÊA; CASTRO JÚNIOR, 2018).

3.1 O estado da arte da competência em Informação no Brasil

No contexto brasileiro, Beluzzo (2018) situa a *information literacy* ou competência em informação (CoInfo), também denominada de competência informacional, dentre outras expressões e/ou termos no espectro de fatores que compõem o cenário da Sociedade da Informação e do Conhecimento, considerando-a também um pré-requisito para participar efetivamente da Sociedade da Informação e faz parte do direito humano básico da aprendizagem ao longo da vida. A CoInfo abrange o conhecimento das preocupações e necessidades de informações e a capacidade de identificar, localizar, avaliar, organizar e efetivamente criar, usar e comunicar informação para abordar questões ou problemas em questão.

No entanto, Dudziak (2010) ressalta que no Brasil, a tradução do termo *information literacy* ainda suscita discussão e não há conformidade. Dentre bibliotecários e pesquisadores, alguns utilizam o termo alfabetização informacional, outra parcela utiliza letramento informacional e, muitos utilizam competência informacional. Posto que, no cenário nacional, a alfabetização tem suas características associadas de forma significativa as etapas iniciais da educação, enquanto a literacia e o letramento relacionam-se predominantemente ao universo das palavras, logo, é preciso refletir sobre a terminologia mais adequada e representativa. Dessa forma, a tradução do termo cujo significado refere-se à competência informacional ou competência em informação parece ser a melhor opção, pelo fato do significado ser mais abrangente, bem aceito e valorizado na área educacional e também nos currículos profissionais. Indivíduos competentes em informação são aqueles que estão familiarizados com as mídias de informação, tais como, TV, revistas, jornais, internet, entre outras. Tem

também conhecimento do universo da informação, do acesso as redes de informação e das estruturas de comunicação (DUDZIAK, 2010).

Almeida (2014) ressalta que diversamente de décadas passadas período no qual bibliotecários realizavam parcial ou totalmente o processo de busca, nota-se que os usuários atuais, integrados aos avanços das TICs, têm se tornado cada vez mais autônomos nessa atividade. Na atualidade, para fomento dessa prática, tem sido creditado ao bibliotecário a função de mediador para aquisição de saberes informacionais. Neste cenário, as diversas compreensões da competência em informação estão associadas às relações entre informação, conhecimento e aprendizado com a participação do bibliotecário como agente mediador perpassando cada uma delas. Entende-se que o papel do bibliotecário em relação ao letramento e à competência em informação, tendo como *locus* a biblioteca como espaço educativo e de alta circulação de informações necessita da gestão do conhecimento para otimizar os mecanismos de apropriação da informação e também da aprendizagem dos usuários.

A partir do quadro evolutivo das pesquisas sobre *information literacy*, os resultados no estudo de Almeida (2014) acerca da produção nacional indicaram que há crescente empenho dos profissionais de informação sobre CoInfo, com elevado aumento na década atual. De acordo com Beluzzo (2017), diante da relevância das informações e do conhecimento na atualidade, em consonância com a intensificação do processo evolutivo e de mudança da sociedade e de suas tecnologias, justifica-se o crescimento de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e instituições em todo o mundo quanto à necessidade da CoInfo nos mais diversificados contextos. No entanto, no Brasil essa área ainda requer a realização sistemática de pesquisas e estudos que sejam capazes de ampliar a discussão e a construção da base teórica e de soluções práticas para o desenvolvimento efetivo da CoInfo.

3.1.1 A emergência histórica da discussão no Brasil

Desde os anos de 1990, o movimento da *information literacy* disseminou-se em centenas de países, impulsionando a produtividade científica (DUDZIAK, 2010). Para lidar com os desafios inerentes a oferta em larga escala de informações que refletem transformações consideráveis nas relações sociais, o conceito matricial de *information literacy*, em suas variadas interpretações, perpassou do *locus* americano para outros cenários nacionais. Essa transposição de barreiras nacionais do conceito é oriundo de pesquisas técnico-científicas que resultaram: na elaboração de modelos de CoInfo; no acordo de ideias e

conceitos entre profissionais e pesquisadores; e na forma de documentos e declarações promulgadas por esses países. Como efeito ampliou-se o diálogo entre Educação e Ciência da Informação e as abordagens científicas acerca da CoInfo produzindo-se critérios necessários às mudanças, reformulações e novas elaborações relacionadas à temática (SIMEÃO; COSTA, 2016).

Apesar desse movimento existir mundialmente desde a década de 1974, no contexto brasileiro as discussões, de natureza científica e sistemática da temática, foram iniciadas somente no ano de 2000 (SIMEÃO; COSTA, 2016). No país, o marco teórico da tradução do termo *information literacy* foi inicialmente apresentado por Caregnato (2000) como alfabetização informacional, quando propôs a expansão do conceito de educação de usuários e postulou que as bibliotecas universitárias precisavam se preparar para oferecer aos seus usuários possibilidades de desenvolvimento das habilidades informacionais necessárias para a interação no ambiente digital. Neste mesmo ano, Dudziak, Gabriel e Villela (2000) também fizeram menção ao movimento com embasamento no mesmo termo. Em 2002, Hatschbach apresentou em sua dissertação de mestrado a expressão *information literacy* utilizando o conceito original em língua inglesa (VITORINO; PIANTOLA, 2020).

Em 2003, Dudziak não se limitou a terminologias e também empregou *information literacy* em seu conceito original na língua inglesa. Porém, destacou a expressão CoInfo para caracterizar o conjunto de habilidades, conhecimentos, atitudes e valores relacionados à informação. No percurso acerca da busca de um termo que fosse adequado ao Brasil, a CoInfo foi a opção escolhida pela maioria dos estudos. Em 2003, Campello apresentou a tradução de *information literacy* como competência informacional na perspectiva da biblioteca escolar (BRITO; LUCCA, 2018). O trabalho de Campello é considerado um dos pioneiros e mais relevantes sobre a temática no Brasil, a autora corrobora que *information literacy* tem origem nos Estados Unidos e preconiza a luta dos bibliotecários americanos para ampliar as suas ações nas instituições educacionais. Campello acrescentou ainda que a CoInfo desenvolve-se levando em conta quatro aspectos: “[...] a) a sociedade da informação; b) as teorias educacionais construtivistas; c) as tecnologias da informação e da comunicação (TIC); e d) o profissional da informação (neste caso, o bibliotecário)” (VITORINO; PIANTOLA, 2020, p. 66).

Belluzzo em 2004 ampliou o conceito *information literacy* ao traduzi-lo para a expressão competência em informação correlacionando-a à aprendizagem e à capacidade de gerar significado a partir da informação numa concepção contínua e formativa. Esta autora conferiu à competência em informação novos paradigmas educacionais, ressaltando a

necessidade da aprendizagem abarcar habilidades e conhecimentos, dimensionando-os a política da educação, bem como a sua abrangência social. Dando sequência aos estudos, Silva em 2005, dissertou em seu trabalho Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania a temática *information literacy* a partir de outras expressões encontradas da Ciência da Informação e em áreas correlacionadas, tais como ética e cidadania revelando importantes aspectos acerca da CoInfo (SIMEÃO; COSTA, 2016).

Leite et al. (2016) em seu trabalho sobre o cenário e perspectiva da produção científica da CoInfo no Brasil, no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), destacaram que a partir de 2009 houve um aumento considerável de trabalhos sobre a temática publicados no Enancib, ressaltando que os ambientes mais utilizados para a aplicação de metodologias são as bibliotecas.

Neste cenário, é possível observar que a CoInfo ganhou representatividade também por meio da divulgação de manifestos e declarações que caracterizam-se como “[...] pré-requisito educativo para o desenvolvimento, inovação e inclusão social mediante o uso crítico, reflexivo e responsável da informação” (BELUZZO, 2020, p.19). Em 2011 durante o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB) realizado em Maceió, Alagoas, foi produzida a Declaração de Maceió sobre Competência em Informação, documento que promove o movimento no Brasil com o apoio das seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade de Brasília (UnB) e Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). Dentre as deliberações propostas encontra-se enfatizado o papel das bibliotecas e demais unidades de informação diante da Sociedade da Informação, preconizando a importância do desenvolvimento da melhoria da educação, da aprendizagem, da leitura e da formação de seus profissionais. Aponta também que os recursos tecnológicos presentes na sociedade não são suficientes para que as pessoas possam acessar a informação para atender as suas necessidades de cidadania. Portanto, a formação com base da CoInfo é indispensável para promover o desenvolvimento dos indivíduos (DECLARAÇÃO, 2011).

O Manifesto de Florianópolis (2013) é originário do II Seminário Competência em Informação: Cenários e Tendências, que ocorreu durante o XXV CBBB e destaca o papel das bibliotecas e dos bibliotecários nesse contexto. Reitera também a importância de estreitar a relação entre a CoInfo com as necessidades de grupos em vulnerabilidade social e minorias, por considerar um fenômeno de cunho cultural que gera a capacidade de acessar e usar a

informação, focada na aprendizagem ao longo da vida e o efetivo exercício de cidadania. Reconhece ainda que as responsabilidades e as ações a serem empreendidas para a consecução dos direitos no que tange à informação e conhecimento, são definidas em responsabilidades e ações dos profissionais de biblioteconomia e áreas afins, do movimento associativo/órgãos representativos de classe, das instituições públicas/governamentais e das instituições privadas.

Destaca-se também a Carta de Marília (2014) documentada a partir do III Seminário de Competência em Informação: Cenários e Tendências, em Marília (SP) momento em que os participantes do evento reforçaram a importância da implantação de políticas públicas para ampliar e consolidar a CoInfo no país, os centros formadores em diversas vertentes, níveis e contextos educacionais devem promover ações para facilitar a inserção da CoInfo nas diretrizes curriculares nacionais e projetos políticos pedagógicos de maneira transversal e interdisciplinar, o estímulo a consolidação da CoInfo também requer a criação de repositórios tanto a nível nacional quanto regional que abarquem toda a produção de trabalhos científicos, acadêmicos, bem como, de relatos de experiências, fóruns de discussão, redes de unidades de informação que provam a capacitação continuada e contribuam para a inclusão social no Brasil, faz-se necessário também promover a realização de eventos que apoiem o movimento como foco estratégico para o desenvolvimento social e humano.

Desde então, aliado ao interesse de pesquisadores pelo assunto, percebe-se o crescimento e perspectivas de um futuro próspero para a realização de estudos, pesquisas e para a efetivação da CoInfo no Brasil. No entanto, as diversas terminologias empregadas nos textos e na indexação dos estudos, traziam confusões na utilização dos termos, muitas vezes impossibilitando comparar as experiências de maneira precisa. Além disso, a diversidade das expressões para um assunto relevante, atrativo e multidisciplinar, limita a consolidação e visibilidade da temática no território nacional (LEITE et al., 2016).

Diante desse contexto, em 2013 a UNESCO recomendou que o termo traduzido para a língua portuguesa fosse empregado no Brasil como CoInfo (BRITO; LUCCA, 2018). Leite et al. (2016) concordaram que foi coerente adotar uma terminologia para consolidar o vocabulário e também evitar a ocorrência de conflitos terminológicos no diálogo com áreas como educação, comunicação, computação, entre outras. Peres et al. (2019) enfatizam que é no cerne da biblioteconomia, e também da comunicação e da computação que as informações são trabalhadas cientificamente. É através da comunicação que se torna possível promover o desenvolvimento das habilidades que tornam os sujeitos capazes de analisar criticamente e reconhecer a necessidade de informação pública, utilizá-la nas áreas educacionais, conhecer e

aprimorar o entendimento sobre políticas públicas, bem como, diferenciar e utilizar os variados tipos de recursos em práticas de pesquisa e CoInfo.

Desse modo, independente das expressões para representar o movimento, de acordo com Brito; Lucca (2018) a CoInfo foi inserida na ambiência da Biblioteconomia e, por conseguinte, no espaço das bibliotecas e outras unidades de informação. Trata-se de um movimento correlacionado à função educativa das bibliotecas, expressando a importância da função do bibliotecário em promover a educação dos usuários da CoInfo, pautada em desafios informacionais, experiências significantes e produtivas. Assim sendo, o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso, acesso, comunicação da informação se constitui elemento fundamental na promoção de uma sociedade inclusiva nos aspectos sociais e digitais (BRITO; LUCCA, 2018).

Ressalta-se também que várias pesquisas e projetos nacionais continuaram a ser desenvolvidos “[...] por instituições, pesquisadores e profissionais da informação sobre a CoInfo, propiciando a efetiva consolidação da temática no atual cenário social do país” (BELUZZO, 2020, p. 20). Cita-se o trabalho de revisão da literatura intitulado A Competência em Informação no Brasil: cenários e espectros, de autoria de Belluzzo, publicado no ano de 2018 pela ABECIN em forma de E-Book, focaliza o estado da arte entre 2000 e 2016. Observa-se também crescimento de eventos a respeito da temática, resultado de diálogos, opiniões, discussões, busca, aprendizado e troca de experiências práticas vivenciadas por profissionais da Biblioteconomia, Ciência da Informação no país e as áreas correlatas. Relevante pontuar que a ANCIB desde 2014 vem promovendo o Seminário de Competência em Informação, como ação integrada ao Pós-ENANCIB, junto com o IBICT-MCTIC, UNESP e UnB visando a criação de um ambiente para debater, refletir, discutir, analisar e compartilhar experiências práticas acerca do movimento e a sua integração com as Redes de Conhecimento que são desenvolvidas por estudiosos da área da Ciência da Informação no Brasil, reforçando a importância da articulação entre pesquisadores e instituições, para que a CoInfo seja consolidada no país (BELUZZO et al., 2020).

Importante contribuição foi promovida pela ação integrada entre a Rede Cariniana e o Projeto Brasília 2060, que propõe diretrizes para implantação de políticas em repositórios de documentos científicos na ambiência do IBICT (MCTIC). Em seguida, foi criada Biblioteca Virtual da CoInfo (IBICTMCTIC) na tentativa de possibilitar a sistematização e o armazenamento de estudos e pesquisas científicas na área (BELUZZO et al., 2020).

Em 2019 destaca-se a realização do I Seminário Internacional de CoInfo (I SEICIn) e do III Seminário de Pesquisas e Práticas sobre CoInfo em Santa Catarina (III SEPCIn) - este

já ocorre no Brasil desde 2012. O evento foi organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo propósito foi promover a disseminação de pesquisas e fortalecer a CoInfo no cenário catarinense, no Brasil e também internacionalmente. Com esse mesmo propósito, em 2020 a FEBAB criou um grupo de trabalho visando promover e fomentar a CoInfo por meio de eventos que realiza no país desde 2003, tais como seminários, palestras, cursos, workshops, entre outros. Esses eventos têm como foco criar ações estratégicas para o fortalecimento de uma rede colaborativa para atuar no trabalho de conscientização, na promoção e no desenvolvimento da CoInfo no cenário nacional (BELUZZO et al., 2020).

Atualmente, o estado da arte da CoInfo no Brasil segundo preconiza Beluzzo (2017, p. 47) visa a sua aplicabilidade “[...] enquanto um tema que atua transversalmente em articulações com áreas estratégicas de ensino e aprendizagem, da pesquisa, inovação, desenvolvimento social e da construção do conhecimento para o exercício da cidadania”. De acordo com Dudziak (2010) faz-se necessário otimizar a visibilidade das pesquisas e estudos brasileiros, de modo a dimensionar a realidade científica da temática discutida no território nacional. Nessa discussão, Leite et al. (2016) acrescentam que não é através de poucos trabalhos que será possível sensibilizar as autoridades governamentais e a sociedade civil organizada quanto a importância de disseminar a CoInfo no país. É necessário fortalecer a rede responsável pela divulgação de trabalhos já publicados e aqueles que estão em curso, na tentativa de promover maior visibilidade da temática e sua inserção nas ações e políticas públicas.

Para Belluzzo (2018, p.56),

[...] a CoInfo é um fator crítico e condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil na contemporaneidade e, portanto, merece a atenção primária no que tange à mobilização da Sociedade Civil organizada e dos Órgãos Governamentais para a sua integração às ações de democracia e exercício pleno da cidadania, sendo o seu desenvolvimento priorizado para grupos /comunidades considerados como populações vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, portadores de deficiências etc.).

Nesse sentido, sinaliza-se a necessidade de ampliar a CoInfo, sobretudo, para aquelas pessoas que encontram-se em situação de desvantagem e desigualdade social, de modo específico quanto aos aspectos relacionados “[...] ao acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva inclusão social” (BELLUZZO, 2018, p. 56).

3.1.2 As principais abordagens

Na Idade Média, surgiu inicialmente uma abordagem jurídica atribuída a competência, na qual era considerada uma faculdade atribuída a um indivíduo e/ou empresa para analisar e julgar determinadas questões, ou seja, a capacidade do indivíduo em executar determinada tarefa (VITORINO; PIANTOLA, 2020). Posteriormente, competência foi sendo reconhecida socialmente como a capacidade de uma pessoa em analisar e emitir opiniões a respeito de um assunto. No transcorrer dos anos, a ênfase passou a ser na construção da cidadania e da educação. Na sociedade contemporânea, são várias as abordagens cognitivas e tecnológicas em diversas áreas de aplicação, com “[...] elementos que ora se aproximam, ora se afastam, tornando-os, por vezes, semelhantes ou complementares” (CORRÊA; CASTRO JÚNOR, 2018, p.36).

Sobre a natureza multifacetada dos termos competência e CoInfo, Vitorino; Piantola (2020) salientam que na sociedade atual, o que se busca é uma abordagem que perpassa o significado simplista de competência, correlacionando-a de modo direto e concreto à contribuição de cada indivíduo com o seu próprio desenvolvimento pessoal. Logo, é preciso estudá-la na perspectiva de suas dimensões e a partir da realidade vivida por esse indivíduo. Mata (2021) com base em perspectivas teóricas de vários pesquisadores, afirma que a CoInfo pode ser entendida por três vieses. O primeiro trata-se da CoInfo como um “[...] conjunto de conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (saber agir) no que tange ao universo informacional” (MATA, 2021, p. 233), ou seja, a identificação das informações pelos usuários, a busca de informações em diversos meios de pesquisa – impresso, analógico e/ou digital, a capacidade de avaliar as fontes para atentar se são confiáveis, verídicas e se possuem credibilidade. São habilidades relacionadas ao aprendizado ao longo da vida.

O segundo viés apresentado por Mata (2021) refere-se a CoInfo como um processo de “[...] ensino-aprendizagem acerca do universo informacional, que pode ser ofertado de diversas formas: por meio de programas instrucionais, de disciplinas e atividades presenciais ou à distância realizados pelas bibliotecas e instituições educacionais” (MATA, 2021, p. 33), de maneira colaborativa entre bibliotecários, professores e demais agentes que atuam nos espaços educativos. Faz-se relevante que as informações sejam trabalhadas de maneira crítica e ética, independente da fonte de onde foi coletada e, a partir daí, que seja exploradas todas as habilidades tanto práticas quando de caráter cognitivo e afetivo, bem como, os conhecimentos já adquiridos pelos indivíduos. O terceiro e último viés, refere a CoInfo como uma área disciplinar, contextualizada através de vários meios, como periódicos e eventos científicos,

documentos, declarações, eventos, que abordam a temática e grupos de estudo/pesquisa certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Vitorino e Piantola (2011) abordam quatro dimensões da CoInfo – técnica, estética, ética e política – que não subsistem de maneira isolada, mas precisam ser entendidas e desenvolvidas concomitantemente. Quando fala-se em dimensão técnica em CoInfo, refere-se ao desenvolvimento de habilidades práticas para que o indivíduo saiba utilizar os sistemas informacionais, computadores e demais TICs, bem como, executar e desenvolver tarefas específicas. Segundo Beluzzo (2020) essas habilidades inerentes a CoInfo e integradas a competência midiática, requerem ainda a habilidade para encontrar e fazer o uso da informação, mas que na prática perpassa essas dimensões, tendo em vista a necessidade de compreender fatores, como a comunicação e o trabalho em rede, o que exige “[...] a consciência social diante da era digital, o conhecimento da segurança e governança da informação e a criação de nova informação para gerar novo conhecimento” (BELUZZO, 2020, p.21). Portanto, ao dominar essas competências e habilidades, entende-se que haverá melhor fluidez com a TIC, e também com os métodos de pesquisa científica, maior racionalidade, criticidade e discernimento para analisar e selecionar os diferentes elementos que compõe a informação e, utilizar somente aqueles que tem significância para a construção de conhecimentos.

Ao se tratar da dimensão estética, Vitorino; Piantola (2011, p.103) a refere como “[...] a experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo”. Os autores partem do consenso de que esta experiência está inserida em todos os aspectos da vida, ou seja, está associada a vontade do indivíduo de aprender e utilizar a informação de maneira criativa e livre. A dimensão ética associada a CoInfo refere-se à responsabilidade de utilizar a informação visando o bem comum incluindo “questões atuais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 106).

Para Beluzzo (2020), a dimensão ética articula-se com a legal, ao considerar que a democratização em relação a produção de conteúdos e informação, promove a liberdade de expressão e, por conseguinte implica no bom, mas também no mau uso da informação e recursos digitais. Por isso, é preciso considerar que o usuário pode agir de maneira isolada com o seu aparelho e infringir os princípios éticos e legais, além de receber e compartilhar conteúdo sem conhecer a sua veracidade. Portanto, diante de determinadas informações o indivíduo precisa tomar decisões que requerem julgamento de valor, logo, quando ele é

competente em informação ele terá capacidade crítica para tomar um posicionamento agregado ao uso correto da informação no meio social.

Enquanto a dimensão política da CoInfo está relacionada a inter-relação entre o desenvolvimento da cidadania ativa e a inserção do homem no meio social (VITORINO; PIANTOLA, 2011). Para Beluzzo (2020, p.4) refere-se “[...] ao compromisso ativo com a comunidade, política e desenvolvimento global mediante o livre acesso e ousado crítico de dados e informação”. Esta autora situa a CoInfo também para o desenvolvimento econômico, ou seja, o fortalecimento de empresas que já atuam no mercado e o estímulo de novos negócios utilizando conhecimentos e a combinação eficiente dos serviços de informação. Aborda a CoInfo ainda em relação a empregabilidade, ou seja “[...] educação, formação e desenvolvimento continuam de todos os conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para o acesso e o êxito econômico” (BELUZZO, 2020, p.5).

Portanto, considerando que a informação abrange vários níveis de complexibilidade e implicações, a competência do usuário para lidar com essa realidade é capaz de abranger uma “[...] miríade de nuances, sejam de caráter objetivo, subjetivo, individual ou coletivo. Assim, técnica, estética, ética e política constituem as bases sobre as quais se assentam tanto a informação transmitida e recebida” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 108), como também na competência para processar e utilizar de maneira significativa.

Na discussão recente sobre competência crítica em informação como dispositivo de combate à pós-verdade, Marco Schneider (2019) ressalta que o termo competência recebeu muitas críticas em relação a sua tradução original *literacy*, também traduzido como alfabetização, letramento ou literacia. Neste sentido, competência refere-se a um eufemismo que foi promovido desde a década de 1980. Porém, no pós-verdade refere-se a um termo que se tornou popular nos últimos anos e que faz alusão a uma nova abordagem de um antigo fenômeno social e informacional, ou seja, as crenças têm maior poder de influenciar a opinião pública do que fundamentos racionais. Partindo desse contexto, o autor propôs a reflexão sobre o desenvolvimento de uma noção particular de CCI, entendendo-a como necessária no combate à pós-verdade. Didaticamente, estruturou a CCI em sete níveis articulados (CCI/7), assim especificados: “[...] 1) nível da concentração; 2) nível instrumental; 3) nível do gosto; 4) nível da relevância; 5) nível da credibilidade; 6) nível da ética; 7) nível da crítica” (SCHNEIDER, 2019, p. 74).

O nível da concentração conforme as diretrizes para mediadores e usuários da informação, visa suspender a cotidianidade, onde encontra-se toda a atenção de um problema específico ou conjunto de problemas, abstrair a espontaneidade, o foco imediatista, dos

preconceitos e das representações generalizadas. No segundo nível, a competência instrumental refere-se à necessidade de conhecer os recursos informacionais e dominar tecnicamente as TI. Em seguida, o nível 3 destaca a importância de refletir sobre as necessidades e gostos informacionais, ou seja, problematiza a noção da necessidade informacional integrada ao estímulo intelectual, bem como ao pensamento crítico e questionador. O nível 4 da relevância, preconiza sobre a atitude questionadora sistemática acerca da relevância da informação e também do próprio entendimento sobre relevância, bem como dos mecanismos sociais e técnicos que atribuem relevância aos dados, meta dados e enunciados. Enquanto o nível 5 reforça sobre o questionamento sistemático da credibilidade das fontes de informação e de quem produz os dados e meta dados, bem como dos mecanismos sociais e técnicos que atribuem credibilidade às fontes, e a quem produz dados e meta dados. O nível da ética traz a discussão sobre a importância da capacidade de refletir de forma séria e com responsabilidade sobre o bem e o mal, como consequência do uso da informação, de modo específico em relação aos fatos mentirosos, a opressão e ao sofrimento, numa visão intercultural, sem deixar de considerar as diferenças entre o singular, o individual e o universal. Por fim, o nível da crítica requer conhecimento o mais minucioso possível das teorias críticas tanto em relação ao contexto social quanto a informação, integrado ao máximo conhecimento instrumental. De modo geral, esse conhecimento não deve partir da cotidianidade, pelo contrário, é preciso favorecer a atitude sistematicamente questionadora e integrada as competências instrumentais, as necessidades e gostos, bem como, a relevância da informação e da credibilidade das fontes, considerando a ética no uso da informação. Portanto, nota-se que o nível 7 requer a articulação dos níveis anteriormente mencionados, pautado no ponto de vista emancipatório realista, bem como do próprio entendimento de realismo (SCHNEIDER, 2019).

3.1.3 Abordagem social da competência em informação

Do ponto de vista epistemológico, o estudo da CoInfo evoluiu do modelo positivista pautado na abordagem fisicalista do estudo da informação, cujas pesquisas eram focadas nos sistemas de informação (ARAÚJO, 2018), para uma perspectiva centrada no indivíduo, com foco nos processos de aprendizagem e teorias cognitivistas e, finalmente para a abordagem social, situada no pragmatismo e construtivismo social (CORRÊA; CASTRO JÚNIOR, 2018). Apoiando-se no contexto social, a CoInfo segundo Beluzzo (2020) relaciona-se as ações direcionadas as demandas existentes na sociedade. Essa autora ressalta que em 1989 a

ALA por meio de um documento instituiu a abordagem social da CoInfo e sua relação com os cidadãos, pontuando ainda a sua relevância para os assuntos relacionados a resolução de problemas e tomada de decisão como direitos de exercer a cidadania amparados na importância da informação.

De acordo com Azevedo; Ogécime (2020) o surgimento do paradigma social passou a contemplar os estudos dos usuários da informação em suas relações sociais intersubjetivas. Nesse cenário, a informação começa a ganhar valores significativos em diversos contextos, escopos e níveis e, os usuários dessa nova configuração deixam de ser apenas sujeitos passivos e se tornam ativamente envolvidos no processo de construção da informação e, portanto, do conhecimento. Esta concepção enfatiza a informação como um fenômeno social cujo fundamento reside no entendimento de que os sujeitos devem ser capazes de (re)construir conhecimentos e práticas informacionais coletivas a partir de suas inter-relações socialmente compartilhadas.

Conforme Vitorino e Piantola (2020) as pesquisas mais recentes que abarcam a CoInfo a destacam a como fator indispensável para a formação e construção de uma sociedade democrática, livre e igualitária. Nesse sentido, considerando também as menções de Beluzzo (2020), na sociedade atual a informação deve ser reconhecida de um lado como direito humano e, de outro lado com um bem social, uma vez que encontra-se inserida de maneira inquestionável nas dinâmicas sociais. Portanto, percebendo-a como um bem social, é comum que seja vista como um elemento de disputa nesse meio, pois no mundo onde a competição tem se tornado cada vez mais acirrada e estimulada entre os indivíduos, a informação tende a se tornar um diferencial sobre o outro, desde a inserção no mundo do trabalho, às discussões sobre políticas, direitos e também quanto a inclusão e participação social. Segundo Righetto e Vitorino (2018), espera-se assim, a ampliação da CoInfo para a consolidação e distribuição de saberes que possam contribuir para formação de sujeito social e também como resgate de cidadania e da dignidade de minorias sociais.

Beluzzo (2020) acrescenta que a CoInfo como exercício de cidadania e aprendizado ao longo da vida, é indispensável para que todos os sujeitos tenham acesso à informação e de modo inteligente façam o uso adequado da mesma. Assim, poderão construir conhecimentos aplicáveis às questões inerentes ao desenvolvimento social e às inovações existentes no cenário em curso. Para tanto, é importante levar em conta que os programas de ensino aprendizagem com foco no acesso e uso inteligente da informação e mediados pelos recursos digitais, é que permitirão aos usuários a construção de conhecimento que se aplica a realidade social para enfrentar e lidar com as mudanças em curso. Refere-se, portanto, a um marco

quanto a participação em políticas sociais de aprendizagem contínua em relação a informação, ao conhecimento e a utilização dos meios de comunicação, visando atenuar as lacunas existentes, para que os desafios intrínsecos a economia informacional e digital não se transformem cada vez mais em causas de exclusão social. Logo, espera-se que os cidadãos exerçam o seu papel de modo efetivo, assertivo e democrático, participando ativamente como sujeitos históricos e sociais no atual cenário e também que possam contribuir e inspirar para o desenvolvimento das gerações futuras.

4 USOS SOCIAIS E POTENCIAIS APLICAÇÕES DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC) NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE PROTAGONISMO SOCIAL DE MINORIAS

Este capítulo objetiva apresentar os encaminhamentos de fechamento das atividades de pesquisa realizada atendendo ao problema de pesquisa estudado.

Estruturamos esta seção em seis partes. A primeira parte traça um breve histórico sobre a emergência da técnica vinculada a ação social do homem, a ação de interação ou relacional do homem. Na segunda parte discutimos o processo de constituição e apropriação das Tecnologias de informação e comunicação (TIC) e seus usos sociais. Na terceira parte tratamos de protagonismo social como produto da mediação. Na quarta parte descrevemos as minorias sociais como sujeitos sociais. Na quinta parte nos dedicamos à análise do objeto empírico orientado à produção científica sobre minorias sociais nos anais do Enancib. Na sexta parte realizamos a descrição da síntese integradora no decurso da pesquisa bibliográfica.

4.1 Tecnologias e sociedade

A atividade humana guarda uma relação histórica com a natureza. O ser humano manifesta pela tecnologia o esforço de enfrentamento e de superação das forças naturais. Qualquer análise das tecnologias, seja pela via histórica ou pela atividade técnica em si precisa considerar as determinações de ordem social, política, econômica e cultural porque, reconhecidamente, a atividade humana é interdependente do desenvolvimento tecnológico (OLIVEIRA, 2008).

As tecnologias quando observadas pela via política podem constituir-se como importantes ferramentas ou mediações para munir a sociedade na conquista das liberdades política e ideológica possibilitando a produção de alternativas para ruptura de hegemonias e benefício de minorias em situação de desvantagem ou em vulnerabilidade social. Para introduzir o assunto tecnologias, iniciamos pela conceituação e evolução dos termos técnica, *techné* e tecnologia.

Segundo Oliveira (2008), os conceitos de técnica, *techné* e tecnologia correspondem às três fases do desenvolvimento histórico da técnica. A distinção é um recurso para didaticamente evidenciar as características de cada período histórico, na realidade se complementam porque são resultantes do desenvolvimento histórico uma da outra. Em sua emergência compreendiam “[...] qualquer conjunto de regras aptas a dirigir eficazmente uma atividade qualquer” (ABBAGNANO, 2000, p. 939).

Oliveira (2008, p.3) demonstra que a técnica acompanha a evolução humana. Desde a fabricação de instrumentos, até a elaboração de ferramentas de pedra lascada constituindo habilidades de saber fazer, ou, constituído uma técnica. Ou seja, a “[...] técnica é originalmente um saber fazer que caracteriza a presença de uma cultura humana”. O ser humano, o fazer e a cultura são aspectos intrínsecos da natureza humana. Basicamente os procedimentos técnicos desenvolvidos podiam ser desdobrados em técnicas mágicas ou religiosas e técnicas racionais. A ação de intervenção na natureza, ao início de sua humanização era dotada de certa magia. Técnica e magia tinham em comum a intenção de modificar e intervir na natureza. Da mesma forma técnica, ciência e arte resguardavam certa proximidade de sentido.

Tanto as técnicas mágicas, quanto as religiosas eram praticadas a partir de certo sistema de crenças (ritos). As técnicas racionais eram mais aptas a alterar esses sistemas. Segundo Abbagnano (2000) eram classificadas em três tipos: simbólicas (cognitivas ou estéticas), de comportamento (relacionadas à moral, política e economia, dentre outras) e de produção.

As simbólicas eram identificadas pelo uso dos signos (de explicação e de comunicação), as de comportamento remetiam as relações entre os homens (propaganda, erotismo, moral, jurídica, educacional, organizacional etc.) e as de produção para diminuir o esforço, o gasto de energia e aumentar o rendimento do homem (definiam as relações do homem com a natureza e dirigia-se a produção de bens). Havia um elemento motivador que impulsionava o esforço do homem para dominar a natureza: o autorreconhecimento de sua condição de animal indefeso, a condição de sobrevivência dependia do domínio da técnica, ou do “[...] desenvolvimento de meios técnicos” conforme conceituado por Abbagnano (2000, p. 939). No séc. XVII Francis Bacon manifestou reconhecimento dessa condição humana ao argumentar sobre o papel da ciência na produção de descobertas que beneficiassem a condição de vida do homem.

A *techné* surgiu na Grécia Antiga ao mesmo tempo que a filosofia como um outro tipo de conhecimento. Diferenciava-se da técnica porque orientava-se muito mais para o provimento de soluções de necessidades do cotidiano, da ordem prática (tratamento de doenças, criação de instrumentos, construções etc.), constituíam-se habilidades transmitidas por gerações (medicina, arquitetura, mecânica, matemática) e das atividades artesanais. A *techné* propiciou poder político à burguesia das cidades medievais e influenciou a transição da Idade Média para a Moderna. A tradução dos tratados técnicos dos gregos e romanos propiciaram também avanço e aperfeiçoamento das diversas técnicas já existentes

(agricultura, tecelagem, construções, navegação etc.) originalmente desenvolvidas nos mosteiros das igrejas no final da Idade Média (OLIVEIRA, 2008). A ascensão e a acentuada atuação da burguesia no período renascentista foi auxiliada pelas técnicas e propiciou a emergência de uma ciência renascentista, conforme relatado por Oliveira (2008), necessária para à ciência moderna que viria.

A tecnologia, já na sociedade capitalista, singularizou-se pela produção de um tipo específico de conhecimento, dirigido ao capital e que passou a ser valorizado. O termo técnica passa a ser definido como tecnologia. Na modernidade evoluiu um novo conjunto de saberes, fruto da junção entre a ciência e a técnica moderna ou tecnologia.

Nestes termos Oliveira (2008) utiliza um conceito que classifica como genérico para definir a tecnologia: “[...] um conjunto de conhecimentos e informações organizados, provenientes de fontes diversas como descobertas científicas e invenções, obtidos através de diferentes métodos e utilizados na produção de bens e serviços (CORREIA apud OLIVEIRA, 2008, p. 6).

Da transição do fim do feudalismo para o início da sociedade moderna a técnica foi impulsionada e alcançou o seu maior desenvolvimento, apoiada pela racionalidade no modo de pensar que emergia e por novas práticas para reproduzir a existência ligadas às técnicas, às finanças, ao comércio e assim foram surgindo uma multiplicidade de métodos e saberes. Ciência e tecnologia se articulam sob uma dimensão de existência de ordem prática: com a burguesia em alta as atividades práticas foram socialmente valorizadas, razão, eficiência, funcionalidade assumem valor e peso de verdade. Passam a constituir uma epistemologia (ciência + técnica) em proximidade como os novos modos de produção do capital, o racional e o empírico conformaram “[...] uma nova perspectiva sobre o quanto os homens entenderiam a natureza e o quanto seriam capazes de transformá-la, além de utilizar suas forças” (OLIVEIRA, 2008, p.7).

Do século XVII ao século XX modificaram-se as percepções sobre a vida humana, do seu bem-estar ao atendimento dos interesses econômicos e do que hoje se discute sobre a técnica ou tecnologia: do seu impacto e das consequências sobre a vida individual e social do homem (OLIVEIRA, 2008; ABBAGNANO, 2000).

No século XX a literatura denuncia “[...] o conflito entre o homem e técnica” (OLIVEIRA, 2008, p.8) e a reprodução da existência na sociedade contemporânea. As denúncias perpassam a perda dos valores do espírito, a tecnocracia, a degradação do meio ambiente e da exacerbada exploração dos recursos naturais, poluição, destruição das paisagens e monumentos históricos, sujeição ao trabalho assalariado e a própria incapacidade

da tecnologia de prover necessidades estéticas, afetivas e morais da humanidade (ABBAGNANO, 2000).

Desde então o mundo da vida encontra-se marcado pela tecnologia. A tecnologia atual já submeteu a natureza à sua vontade produtiva. Seu produto não apenas imita a natureza, mas também a substitui (MUÑOZ MICKLE, 1998).

De forma ampla descrevemos um breve histórico sobre a emergência da tecnologia. Nossa intenção foi traçar o vínculo ou as vinculações históricas existentes entre a tecnologia e o social. Nos desdobramentos seguintes focalizaremos a discussão na atualidade e dirigida ao ambiente social instanciado a partir da modernidade para os processos comunicacionais e informacionais marcadamente dirigidos à expansão das novas tecnologias.

Definitivamente o desenvolvimento tecnológico e científico vêm definindo o progresso, a estrutura social e influenciando as ideologias, a moral, a educação e até as relações interpessoais. As novas tecnologias quando aplicadas aos meios de comunicação operam para conformação de lugares no mundo em que a noção de tempo e espaço não apresentam mais os mesmos significados. Esse desenvolvimento também tem sido nomeado de revolução tecnológica. Identificamos benefícios e perigos. Se na sociedade industrial capital x trabalho estavam na centralidade do processo de transformação social, na sociedade pós-industrial o saber e a informação se converteram em recurso estratégico de transformação. Os meios de comunicação articulados às novas tecnologias aumentaram significativamente sua influência na sociedade (MONTERO PARGUIÑA, 1999). Hoje as sociedades se comunicam globalmente e os meios de comunicação assumiram um papel indispensável nos processos de socialização, estruturação social e política. No entanto, a potencialidade desses meios não significa ampla condição social de apropriação. Ainda se distingue com clareza os possuidores e não possuidores de conteúdo, os usuários e não usuários de informação e de novas tecnologias. Reconhecidamente o progresso tecnológico tem produzido o distanciamento entre técnica e sociedade. A abundância de informação e de meios de comunicação não resulta em equidade de informação, mas em assimetrias que tendem a definir o nível ou a qualidade de vida. Segundo Montero Parguiña (1999) a sociedade de informação atual pode ser resumida em três palavras: interatividade, caos e globalidade e todas oriundas das TIC.

González de Gómez (1996) completa a análise salientando que as sociedades modernas operam com duas estratégias dominantes de transferência de informação: uma para fazer circular um quantitativo mínimo de informação suficiente para manter vinculados os sujeitos nos contextos de vida ou da ação social. Uma porção mínima para garantir a

reprodução da existência a partir de instituições que promovem a distribuição regulada de informação: escolas, bibliotecas, arquivos, museus etc.; outra para ativar a constituição de excedentes de informação e de conhecimento como recurso estratégico de reprodução e expansão das instituições (urbanas, mercantis, de produção etc.). A ciência e as instituições afins mantêm-se como lócus de produção de tais excedentes a partir de uma rede de comunicação, informação e conhecimento constituindo, assim os estoques de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996).

Estes estoques de informação encontram-se dissociados, geralmente, dos contextos da ação social, operam independentes da memória e da tradição, do saber-fazer, da memória técnica dos homens, como até aqui já foi explicitado. Identifica-se assim uma ruptura entre ciência e sociedade como garantia de produtividade pela via técnica ou tecnológica. Como consequência, segundo González de Gómez (1996, p. 284) “[...] tende-se a diminuir em quantidade e qualidade as relações comunicacionais, de modo que as informações socialmente disponíveis ficam encapsuladas em estoques à disposição de uns poucos e sob complexas condições institucionais e normativas de acesso”.

Diante do quadro ora relatado convém afunilar a discussão acentuando a atenção à expansão das TIC a sua relação com o nosso foco de interesse que são os usos sociais dessas tecnologias. Segundo Gómez Mont (2002) a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), considerando as descrições já realizadas, apresentam uma alta carga ideológica e, na prática, denomina um complexo sistema amplamente discutido, mas escassamente constituído como objeto de investigação nos aspectos social e cultural. O uso do acréscimo novas TIC teve uma intencionalidade implícita. Buscou-se imprimir à expressão uma ruptura entre as tecnologias (TIC) clássicas, derivadas dos meios massivos de comunicação (cinema, TV, jornal e rádio) e as novas TIC (as telecomunicações, a informática e o audiovisual). As novas TIC são extensão das anteriores, mas pela qualidade, se habilitam como diferentes, conforme representado no Quadro 4 (GÓMEZ MONT, 2002).

Quadro 4 - Diferenças entre TIC e novas TIC

TIC	Novas TIC
Cinema, TV, jornal e rádio. Operam com sinal unidirecional e difusão massiva.	Telecomunicações, informática e audiovisual. Privilegiam a prática individual e utilizam sinal com interatividade. É o sujeito que troca informação pessoal.

Fonte: extraído e adaptado de Gómez Mont (2002).

Em observação ao Quadro 4 percebe-se que as ideias de liberdade pessoal e de democratização dos sistemas foram ancoradas ao conceito de novas TIC. A partir dessa noção

foram também introduzidas as noções de portabilidade, miniaturização e automação. Em pouco mais de trinta anos aconteceram diferenças evolutivas muito significativas entre a era mecânica, a era dos meios massivos (TIC) a era das novas TIC. Considerando as tendências de análise dessa evolução observa-se argumentos apontando para a superação das formas clássicas de comunicação, para a coexistência de velhos e novos aparatos de comunicação e para a mescla de novos e velhos aparatos de comunicação (GÓMEZ MONT, 2002).

A percepção dos avanços que vêm ocorrendo no terreno da informação, derivados dos processos sociais, econômicos e políticos tem conduzido os autores a um posicionamento de ruptura com teorias mais simplistas, de precaução com o determinismo tecnológico que permeia as interpretações a fim de entender essa complexidade: “Si antes la tecnologia era parte da cultura, actualmente la cultura se encuentra envuelta por la tecnologia” (GÓMEZ MONT, 2002, p. 290).

Finalizada essas linhas gerais do uso mais recente das TIC passamos a discutir os usos sociais das TIC a partir do pensamento francês, umas das escolas mais avançadas tratando dessa temática a partir dos anos de 1980. Gómez Mont (2002) propõe como ponto de partida os estudos produzidos por Patrice Flichy que desenvolveu uma concepção não determinista das tecnologias. Na visão de Patrice Flichy, a partir da descrição de Gómez Mont (2002), a relação entre tecnologia e uso tem sido analisada de modo muito relativizado. Seja pela importação de conceitos fora de um quadro de sentido, seja pelo espaço limitado de estudos ou ainda por decorrência de uma visão da tecnologia como uma aquisição imutável. O processo de construção do uso social deriva de conceitos fronteirizos entre disciplinas que se mesclam, dessa forma as TIC resultam do tecnológico e do social (produzido nas diversas disciplinas ou campos de saberes) e não de invenções isoladas ou aleatórias que emergem do nada. Resultam de redes de inventores em certos contextos tendentes a uma cultura universal e que propicia a produção de inovação. Uma invenção surge utilizando como referência inventos anteriores, em uma cadeia interrelacional que permite a contextualização do invento. “[...] cada época tiene su tecnología y esa tecnología tiene el estilo de una época” (GÓMEZ MONT, 2002, p. 291).

A superação do determinismo tecnológico começa pela explicação da tecnologia como um conjunto de fatores e relações que demandam a análise de seu estabelecimento e propagação de uso considerando os diversos contextos (econômicos, sociais, culturais, psicológicos etc.). Neste sentido, a técnica, a *techné* e a tecnologia devem ser percebidas como uma expressão da sociedade, como um todo e não apenas expressão de modos de produção (mercantil). Sob a perspectiva de Flichy, descrita por Gómez Mont (2002), a

tecnologia deriva da cultura e o que deve ser considerado no processo de investigação são as relações do homem e não a técnica em si, objetos ou as instituições: as relações homem-máquina e máquina-sociedade.

Nestes termos a teoria dos usos sociais de TIC posiciona na centralidade os processos de apropriação e relação com a tecnologia, podendo ser conceituada como “[...] uma forma de compreender la relación hombre-máquina” (GÓMEZ MONT, 2002, p. 293). Os processos a serem constituídos consideram a sujeito e o objeto como pontos de partida rumo aos usos, um processo em dinâmica transformação e reinvenção, cabendo dizer que nessa dinâmica a tecnologia se constrói e, ao mesmo tempo, constrói os usos sociais. “Para que se de la apropiación hará falta que el objeto técnico se transforme en un objeto social, que pase a formar parte de su cotidiano” (GÓMEZ MONT, 2002, p. 294). Os estudos de usos sociais de TIC, desse modo, consideram essencial analisar, com detalhe e precisão, o processo de concepção da oferta de TIC e o esforço de construção, formalização e expressão daquilo que será nomeado como demanda ou necessidade. Considerando a perspectiva e o lugar onde o sujeito social se encontra (classe social, grau de interação com os meios de comunicação etc.) na relação com a máquina (a tecnologia).

4.2 As vinculações entre competência em informação e uso de tecnologias de informação e comunicação

A tecnologia refere-se a conhecimentos práticos sobre como utilizar recursos materiais (VITORINO; PIANTOLA, 2020). O entendimento sobre as vinculações entre CoInfo e o uso de tecnologias evoluiu desde a conceituação inicial da CoInfo proposta por Zurkowsky, na década de 1970. Desde então, a visão baseada nas teorias cognitivistas, onde o sujeito competente em informação seria aquele capaz de utilizar tecnologias e conhecimentos para a resolução de problemas no seu ambiente de trabalho, mudou para perspectiva na qual o desenvolvimento da CoInfo passou a ser entendido “[...] como resultado da construção coletiva dos conhecimentos, valores e crenças por meio da interação social, além da aquisição de conhecimentos e habilidades técnicas” (CORRÊA; CASTRO JÚNIOR, 2018, p. 49).

Atualmente, a sociedade vive imersa em transformações sociais e tecnológicas, estimuladas, sobretudo, pela constante e crescente geração de inovações tecnológicas. Essa realidade é decorrente das estruturas sociais que estão suscitando a partir do que caracteriza-se como transformação digital, que agrega valor à informação e ao conhecimento como fatores de desenvolvimento socioeconômico. Ao possibilitar a difusão de uma economia informacional, em consequência da transformação digital e do uso de tecnologias, as pessoas

tendem a vivenciar novos desafios, dentre esses usar a informação e transformá-la em conhecimento para agregar valor à sociedade.

Contudo, sabe-se que existem muitas pessoas e também organizações que não tem domínio pleno dos recursos tecnológicos e/ou não são educadas e formadas para tal, condição que as tornam expressivamente escassas de competências e habilidades necessárias para se tornarem mais críticas, contestáveis e exigentes acerca das suas necessidades que devem ser supridas/atendidas por esse meio (BELLUZZO, 2019).

Acrescenta-se ainda que o país apresenta situações paralelas e contrastantes em diferentes regiões e, além dos problemas econômicos, nem todos os cidadãos têm acesso a tecnologia da informação e do conhecimento. Relevante pontuar que esses indivíduos, num contexto geral, em quaisquer níveis de idade estão imersos em uma sociedade que os obriga a comunicar-se de modo digital e interativo, sendo que a comunicação tradicional está sendo cada vez mais sucumbida pela virtualidade. Ainda que a disseminação e o uso de tecnologias acarretam desafios aos usuários, trouxeram consigo também a necessidade da vinculação entre a CoInfo com a competência midiática como condição indispensável ao desenvolvimento social, econômico, humano e à inovação no país (BELLUZZO, 2020).

Diante dessa percepção, o desenvolvimento da CoInfo pressupõe que muito mais que treinar as pessoas para o uso de tecnologias, é necessário investir no desenvolvimento de “[...] uma competência suficientemente ampla que lhes permita ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, bem como aplicar criativamente as novas mídias em usos simples e rotineiros, mas também em aplicações mais sofisticadas” (TAKAHASHI apud VITORINO; PIANTOLA, 2020, p.52).

Portanto, o acesso, o uso e a educação se fazem necessários, pois em uma sociedade tecnologicamente avançada, o foco deve ser o desenvolvimento de competência que possibilite as pessoas a utilizarem a linguagem para aprimorar a capacidade do pensamento, da criação e da autonomia, a fim de participarem ativamente da sociedade. Logo, o desenvolvimento da CoInfo estende-se para além da competência computacional, uma vez que abrange os conhecimentos e as habilidades práticas informacionais para o uso de tecnologias necessárias para a vida pessoal, para o trabalho, para a participação e sobrevivência na sociedade (VITORINO; PIANTOLA, 2020).

Reforça-se que a vinculação entre a CoInfo e o uso de tecnologias depende também das políticas públicas internacionais e nacionais, acordos e parcerias entre organizações público e privadas, integração entre docentes e bibliotecários, sendo pertinente também o desenvolvimento estratégico de ação baseada em metodologias ativas e pautadas na resolução

de problemas, caso contrário aquelas pessoas que não tiverem boas habilidades de CoInfo e uso de tecnologias tenderão a ser excluídas e marginalizadas (BELLUZZO, 2020).

4.3 Protagonismo social como produto da mediação

O terceiro conceito a ser exposto é o conceito de **protagonismo social**. Por protagonismo entende-se resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afetam a todos. Significa tomada de posição dianteira face a obstáculos que ameaçam a espécie (causados por pessoas, animais, circunstâncias, sentimentos, e ideias, preconceitos etc.). Daí se pode dizer que os protagonistas assumem a luta pela construção, pela criação, como atitude face ao mundo. Lutar, mais que enfrentamento “contra”, é modo de ser e de estar, de produzir e cuidar de um mundo comum, habitável, convivial.

O termo “protagonista” provém das expressões gregas *próton* (primeiro), *agon* (luta) e *agoniste* (lutador) e se refere ao ator principal de uma encenação teatral ou aos soldados presentes na primeira fila de um combate.

Segundo Moura (2017), a partir do protagonismo revela-se a preponderância pertinente da participação social dos sujeitos identificados com a ação coletiva necessária à transformação social e à construção da história. Contemporaneamente, o conceito envolve aspectos políticos, socioculturais, tecnológicos, se diversifica e se expande a diferentes contextos.

Para Costa e Farias (2021) o papel de um sujeito na sociedade estende-se para além de ser mero coadjuvante, pois ele pode ser protagonista da sua própria história e das situações que estão presentes em seu cotidiano. Dessa forma, o protagonismo social é o meio pelo qual pessoas e/ou grupos têm consciência do seu papel social e, por meio de ações e atitudes contribuem para o desenvolvimento do bem-estar coletivo seja de uma comunidade ou grupo. Nesse sentido, quando uma pessoa reconhece que é um protagonista, a tendência é que ela se destaque por ter atitudes e ações inovadoras para resolver conflitos e também poder de decisão diante das situações que permeiam o meio social.

Os autores acrescentam ainda que o protagonismo pode contribuir para que o sujeito saia de uma condição de passividade, colocando-o como detentor de poder para agir e atuar em favor próprio e/ou de outros indivíduos. Contudo, para que isto ocorra, as informações que são recebidas cotidianamente, devem ser analisadas e adequadas para a tomada decisão.

Portanto, ao apropriar-se dessas informações o sujeito tende a contribuir e atuar de forma mais consciente e colaborativa na sociedade.

De acordo com Perrotti (2017) o sujeito que atua socialmente em ambientes e práticas relacionados à informação também se caracteriza como sujeito da ação protagonista. Isso porque, além de apoiar toda essa dinâmica, a sua própria ação interfere nesse processo. O objeto de trabalho desse sujeito, o agente social, é a informação. Para que este profissional cumpra o seu papel social, ele também deve assumir sua condição de protagonista, cuja responsabilidade social consiste em organizar, preservar, disseminar, recuperar a informação para o acesso, estudo e apropriação pela sociedade, favorecendo e fomentando o espaço de interlocução entre os sujeitos para que o próprio repertório informacional se renove. Para tanto, é preciso compreender a informação como um objeto socialmente construído e, conseqüentemente, dinâmico, que guarda fortes relações com a comunicação.

Nessa perspectiva, segundo Sousa et al. (2020) o agente mediador deve levar em conta o ambiente social e o conhecimento existente nesse meio, contribuindo para que os sujeitos possam conhecer, utilizar, produzir e gerar sentido a informação. Assim sendo, quando realiza a mediação, o agente mediador precisa perceber e atentar-se as singularidades dos ambientes sociais onde são realizadas as ações, visando o fortalecimento da memória e a identidade de um grupo social. Ademais, muitas vezes, será preciso se posicionar e lutar contra as mazelas do meio político, econômico e social, pois viver a coletividade necessário faz integrar-se a um processo de resistência e superação, e não de submissão perante as condições impostas.

Almeida Jr (2017) afirma que o protagonismo só se faz presente como fruto de resistência, como forma de consciência, mesmo que não plenamente, das formas de dominação presentes na sociedade capitalista. Ele diz ainda que a apropriação da informação é uma forma de resistência, pois ameniza, minimiza as imposições, possibilitando a existência, mesmo que não totalmente plena, do protagonismo.

O autor declara que a ação cultural dá condições para que o sujeito faça sua escolha, para que não seja um mero consumidor cultural; para que o sujeito seja protagonista de sua história, seja protagonista de seu tempo e interfira na sociedade. A partir dessa reflexão, conforme Sousa et al. (2020, p.8) “[...] o protagonista é o sujeito que realiza os enfrentamentos, combate a intolerância, as barreiras e a desigualdade presentes nos ambientes sociais, de modo, a mudar sua vida e a dos demais sujeitos”.

Portanto, o protagonismo pode levar o sujeito a reconhecer-se como agente de transformação social por meio do desenvolvimento de ações que auxiliam a fortalecer a sua

participação nas decisões do meio que encontra-se inserido. No entanto, requer do sujeito muito mais do que uma visão e/ou ação coletiva diante das situações, requer uma busca por mecanismos que promovam a ampliação da participação social de todos, tais como, o conhecimento dos direitos e deveres, a desconstrução de preconceitos e obstáculos que limitam e/ou impedem a manifestação crítica sobre os acontecimentos. Por conseguinte, o sujeito vai se tornando consciente de suas atribuições em prol do bem-estar da coletividade e engajado na participação ativa frente as discussões correlacionadas aos assuntos intrínsecos a sociedade, tais como política, saúde, segurança pública e educação, fatores que necessitam de maior consciência crítica, reflexiva e participativa na seara pública (COSTA; FARIAS, 2021).

4.4 As minorias sociais como sujeitos sociais

Os indivíduos (sujeitos sociais) estão vinculados uns aos outros no espaço social em que as relações entre o sujeito e a realidade social se desenvolvem por meio das habilidades e competências que os permite atuar de acordo com as regras estruturais da realidade social. Dessa forma, para que a participação nesse espaço seja igualitária, é preciso que ocorra a integração recíproca de todos os grupos na mesma estrutura social. No entanto, a participação social abrange relações de conflito, poder e diferenças entre os grupos sociais. Explicações sociológicas tradicionais das desigualdades prevalentes de raça, etnia e gênero são teórica e empiricamente fundamentadas nos paradigmas contemporâneos de estratificação social e demonstram que, a luta contra as diferenças culturais entre os grupos sociais é secular e tornou-se um critério segundo o qual se organiza a defesa dos interesses de minorias sociais contra a discriminação, a marginalização e/ou a exclusão social. Além disso, essas diferenças tornaram-se um canal para expressar demandas por direitos ou para definir um espaço cívico (e político) para grupos socialmente excluídos, ou seja, para as minorias sociais como sujeitos sociais (BERESNEVIËIÛTË, 2012).

Nesse contexto, os esforços de grupos sociais minoritários para garantir seus direitos e preservar suas diferenças culturais, religiosas ou étnicas surgiram com a criação dos Estados-nação nos séculos XVIII e XIX. O reconhecimento e a proteção dos direitos das minorias sociais sob o direito internacional começaram com a Liga das Nações, por meio da adoção de vários tratados das minorias. Em 1945 com a criação da Organização das Nações Unidas deu início ao desenvolvimento gradual de uma série de normas, procedimentos e mecanismos relacionados as minorias sociais como sujeitos sociais. Em particular, a Declaração das Minorias publicada em 1992 pelas Nações Unidas para os Direitos Humanos refere às

minorias com base na identidade nacional ou étnica, cultural, religiosa e linguística e estabelece que os Estados devem proteger a sua existência (OHCHR, 2010).

Não existe uma definição acordada internacionalmente sobre quais grupos constituem minorias. Contudo, Ohchr (2010) enfatiza que a existência de minorias sociais é uma questão de fato e que, qualquer definição deve incluir fatores objetivos (como a existência de uma etnia, língua ou religião compartilhada) e fatores subjetivos (incluindo que os sujeitos sociais devem se identificar como minoria). A dificuldade em definir um termo amplamente aceitável reside na variedade de situações em que as minorias vivem. Alguns vivem juntos em áreas bem definidas, separadas da parte dominante da população. Outros estão espalhados por todo o país. Algumas minorias têm um forte senso de identidade coletiva e história registrada; outros mantêm apenas uma noção fragmentada de sua herança comum (OHCHR, 2010).

Do ponto de vista sociológico, minorias sociais são grupos subordinados ou sem poder na sociedade, independentemente da cor da pele ou do país de origem. O sociólogo Louis Wirth caracteriza as minorias sociais como qualquer grupo que, em função de seus traços físicos ou relacionados à cultura, é tratado de modo diferente e desigual quando comparado aos demais membros da sociedade, e, portanto, são pessoas consideradas como objeto de discriminação coletiva. A expressão minoria indica discriminação e, no contexto sociológico, o termo subordinado pode ser empregado concomitantemente com a expressão minoria, ao passo que o termo dominante é comumente designado ao grupo representado pela maioria. Entretanto, ressalva-se que ambos os termos maioria e minoria se entrelaçam com o conceito de, respectivamente, grupo dominante como aquele que detém maior poder em uma sociedade específica, e, em contrapartida, as minorias sociais são aquelas pessoas subordinadas que não têm o mesmo poder quando comparadas com o grupo dominante (BODY, ©2013).

Nesta ambiência, minorias sociais não se equivalem necessariamente a uma minoria numérica; tendo em vista que maiorias sociais também podem ser caracterizadas como grupos minoritários em consequência da falta de poder na sociedade. Desta feita, presume-se que a falta de poder que é o fator predominante quando se fala em minorias sociais (BODY, ©2013). Partindo dessa premissa, exemplos de grupos minoritários podem incluir as mulheres negras, a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero, pessoas que vivem em comunidades rurais (JESUS; GOMES, 2018), pessoas com deficiência, praticantes religiosos cuja fé não é amplamente praticada onde vivem (BODY, ©2013).

“Conflitos, democracia e representatividade, discriminação e outros temas em pauta inserem-se nesse contexto mais amplo, tal como estão as minorias, presentes em todas essas questões” (MIZUTANI, 2011, p. 163). Outrossim, onde quer minorias sociais se encontrem

excluídas das oportunidades e benefícios que são desfrutados por outros sujeitos sociais, isso é exclusão social. Indica marginalização no sentido mais amplo do termo, ou seja, abrange os resultados e processos que determinam e definem certos grupos como não sendo parte integrante da sociedade. Por outro lado, o termo também abarca a negação e a não realização dos direitos cívicos, políticos e sociais da cidadania, podendo ser tratado como uma expressão da distribuição desigual de vários direitos. De modo geral, a exclusão social inclui aspectos econômicos, políticos, culturais, religiosos e sociais e engloba mecanismos multidimensionais que excluem indivíduos ou grupos da participação de trocas sociais e direitos à integração social (ANDERSEN, 1999 apud BERESNEVIËIÛTË, 2012).

Com isso, a exclusão das minorias sociais permanece um dos aspectos que impedem e/ou limitam o desenvolvimento da democracia e exercício da cidadania dos indivíduos enquanto sujeitos sociais. Por serem socialmente separados ou segregados das forças dominantes de uma sociedade, os membros de um grupo minoritário geralmente são impedidos de um envolvimento total no funcionamento da sociedade e de uma participação igualitária nas recompensas e/ou benefícios sociais. Contudo, o papel dos grupos minoritários varia de sociedade para sociedade, dependendo da estrutura do sistema social e do poder relativo do grupo minoritário. Portanto, a promoção e proteção dos direitos das minorias requerem atenção especial a questões como o reconhecimento da existência desses sujeitos na sociedade; esforços para garantir seus direitos à não discriminação e igualdade; a promoção da educação e da participação em todos os aspectos da vida pública, nos processos de desenvolvimento e redução da pobreza, disparidades nos indicadores sociais, como emprego, saúde e habitação (OHCHR, 2010). Logo, é urgente ampliar o olhar para as minorias sociais, buscando a visibilidade de suas práticas socioculturais e cognitivas (JESUS; GOMES, 2018).

4.5 Análise do objeto empírico: a produção científica sobre minorias sociais nos anais do Enancib

Nesta etapa da pesquisa desenvolvemos a análise quantitativa e posterior descrição dos conteúdos com o objetivo de caracterizar, a partir dos anais do Enancib (período de 2016 a 2019), a produção científica brasileira no campo da Ciência da Informação, relacionada ao desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias, para produção de protagonismo social de minorias sociais. As seções seguintes explicitam facetas da análise empreendida.

4.5.1 Investigação das soluções

A coleta das fontes de evidências durante o levantamento da bibliografia deu-se pelo planejamento a partir de Lima e Miotto (2007) que destacam a leitura como a principal técnica da pesquisa bibliográfica. Através da leitura é possível identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como averiguar as relações que existem entre eles para permitir ao pesquisador analisar a sua consistência.

Desse modo, as leituras da bibliografia levantada ocorreram de acordo com as seguintes etapas propostas por Lima e Miotto (2007):

a) *Leitura de reconhecimento do material bibliográfico* – trata-se da leitura rápida com o propósito de localizar e selecionar os materiais que podem conter informações e/ou dados de acordo com a temática proposta. Para fins desse estudo, caracterizou-se como o momento de incursão em repositórios do Enancib para localizar os 29 (vinte e nove) artigos relacionados ao tema.

b) *Leitura exploratória* – a partir do reconhecimento do material bibliográfico, procedeu-se a leitura exploratória para averiguar se as informações e/ou dados selecionados atendiam de fato ao objetivo do estudo. Nesta etapa, avaliou-se a disponibilidade e viabilidade dos dados nas fontes levantadas e a construção das três articulações tratando de CoInfo e minorias (3 artigos); minorias e protagonismo social (11 artigos), CoInfo e TIC (15 artigos).

c) *Leitura seletiva* – momento de selecionar as informações e/ou dados pertinentes e relevantes. Nesta etapa, foi realizada a distinção dos itens de interesse (conforme modelo de teste para validar roteiro e as aplicações com a coleta dos dados da alínea a) até a alínea f) da seção 6 do Quadro 2.

d) *Leitura reflexiva ou crítica* – procedeu-se a análise crítica/reflexiva do material com base nos critérios determinados de acordo com o ponto de vista do autor, cujo propósito consistiu em ordenar e sumarizar as informações retiradas e, em seguida, analisar o que o texto aponta e propõe.

e) *Leitura interpretativa* – por fim, foram relacionadas as ideias expressas no material selecionado com o problema para o qual se busca resposta, ou seja, implicou na interpretação das ideias do autor, acompanhada de uma interrelação destas com os interesses da pesquisa.

Na seção a seguir apresentamos os resultados da análise quantitativa realizada. A etapa de *Leitura reflexiva ou crítica* foi realizada no contexto da análise quantitativa consistindo em ordenação, sumarização e descrição das informações gerais da amostra, não ocorrendo,

portanto, a análise crítica do que o texto propõe. Não foi realizada a etapa de Leitura interpretativa e de base qualitativa conforme proposto por Lima e Mito (2007).

4.5.2 Análise quantitativa da documentação

Na fase inicial da pesquisa realizamos levantamento bibliográfico à luz de critérios anteriormente definidos conforme Quadro 2. O levantamento foi realizado em quatro edições do evento Enancib, cobrindo os anais publicados no período de 2016 a 2019. O evento não aconteceu em 2020 em decorrência da pandemia de Covid-19. Foram levantadas as modalidades comunicação oral (21 artigos completos), resumos expandidos (4 resumos) e pôster (6 pôsteres) publicados nos respectivos anais totalizando 29 publicações recuperadas, conforme sistematizado na Tabela 1.

Destacamos que o evento mais significativo em termos quantitativos de produção quanto à discussão da temática foi a edição de 2016 apresentando 13 produtos (11 comunicações orais e 2 pôsteres).

Tabela 1 - Levantamento bibliográfico nos Anais Enancib (período 2016 a 2019)

Anais	publicações recuperadas			Total
	Comunicação oral	Pôster	Resumo expandido	
Enancib 2016	11	2	-	13
Enancib 2017	4	2	-	6
Enancib 2018	6	2	-	8
Enancib 2019	-	-	2	2
Total	21	6	2	29

Fonte: produzido durante a pesquisa.

O Enancib constitui-se em um evento que congrega pesquisadores, docentes e discentes de pós-graduação e refletem, de modo panorâmico, o estado-da-arte da pesquisa produzida nesses programas de pós-graduação. As produções científicas encaminhadas às edições anuais do evento Enancib são geridas, do ponto de vista do seu conteúdo, pelo Fórum de Coordenadores(as) de Grupos temáticos de trabalho (GT) representados por coordenador titular e adjunto. O evento congrega na atualidade onze grupos temáticos que acolhem produções científicas oriundas de programas de pós-graduação em Ciência da Informação, que por sua vez, atendem as demandas de formação provenientes de outros campos afins como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, Ciência da Computação, Análise de

sistemas, História, dentre outras, conforme a seguir relacionado (ANCIB, 2021): GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento; GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento; GT 5 – Política e Economia da Informação; GT 6 – Informação, Educação e Trabalho; GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação; GT-8 – Informação e Tecnologia; GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação; GT 10 – Informação e Memória; GT 11 – Informação & Saúde.

A Tabela 2 situa a origem da amostra levantada a partir dos GT do Enancib. Observa-se que o GT 3 denominado Mediação, Circulação e Apropriação da Informação é o que concentra a maior produção sobre o entrecruzamento de temáticas proposto, contribuindo com 14 (48,3%) produções da amostra pesquisada. Em seguida identificamos o GT 2 Organização e Representação do Conhecimento apresentando 7 (24,1%) produções em relação à amostra pesquisada. Os GT 2, 7, 8 e 9 não apresentaram produções sobre o recorte de pesquisa e os parâmetros delimitados.

Tabela 2 – Distribuição dos artigos entre os GT do Enancib

Anais	GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT 10	GT 11	Total
Enancib 2016	3	–	6	–	–	3	–	–	–	1	–	13
Enancib 2017	1	–	2	–	1	2	–	–	–	–	–	6
Enancib 2018	–	–	4	1	1	2	–	–	–	–	–	8
Enancib 2019	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	2
Total	4	–	14	1	2	7	–	–	–	1	–	29

Fonte: produzido durante a pesquisa.

O GT 3 Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, como os demais grupos temáticos, constituem os respectivos conteúdos de pesquisa a partir de uma ementa. A ementa do GT 3 trata, em linhas gerais do tema mediação, circulação e apropriação de informação conforme pode ser observado na citação a seguir:

Ementa: Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem com contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição (ANCIB, [202-?], não paginado).

Apresentamos de forma descritiva, no Quadro 5, a lista dos títulos dos artigos que compõem a amostra por GT durante as edições de 2016 a 2019.

Quadro 5 – Lista de artigos por GT da Ancib

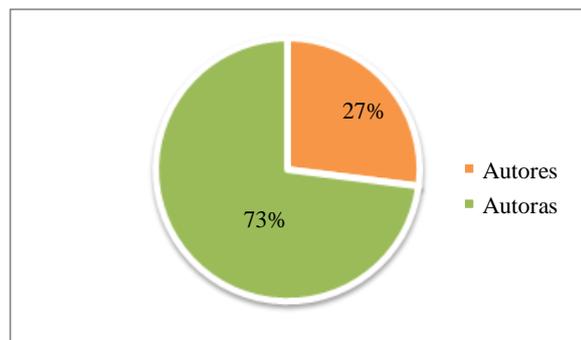
GT	Enancib 2016	Enancib 2017	Enancib 2018	Enancib 2019
GT 1	Artigo 1 O bibliotecário universitário como agente mediador: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo)	Artigo 9 Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais.	-	-
	Artigo 2 Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação.	-	-	-
	Reflexões sobre information literacy no Brasil.			
GT 2	-	-	-	-
GT 3	Artigo 3 A educação de usuários como matriz para a competência em informação: um estudo a partir da comunidade de discentes da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais	Artigo 11 Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social.	Artigo 15 Semântica e pragmática do termo competência em informação.	Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da informação.
	Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos	Artigo 28 Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas	Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas.	Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação
	Artigo 16 Mediação da informação em comunidades quilombolas.	-	Artigo 23 Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017).	-
	Artigo 18 Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê.	-	Artigo 29 Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina.	
	Artigo 19 Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico.	-	-	-
	Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação.	-	-	-
GT 4	-	-	Artigo 22 Perfil de universitários indígenas: um estudo de usuários da informação	-
GT 5	-	Artigo 12 Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital	Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice.	-
GT6	Artigo 4 Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha.	Artigo 10 Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB.	Artigo 13 Competência em informação e a construção de conhecimento em comunidades rurais	-
	Artigo 5 Estudo bibliométrico das	Artigo 20 Programas de acessibilidade	Artigo 14 Semelhanças e diferenças	-

	publicações do GT6 – ENANCIB: análise do termo competência.	para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social.	presentes nos conceitos de capacidade de absorção e competência em informação	
	Artigo 6 Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na competência em informação.	-	-	-
GT 7	-	-	-	-
GT 8	-	-	-	-
GT 9	-	-	-	-
GT 10	Artigo 17 O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência	-	-	-

Fonte: produzido durante a pesquisa.

Em observação às autorias das publicações arroladas na amostra pesquisada identificamos exatamente 51 autores. Destes, 14 (27%) autores¹ e 37 (73%) autoras, conforme lista no Apêndice B e também demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantitativo de autores.



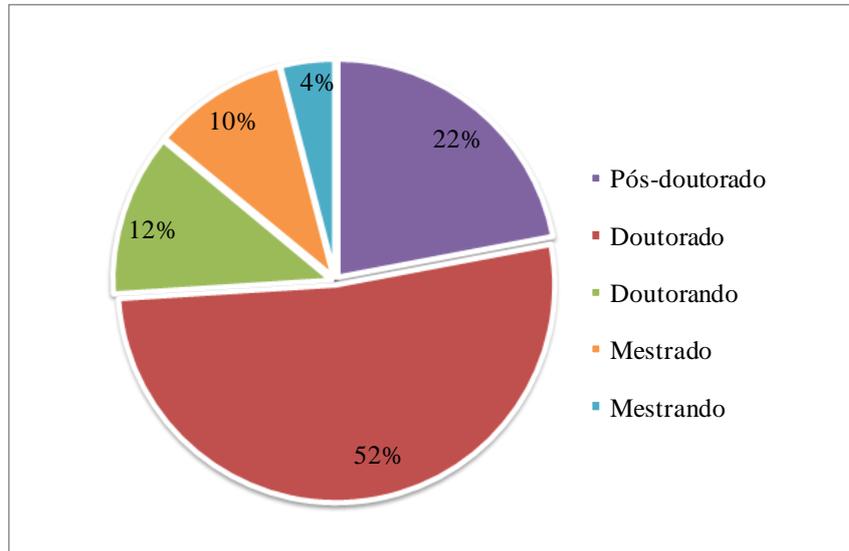
Fonte: produzido durante a pesquisa.

Quanto a formação e titulação do total de 51 autores observamos que 11 (22%) possuem pós-doutorado, 27 (52%) possuem doutorado, 6 (12%) são doutorandos, 5 (10%) possuem mestrado e 2 (4%) são mestrandos, de acordo com o Gráfico 2. Esclarecemos que os dados apresentados foram extraídos dos artigos analisados, portanto, relacionados à data de

¹ As novas e atuais discussões sobre diversidade nos leva a esclarecer que a opção em tratar gênero foi dirigida à demarcação sobre o sexo biológico. Não tivemos instrumentos, no momento da pesquisa, para tratarmos de identidade de gênero e nem orientação sexual. Os artigos analisados não apresentam a descrição ou o auto referenciamento dos participantes nessa binaridade de gênero.

publicação no período compreendido pela análise. A relação completa encontra-se nos Apêndices B e C.

Gráfico 2 – Quantitativo de autores, de acordo com a formação



Fonte: produzido durante a pesquisa.

Identificamos que, na amostra analisada de 29 artigos, somente 2 (6,9%) artigos apresentaram autoria individual. Dos 27 artigos restantes 20 (69%) compartilharam autorias entre dois autores; 5 (17,2%) compartilharam autoria entre três autores; e 2 (6,9%) compartilharam autorias entre quatro autores. Esses dados apontam para a preferência dos autores quanto a processos de pesquisa e produção compartilhada, visto que a ampla maioria dos autores, 42 (82%) é oriunda de instituições formadoras de graduação e pós-graduação (universidades públicas e privadas) e atuam como docentes, bibliotecários e arquivistas nessas instituições.

Tratando ainda da autoria relacionamos na Tabela 3 os autores mais produtivos. Apenas 2 (4%) autoras apresentaram sequencialmente três publicações e 8 (16%) autores apresentaram duas publicações. Todos os demais autores analisados, ou seja, 41 (80%) apresentaram apenas uma publicação na amostra pesquisada.

Tabela 3 – Autores mais produtivos

Autor	Artigo	Ano de publicação	Total de artigos publicados
Elizete Vieira Vitorino	Artigo 28 Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas.	2017	3
	Artigo 29 Competência em informação de minorias sociais:	2018	

	narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina Artigo 4 Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha	2016	
	Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê. Artigo 25	2016	
Gisele Rocha	Em busca do protagonismo negro na ciência da informação.	2019	3
	Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação.	2019	
Elmira Luzia Melo Soares Simeão	Artigo 1 O bibliotecário universitário como agente mediador: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo) Artigo 2 Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação	2016 2016	2
Celia Revilândia Costa	Artigo 2 Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos	2016 2016	2
Lígia Maria Moreira Dumont	Artigo 3 A educação de usuários como matriz para a competência em informação: um estudo a partir da comunidade de discentes da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais Artigo 12 Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital.	2016 2017	2
Benedito Medeiros Neto	Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos Artigo 9 Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais	2016 2017	2
Luis Claudio Borges	Artigo 11 Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social. Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas	2017 2018	2
Gilda Olinto	Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice.	2018 2018	2
Aurekelly Rodrigues da Silva	Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da	2019	2

	informação. Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação	2019	
	Artigo 28 Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas.	2017	
Guilherme Goulart Righetto	Artigo 29 Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina	2018	2

Fonte: produzido durante a pesquisa.

De modo quantitativo analisamos as 29 publicações recuperadas considerando os seguintes enfoques: a) Demandas (necessidades de informação) e Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas; b) Uso de TIC durante a mediação; Grupos sociais identificados como minorias sociais; d) A perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo); e) Os profissionais e organizações envolvidos; f) A obra (tema, objetivo e conceitos utilizados).

a) Demandas (necessidades de informação) e Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas

Nesta alínea descrevemos as demandas e ações de competência apontadas nos artigos analisados. No primeiro bloco tratando das demandas delimitamos aquelas orientadas à identificação de necessidades de informação. A questão de análise foi identificar as necessidades, de natureza informativa, levantadas nos artigos. Depois de listadas, as demandas foram reunidas por grandes temas ou assuntos afins.

Em um primeiro bloco levantamos 15 demandas ou necessidades de informação agrupadas em 8 temáticas conforme Quadro 6. Os temas refletem necessidades de informação relacionadas a Competência em informação e mediação, formação de profissionais e mediadores, educação de usuários, bases teóricas da competência em informação, usos de TIC e articulação entre competência em informação e acesso à informação.

Quadro 6 - Demandas (necessidades de informação)

Temas afins	Demandas (necessidades de informação)	Artigos
Competência em informação e mediação	Ação mediadora do bibliotecário universitário no âmbito da competência em informação	Artigo 1
Formação	Formação de professores para educação inclusiva	Artigo 2
	Formação de bibliotecários e dirigentes de bibliotecas para atender necessidades de usuários	Artigo 4
Educação de usuários	Educação de usuários em competência em informação	Artigo 3

	Formação de usuários nas bibliotecas	Artigo 6
Bases teóricas da competência em informação	Análise do conceito de competência relacionado ao mercado de trabalho para atender a necessidade de acompanhamento dos avanços tecnológicos e científicos.	Artigo 5
	Reconhecimento de termos que se relacionam com o conceito de <i>information literacy</i> e os respectivos contextos de uso	Artigo 7
	Semelhanças e diferenças entre os conceitos de competência em informação e capacidade de absorção	Artigo 14
	Concepções sobre o termo competência em informação	Artigo 15
Uso de TIC	Acesso e usos de tecnologias de informação e comunicação	Artigo 8
	Aprendizagem digital e uso de TIC em telecentros	Artigo 9
	Inclusão digital	Artigo 10
		Artigo 12
	Competência em informação como recurso de análise ético-política da Exclusão digital	Artigo 11
Competência em informação e acesso à informação	Competência em informação e construção de conhecimento	Artigo 13

Fonte: produzido durante a pesquisa.

Num segundo bloco a análise desdobrou-se sobre os artigos que apresentam a articulação entre minorias e protagonismo social. Ao observar-se as principais necessidades de informação explicitadas pelos grupos minoritários foram reconhecidas três temáticas transversalizadas e aglutinadoras. Os 11 (onze) artigos articulam o tema minorias a três outros aspectos gerais: minorias e mediação; minorias e acesso à informação; e minorias e protagonismo. Essa descrição pode ser visualizada no Quadro 7.

Quadro 7 – Minorias e protagonismo social

Temas afins	Demandas (necessidades de informação)	Artigos
Minorias e mediação	Redução de exclusão e da marginalização com as práticas de mediação em comunidades Quilombolas	Artigo 16
Minorias e acesso à informação	Acesso a informação do aluno com deficiência no âmbito da UFPB.	Artigo 17
	Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial	Artigo 18
	Acesso a informação pelo deficiente visual	Artigo 19
	Promover a inclusão e acessibilidade pelo acesso à informação	Artigo 20
	Compartilhamento de conhecimento produzido na academia para minorias	Artigo 23
Minorias e protagonismo social	Amenização de desigualdades sociais a partir da mediação	Artigo 21
	Reconhecimento do perfil de universitários indígenas para superação de lacunas informacionais, inclusão intelectual e social	Artigo 22
	Acesso e apropriação de informação para	Artigo 24

	protagonismo de idosos nos centros de vivência	
	Inclusão e protagonismo do negro no campo da Ciência da Informação	Artigo 25
	Mediação da informação como recurso para o desenvolvimento de protagonismo social de mulheres usuárias da Casa abrigo para vítimas de violência doméstica	Artigo 26

Fonte: produzido durante a pesquisa.

O terceiro e último, bloco em sua estrutura geral, orientou-se pela articulação entre competência em informação e minorias, conforme Quadro 8. São artigos que tratam da centralidade da competência em informação para mediar práticas inclusivas e de diminuição das desigualdades sociais no meio da sociedade. Nesses artigos as minorias citadas são pessoas com deficiência e pessoas Trans.

Quadro 8 – Competência em informação e minorias

Temas afins	Demandas (necessidades de informação)	Artigos
Competência em informação e inclusão	Competência em informação para inclusão de pessoas com deficiência	Artigo 27
Competência em informação e minorias sociais	Competência em informação para minimização da vulnerabilidade social de pessoas Trans	Artigo 28
	Reconhecimento de necessidades de informação das pessoas trans	Artigo 29

Fonte: produzido durante a pesquisa.

No Quadro 9 elencamos um conjunto de artigos tratando do uso de TIC durante processo de mediação. As tecnologias arroladas são: no Artigo 1: bases de dados científicas e tecnológicas, catálogos em linha e recursos informacionais em formato digital disponibilizados no site da biblioteca universitária; no Artigo 6: computador, acesso à internet, acesso ao portal de periódicos da CAPES, retroprojeto multimídia, ambiente de aprendizagem virtual (Moodle); no Artigo 8: uso de TIC incluindo telefonia móvel inteligente para além do uso de voz; Artigo 9: uso de TIC em telecentros e aplicações de serviços móveis. As tecnologias arroladas refletem as demandas dos contextos analisados: universitários (bibliotecas), ambientes de ensino de jovens e adultos (EJA) e telecentros em comunidades.

Quadro 9 – Uso de TIC durante a mediação

Artigos	TIC
Artigo 1 O bibliotecário universitário como agente mediador: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo).	No cerne das iniciativas formadoras de Competência em Informação, os bibliotecários universitários oferecem treinamento nas principais bases de dados das áreas do conhecimento integrantes da estrutura universitária, com o propósito de permitir aos usuários a recuperação das informações científicas e tecnológicas. Destaca-se, também, a capacitação dos usuários no uso dos catálogos em linha e

	dos recursos informacionais em formato digital disponíveis no site da biblioteca universitária. De modo abrangente, as bibliotecas devem utilizar as tecnologias disponíveis para viabilizar a prestação de serviços informacionais adequados às necessidades informacionais de usuários críticos e conscientes.
Artigo 6 Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na competência em informação.	No que diz respeito aos recursos tecnológicos utilizados pelos instrutores, tanto no SNBU quanto no CBBB, eles são semelhantes, a saber: computador, acesso à internet, acesso ao portal de periódicos da CAPES, retroprojetor multimídia, ambiente de aprendizagem virtual (por exemplo, Moodle).
Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos.	As práticas de mediação tecnológica ainda que assimiladas em níveis e ritmos diferenciados, estimularam mudanças significativas no cotidiano dos grupos envolvidos com o projeto. Os líderes comunitários percebem a importância de utilização das redes sociais como agente de mobilização social e como estratégia de ampliação das esferas de atuação de seus serviços comunitários. Os professores de EJA e seus alunos passaram a utilizar com mais frequência os recursos tecnológicos disponibilizados no CEDEP com projetos pedagógicos específicos. A comunidade em geral ampliou a utilização da telefonia móvel para além do uso de voz, incorporando novas práticas de acesso, uso e comunicação de informação (MEDEIROS NETO, 2016).
Artigo 9 Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais	As intervenções partem do princípio que os recursos informacionais e tecnológicos concentrados em dispositivos móveis alargam as fronteiras da aprendizagem e atingem novos estágios de cognição, da comunicação e da participação social, viabilizando novas experiências aos indivíduos inseridos em contextos de vulnerabilidade social. Tais experiências fomentam um profícuo debate que coloca em cena a pertinência, as limitações e as potencialidades de vários conceitos já utilizados em abordagens sobre as temáticas, tais como inclusão digital, competência em informação e literacias digitais.

Fonte: produzido durante a pesquisa.

Dentre os artigos analisados quanto às TIC, o Artigo 1 que versa sobre o Bibliotecário universitário como agente mediador destacou que estes profissionais oferecem treinamento nas principais bases de dados das áreas do conhecimento integrantes da estrutura universitária, com o propósito de permitir aos usuários a recuperação das informações científicas e tecnológicas. Destacou-se, também, a capacitação dos usuários no uso dos catálogos em linha e dos recursos informacionais em formato digital disponíveis no site da biblioteca universitária. De modo abrangente, as bibliotecas devem utilizar as tecnologias disponíveis para viabilizar a prestação de serviços informacionais adequados às necessidades informacionais de usuários críticos e conscientes.

O Artigo 6 que faz Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na competência em informação, enfatizou o uso do computador, acesso à internet, acesso ao portal de periódicos da CAPES,

retroprojektor multimídia, ambiente de aprendizagem virtual (por exemplo, Moodle). Os autores observaram que de forma geral entre os conteúdos mais abordados estão a busca e o uso das fontes de informação, a normalização documentária, bem como o uso dos recursos e serviços informacionais da biblioteca.

Já no Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital, aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos, direcionado à promoção da inclusão digital em uma comunidade, as redes sociais foram utilizadas como agente de mobilização social e como estratégia de ampliação das esferas de atuação dos serviços comunitários. A utilização da telefonia móvel foi ampliada para além do uso de voz, incorporando novas práticas de acesso, uso e comunicação de informação.

No Artigo 9 Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais, os autores pontuaram que tablets e smartphones darão oportunidades a novas atividades de inclusão digital e mais Coinfo com base na interação entre homens e máquinas.

b) Grupos sociais identificados como minorias sociais

Durante a análise da amostra levantada identificamos 17 (dezessete) grupos os sociais categorizados como minorias: 1) Adultos em processo de escolarização tardia; 2) Quilombolas; 3) Alunos com deficiência; 4) Mulheres negras; 5) Deficiente visual; 6) Pessoas com deficiência; 7) Estudantes com Deficiência no Ensino Superior; 8) Grupos subalternos, especialmente mulheres e jovens; 9) Universitários indígenas; 10) Comunidades rurais; 11) LGTB; 12) Trans; Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis; 13) Idosos; 14) Negros; 15) Mulheres usuárias da Casa Abrigo; 16) Alunos extensionistas e àqueles atendidos pelos projetos dos projetos de inclusão digital; 17) Sujeitos que vivem em comunidades rurais.

A relação de artigos foi sistematizada no Quadro 10. A título de reconhecimento identificamos também outros grupos mencionados, mas que não se constituíram como minorias. Citamos professores, bibliotecários e/ou profissionais da informação e diversas categorias de usuários.

Quadro 10 - Grupos sociais categorizados como minorias

Grupos sociais identificados como minorias sociais	Artigos	Outros grupos elencados que não se constituem como minorias	Artigos
	Título do artigo		Título do artigo
Adultos em processo de escolarização tardia e matriculados em turmas de Educação de Jovens e Adultos	Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos	Professores; jovens de vários níveis educacionais interessados em ampliar conhecimentos sobre utilização de recursos tecnológicos.	Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos

Quilombas	Artigo 16 Mediação da informação em comunidades quilombolas.	-	-
Alunos com deficiência	Artigo 17 O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência.	-	-
Mulheres negras	Artigo 18 Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê	-	-
Deficiente visual	Artigo 19 Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico	-	-
Estudantes com Deficiência no Ensino Superior	Artigo 20 Programas de acessibilidade para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social.	-	-
Grupos subalternos, especialmente mulheres e jovens.	Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas.	-	-
Universitários indígenas	Artigo 22 Perfil de universitários indígenas: um estudo de usuários da informação	-	-
Comunidades rurais; espaço LGBT; quilombolas.	Artigo 23 Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017).	-	-
Idosos	Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice.	-	-
Negros	Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da informação.	-	-
Mulheres usuárias da Casa Abrigo	Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação	-	-
-	-	Bibliotecário universitário	Artigo 1 O bibliotecário universitário como agente mediador: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo).
-	-	Profissional da informação	Artigo 2 Information literacy:

			dialogicidades entre ciência da informação e educação.
-	-	Usuários de bibliotecas universitárias	Artigo 3 A educação de usuários como matriz para a competência em informação: um estudo a partir da comunidade de discentes da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais
-	-	Profissionais da informação dirigentes de bibliotecas vinculadas a Instituições de Educação Superior	Artigo 4 Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha.
-	-	Bibliotecários	Artigo 6 Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na competência em informação.
-	-	Usuários que participam de oficinas voltadas para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).	Artigo 9 Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais.
Alunos extensionistas e àqueles atendidos pelos projetos dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB	Artigo 10 Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB.	-	-
Sujeitos que vivem em comunidades rurais.	Artigo 13 Competência em informação e a construção de conhecimento em comunidades rurais	-	-
Pessoas com deficiência	Artigo 27 Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação	-	-
Trans; Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis	Artigo 28 Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas	-	-
Trans; Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis	Artigo 29 Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina	-	-

Fonte: produzido durante a pesquisa.

c) A perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo

No Quadro 11 demonstramos os artigos que explicitaram narrativas orientadas ao social articuladas à produção de protagonismo. Nesta etapa de análise quantitativa levantamos dez artigos.

Quadro 11 – A perspectiva analítica orientada ao social e ao protagonismo social

Artigo	Perspectiva analítica orientada ao social e ao protagonismo social
Artigo 16 Mediação da informação em comunidades quilombolas.	Fortalecimento da construção de dias mais positivos na memória das Comunidades Quilombolas, fazendo com que estas atuem como protagonistas de suas próprias escolhas e se apropriem de narrativas mais conscientes diante de sua força de atuação diante dos processos de libertação das privações que acometem sua história.
Artigo 17 O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência	Envolver e garantir a pessoa com deficiência o espaço de direito na Sociedade em que vive, apesar dos desafios, esses sujeitos devem ser percebidos como o principal protagonista de sua própria história.
Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas	As ações da biblioteca podem contribuir com o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia dos seus usuários, colaborando para que estes possam ser protagonistas de mudanças sociais na sua vida e na vida dos seus pares e comunidade.
Artigo 23 Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017)	Protagonismo social que favorece a apropriação da informação e contribui para mudanças sociais, comportamentais e sensoriais aos sujeitos que estão nos grupos de minorias sociais.
Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice	Protagonismo social na velhice
Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da informação	No tocante à temática étnico-racial, voltada à população negra, no campo da CI, os/as profissionais da área da Informação podem contribuir para fortalecer o protagonismo negro, ao facilitar a disseminação, a mediação e a apropriação de conhecimentos visando à inclusão social da população negra na sociedade informacional.
Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação.	Protagonismo social
Artigo 2 Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação	Protagonismo de profissionais de informação (bibliotecários)
Artigo 10 Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB.	Tornar os cidadãos aptos a valorizar a sua própria cultura, serem protagonistas e proativos em se tratando de utilizar-se dos meios disponíveis para garantir e reclamar os seus direitos.
Artigo 12 Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital.	Desenvolvimento da cidadania, que leva ao protagonismo e ao empoderamento da população

Fonte: produzido durante a pesquisa.

Consta no Quadro 11 lista de 10 (dez) artigos orientados à perspectiva analítica orientada ao social e ao protagonismo social. O Artigo 16 Mediação da informação em

comunidades quilombolas, destacou o protagonismo social dos sujeitos que vivem nessas comunidades pobres e marginalizadas, a possibilidade de caminharem rumo a emancipação, ao empoderamento e ao desenvolvimento de competências humanas e também informacionais que são requisitos indispensáveis para o exercício e o fortalecimento da cidadania, para que consigam se libertar das desigualdades e privações que se encontram arraigadas em sua própria história (PEREIRA; BARREIRA, 2016).

O Artigo 17 O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência, enfatizou que mesmo diante dos inúmeros desafios, esses sujeitos conseguem se envolver e garantir a sua inclusão e o seu espaço na sociedade, quando são protagonistas de sua própria história. No entanto, além do acesso a informação, recursos tecnológicos ou meios disponibilizados pelas universidades para que eles possam participar da sociedade, a inclusão é um processo que necessita ser internalizado e externalizado (PEREIRA; LIMA, 2016).

Os autores do Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas, sugeriram que as bibliotecas por meio de suas ações podem auxiliar os seus usuários a desenvolver pensamento crítico e autonomia para que sejam protagonistas de mudanças sociais na sua vida e no meio onde estiverem inseridos (BORGES; OLINTO, 2018).

O Artigo 23 Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017), pontuaram que o protagonismo social favorece a apropriação da informação e contribui para mudanças sociais, comportamentais e sensoriais de minorias sociais. Para tanto, é preciso ampliar as ações voltadas à leitura em comunidades para auxiliar esses grupos a se apropriar da informação e desenvolver o protagonismo social. (JESUS; GOMES, 2018).

Enquanto o Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice, destacou que esses espaços também atuam na promoção do protagonismo desses sujeitos, por meio da disponibilidade de informações acerca do envelhecimento ativo, dos direitos e demais necessidades de informação (VETTER; OLINTO; FERREIRA, 2018).

O Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da informação enfatizou o papel dos profissionais da área de Informação no que diz respeito ao protagonismo social desses sujeitos, por meio da disseminação, mediação e a apropriação de conhecimentos voltados para a inclusão social dos negros na sociedade informacional (ALVES et al., 2019).

Sobre o protagonismo social de mulheres, o Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação, os autores pontuaram que a mediação da informação é a base para que essas mulheres vítimas de violência doméstica, sejam detentoras

de conhecimentos que as auxiliem no enfrentamento desta problemática, bem como lhes proporcione uma nova forma de viver e, principalmente, de agir em sociedade. Nestes espaços, o diálogo e o compartilhamento de experiências, são também meios que permitem tanto as usuárias do abrigo quanto aos profissionais, que se coloquem como protagonistas no enfrentamento da violência doméstica. Os autores reforçaram com a pesquisa realizada que abordar o protagonismo social das mulheres, no campo da CI, potencializa o caráter social da informação, intrinsecamente voltado para valorizar a vida cidadã, com foco no respeito, na inclusão e na cidadania (SILVA; CORTES, 2019).

Enquanto o Artigo 2 *Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação*, enfatizou o protagonismo de bibliotecários, uma vez que estes profissionais da informação são agentes promotores da educação para sociedade da informação e, portanto, assumem a função de protagonistas no processo de aprendizagem informacional (SIMEÃO; COSTA, 2016).

No Artigo 10 *Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB*, os autores indicaram que a universidade desempenha papel indispensável em relação à promoção da inclusão digital, não somente no que diz respeito a pesquisas sobre a temática, mas também, quanto ao desenvolvimento de ações realizadas na comunidade que contribuem para tornar os sujeitos comprometidos com a valorização da própria cultura, protagonistas e proativos quanto ao uso dos meios disponíveis para lutar pela efetivação dos seus direitos, tornando-se pessoas autônomas e transformadores da realidade social (PINTO NETO et al., 2017).

Os autores do Artigo 12 *Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital*, pontuaram que as ações que são desenvolvidas pelas bibliotecas públicas – instituições mantidas pelo poder público, devem promover o acesso à informação. Nesse contexto, o Estado como agente público deve elaborar políticas públicas focadas no desenvolvimento de habilidades quanto a busca e uso da informação, além de garantir também o acesso à informação e a inclusão digital, condições que são indispensáveis para o exercício da cidadania, que, por conseguinte, relaciona-se ao protagonismo da população (SOUZA; DUMONT, 2017).

d) Os profissionais e organizações envolvidas nos artigos orientados ao social e à produção de protagonismo

A perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo conforme demonstração no Quadro 12 foi a temática abordada em 10 (dez) artigos e discutida entre 22 (vinte e dois) profissionais. Dentre as organizações envolvidas, 04 (quatro) artigos mencionaram organizações educacionais dentre universidades, faculdades e escolas; 01 (um) artigo citou Comunidade Quilombola e Universidade; 02 (dois) artigos mencionaram Bibliotecas, sendo um a Biblioteca do complexo de favelas localizado na cidade do Rio de Janeiro e outro mencionou sobre bibliotecas públicas; 01(um) artigo enfatizou sobre os Centros de Convivência de Idosos, 01 (um) artigo mencionou as Comunidades rurais do Estado do Ceará, Organização Não Governamental em João Pessoa/ Paraíba, Organização de Mulheres Negras da Paraíba – Bamidalê e Espaços LGBT e (01) um artigo citou Casa de Abrigo.

Quadro 12 - Profissionais e organizações envolvidas

Artigo	Profissionais (autores)	Organizações Envolvidas
Artigo16 Mediação da informação em comunidades quilombolas.	Cleyciane Cássia Moreira Pereira Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira	Universidade Federal da Bahia Comunidade Quilombola de Itamatatua, Alcântara
Artigo17 O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência	Giulianne Monteiro Pereira Izabel França de Lima	Universidade Federal da Paraíba
Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas	Luís Cláudio Borges Gilda Olinto	Biblioteca do complexo de favelas localizado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil
Artigo 23 Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017)	Ingrid Paixão de Jesus Henriette Ferreira Gomes	Comunidades rurais do Estado do Ceará Organização Não Governamental em João Pessoa/ Paraíba Organização de Mulheres Negras da Paraíba – Bamidalê Espaços LGBT
Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice	Silvana Maria de Jesus Vetter Gilda Olinto Maria Mary Ferreira	Centros de Convivência de Idosos do Rio de Janeiro e São Luís
Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da informação	Felipe Arthur Cordeiro Alves Gisele Rocha Côrtes Aurekelly Rodrigues da Silva Maria Cristiana Félix Luciano	Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação	Aurekelly Rodrigues da Silva Gisele Rocha	Casa de Abrigo
Artigo 2 Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação	Elmira Luzia Melo Soares Simeao Celia Revilândia Costa	Organizações educacionais (universidades, faculdades, escolas)
Artigo 10 Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger Maria Lívia Pacheco de Oliveira	Universidade Federal da Paraíba
Artigo 12 Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital	Luciana Gonçalves Silva Souza Lígia Maria Moreira Dumont	Bibliotecas públicas

Fonte: produzido durante a pesquisa.

f) A obra (tema, objetivo e conceitos utilizados) nos artigos orientados ao social e à produção de protagonismo

No Quadro 13 descrevemos os principais objetivos e conceitos utilizados nos 10 (dez) artigos analisados. Os objetivos identificados referem-se:

- à análise de necessidades informacionais (acesso, uso e mediação da informação), conforme Artigos 16 e 17 tratando de comunidades quilombolas e alunos com deficiência;
- à reflexão e discussão teórica sobre: diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas, conforme Artigo 21; mediação e minorias sociais, conforme Artigo 23; historicidade do conceito *Information Literacy*, conforme Artigo 2); projetos de inclusão digital, conforme Artigos 10 e 12.
- ao protagonismos de idosos conforme Artigo 24; de negros, conforme Artigo 25; e de mulheres, conforme Artigo 26.

Quadro 13 - A Obra

Obra	Objetivo	Conceitos utilizados
Artigo 16 Mediação da informação em comunidades quilombolas	Analisar as necessidades informacionais das Comunidades Quilombolas voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas.	Acesso, Uso e Mediação da informação. Comunidades Quilombolas.
Artigo 17 O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência	Apresentar um recorte dos resultados finais da pesquisa de mestrado na área de Ciência da informação (CI) intitulada “O acesso à informação na UFPB: memórias para lembrar direitos esquecidos” concluída no primeiro semestre do ano de 2016.	Memória. Informação. Acesso a informação.

Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas	Refletir sobre a produção das diferenças e das desigualdades sociais na sociedade do conhecimento, situando as bibliotecas como dispositivos de saber-poder, sendo, portanto, territórios informacionais de encontro nas e das diferenças, especialmente para os sujeitos informacionais-usuários em condição de subalternidade.	Desenvolvimento Tecnológico. Território. Dispositivos de poder. Sujeitos subalternos.
Artigo 23 Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017)	Analisar a produção científica sobre mediação da informação e mediação da leitura relacionada às atividades em grupos de minorias sociais nos ambientes não acadêmicos, a exemplo de comunidades rurais; espaço LGBT; quilombolas, no âmbito do GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).	Ciência da Informação. Mediação da Informação. Mediação da Leitura.
Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice	O estudo trata sobre os Centros de Convivência como espaço de informação para os idosos. O objetivo é examinar o seu papel no acesso à informação e protagonismo desses sujeitos.	Envelhecimento ativo. Protagonismo. Apropriação de informações.
Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da informação	Apresentar as produções científicas sobre temas que envolvem questões étnico-raciais, com foco na população negra, publicadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, entre 2011 e 2018.	Conceitos utilizados: Informação étnico-racial. Protagonismo social
Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação	Apresentar a Casa Abrigo (CA) e investigar como a mediação da informação contribui para promover o protagonismo social das mulheres para o enfrentamento da violência doméstica	Protagonismo. Protagonista. Mediação da Informação
Artigo 2 Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação	Apresentar e discutir a historicidade do conceito Information Literacy e suas variedades interpretativas em bases de dados nacionais e internacionais das áreas de educação e Ciência da Informação destacando aspectos que fomenta a dialogicidade entre estas áreas.	Habilidade Informacional, Comportamento Informacional, Competência Virtual, Competência Infocomunicacional, Competência Infomidiática, Competência Informacional, Competência em Informação, Letramento Informacional, Letramento digital, Alfabetização Informacional, Alfabetização em Informação, Alfabetização Digital, Conceito Matricial Information Literacy
Artigo 10 Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no	Analisar, sob os pressupostos teóricos da Ciência da Informação, os projetos de extensão aprovados no Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PROBEX), no ano de 2015, na UFPB, que versam sobre inclusão digital.	Inclusão Digital. Ciência da Informação

PROBEX/UFPB		
Artigo 12 Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital	Suscitar uma reflexão sobre o exercício da cidadania em meios eletrônicos e sobre o papel da biblioteca pública como instituição que auxilia o desenvolvimento de práticas cidadãs ao oferecer o acesso e instruções para o uso da internet em suas dependências, proporcionando a inclusão digital da comunidade.	Cidadania. Cidadania Digital. Exclusão. Inclusão digital

Fonte: produzido durante a pesquisa.

4.6 Produção da síntese integradora

Nesta seção realizamos a descrição dos artigos reunidos sob três temáticas distribuídas ao longo das seções 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3. Estas seções seguem o arranjo formal e as articulações que realizamos ao longo da pesquisa durante a revisão teórica que realizamos.

4.6.1 *Competência em informação e minorias*

Dos três artigos sobre CoInfo e Minorias, o Artigo 27 que versa sobre Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação discutiu o acesso às políticas de informação para as pessoas com deficiência no Brasil, propondo que o acesso à informação é uma forma de estimular o desenvolvimento cognitivo, aprimorar e potencializar a apropriação de ideias, de conhecimentos e de habilidades que influenciam na formação da identidade, e, sobretudo, de equiparar as oportunidades existentes no mercado e proporcionar a inclusão social. Os autores reforçam que diante do desenvolvimento da tecnologia, é premente a necessidade de criar políticas públicas que permitem o acesso à informação das pessoas com deficiência. Nesse sentido, cabe ao Estado de acordo com as suas atribuições, garantir que sejam elaboradas e implementadas políticas públicas inclusivas no campo da informação, visando eliminar e/ou atenuar as barreiras informacionais, fortalecer o direito de cidadania dessas pessoas e equiparar as oportunidades para essas pessoas. É urgente um olhar crítico além do apoio conjunto de associações e órgãos governamentais destinados ao atendimento as pessoas com deficiência, uma vez que a informação é um direito extensivo a todos os cidadãos sem qualquer diferença e/ou distinção, logo é preciso garanti-lo por meio da disponibilização de forma adequada. Barreiras políticas e sociais não são motivos para que se justifique a não garantir desse direito as pessoas com deficiência ou a quaisquer outros cidadãos brasileiros (SILVA et al., 2016).

Enquanto o Artigo 28 sobre Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas, apresentou apontamentos teórico-conceituais sobre as pessoas trans e a relação do tema com a CoInfo, averiguando a necessidade a informação em relação aos transgêneros,

transexuais e travestis. Os resultados parciais do estudo indicaram que a CoInfo apesar de ser uma realidade na sociedade brasileira, em contrapartida, não é igualitária. As narrativas das pessoas trans corroboraram a relevância da CoInfo para atenuar a vulnerabilidade social na sociedade da informação e do conhecimento (RIGHETTO; VITORINO, 2017).

O Artigo 29 Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina, enfatizou a situação de vulnerabilidade social e de informação, estigma e preconceito vivenciados pelas pessoas trans. De acordo com os autores, as narrativas reafirmaram a vulnerabilidade vivenciada pelas pessoas trans na sociedade brasileira e, em contrapartida, demonstraram o descaso em relação ao desenvolvimento de políticas públicas, paralelamente a escassez de estudos, pesquisas e práticas profissionais associadas a CoInfo, a Ciência da Informação e as questões de gênero no Brasil. Ademais, os autores reforçaram que o uso da informação é uma prática social, e o uso (competência) da informação só é válida quando é promove a participação de todos os cidadãos, promovendo a igualdade e liberdade (RIGHETTO; VITORINO, 2018).

4.6.2 Minorias e protagonismo social

Dentre os 11 (onze) artigos que retrataram as minorias e o protagonismo social, o Artigo 16 Mediação da informação em comunidades quilombolas, analisou as necessidades informacionais voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas, em que reconheceram que a interdisciplinaridade da CoInfo e a mediação da informação pode auxiliar a Ciência da Informação a construir os processos que mediarão a informação para essas comunidades, contribuindo para que as mulheres quilombas possam atuar como protagonistas de sua própria história e escolhas, tornando-se mais conscientes do seu papel frente aos processo de emancipação, empoderamento e desenvolvimento de competências humanas/informacionais imprescindíveis para o fortalecimento da cidadania (PEREIRA; BARREIRA, 2016).

No Artigo 17 O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência, os autores apresentaram um recorte dos resultados finais da pesquisa de mestrado na área de CI, como objetivo principal de analisar a temática do ponto de vista individual e coletivo desses alunos. Os autores observaram que mesmo diante dos desafios de se promover a inclusão e garantir o direito das pessoas com deficiência na sociedade, esses sujeitos devem ser vistos como protagonistas de sua própria vida e história. Para tanto, o acesso a informação é fator indispensável para que eles possam se tornar pessoas autônomas,

críticas, reflexivas e mais exigentes em relação a garantia da efetivação dos seus direitos (PEREIRA; LIMA, 2016).

Os autores do Artigo 18 Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê, demonstraram a importância desses três fatores na luta contra o racismo e o sexismo. Destacou de modo específico que na Paraíba, há uma estrutura que desafia de modo sistemático a efetivação e garantia dos direitos dessas mulheres – negras, adolescentes e jovens, em que o racismo encontra-se fortemente arraigado na sociedade. Nesse sentido, na tentativa de desconstruir ou atenuar essas estruturas relacionais hierárquicas e assimétricas, a Bamidelê é uma entidade que dissemina informações indispensáveis quanto as relações étnico-raciais atuando como agente de transformação dessa realidade. Paralelamente, há a necessidade de maior sensibilização das autoridades governamentais, instituições de ensino como as universidades, empresas e a sociedade de modo geral, no enfrentamento do racismo e o do sexismo, de modo específico o institucional, bem como disseminar a luta pela sua superação. Os resultados comprovaram ainda que a apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial pela Bamidelê, enquanto processos informacionais, são indispensáveis para que os objetivos da entidade sejam alcançados e ainda são meios eficientes para promover a disseminação da informação étnico-racial em vários setores e públicos da sociedade. A utilização das redes sociais como campo de luta contra o racismo e sexismo, de modo específico o Facebook, tornou-se instrumento não somente para disseminar informações, mas também para promover o compartilhamento, a troca e a discussão de ideais e opiniões, ressaltando ainda que esses espaços nem sempre atingem o público-alvo pelo fato da sua condição de marginalização sociocultural e econômica. Logo, essas ferramentas também são meios que auxiliam o acesso as informações que são produzidas pelo grupo, tornando-se meios para o seu fortalecimento e permanência (SILVA, et al., 2016).

Enquanto o Artigo 19 Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico, discutiu a questão do acesso à informação pelo deficiente visual e suas implicações para a promoção da saúde, buscando compreender a natureza dos fatores intervenientes nesse contexto. Os autores não se debruçaram em esmiuçar a interrelação desses fatores, mas a intenção foi ampliar o espaço e estimular o estudo e as discussões que abordam a temática, tendo como ponto de partida os três eixos mencionados, sobretudo, pelo fato de considerarem o acesso à informação uma atividade desarticulada do dia a dia do deficiente visual. Nesse sentido, destacaram que o suporte cognitivo promove o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que proporcionam ao deficiente

visual autonomia e segurança na execução das atividades da vida diária. Enquanto o suporte social deve ser promovido através da realização de campanhas educativas focadas na conscientização e informação da sociedade sobre as necessidades e a realidade vivenciadas por essas pessoas, tendo também o suporte à família e a interrelação de grupos de apoio. Já o suporte tecnológico, visa assegurar a disseminação e o acesso às tecnologias assistivas e a adequação das TICs às demandas do deficiente visual (CARAN; BIOLCHI, 2016).

Também tendo como foco pessoas com deficiência, o Artigo 20 Programas de acessibilidade para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social, descreveu e interpretou as parcerias desenvolvidas entre os núcleos de acessibilidade e/ou Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior (GTAEDES) e as bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas para promover inclusão e acessibilidade. Os resultados indicaram que a maioria dos núcleos de acessibilidade e dos GTAEDES não possuem o domínio do controle de registro dos estudantes que fazem uso da biblioteca. Foi possível observar também que não existe parceria no processo de formação de coleções das bibliotecas, bem como com o serviço de referência da biblioteca. De modo geral, os autores afirmaram que os núcleos de acessibilidade, os GTAEDES e as bibliotecas universitárias não atuam em parceria para atender os estudantes com deficiência (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2017).

Ainda sobre o papel das bibliotecas, o Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas, refletiu sobre a produção das diferenças e das desigualdades sociais na sociedade do conhecimento, situando as bibliotecas como dispositivos de saber-poder, sendo, portanto, territórios informacionais de encontro nas e das diferenças, especialmente para os sujeitos informacionais-usuários em condição de subalternidade (BORGES; OLINTO, 2018).

Retratando também a questão das minorias, o Artigo 22 Perfil de universitários indígenas: um estudo de usuários da informação, analisou o comportamento de busca e uso da informação desses universitários lotados no Campus IV da UFPB para traçar o perfil dos mesmos. Os autores identificaram que a maioria dos participantes são jovens, com idade de até 25, gênero masculino, baixo nível socioeconômico, residentes nas aldeias, cursam Antropologia e/ou Ecologia, e estão em busca de alcançar a representatividade social e melhores condições de vida e sobrevivência. Nesse contexto, o uso da informação é fundamental para promover a inclusão social e intelectual de minorias sociais, em que a Ciência da Informação intervém de modo a auxiliar a mediação junto aos universitários

indígenas para que estes possam superar as lacunas e satisfazer as suas necessidades informacionais. Assim sendo, conhecer o perfil dos usuários da informação é de grande importância para as bibliotecas, tendo em vista que identificá-los é uma forma de auxiliar a construir uma comunicação mais eficiente com esse segmento da comunidade acadêmica, sendo indispensável também para a construção da política de democratização do ensino superior e ainda da inclusão social desses universitários (QUEIROZ; PAIVA, 2018).

O Artigo 23 Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017), identificou a quantidade de trabalhos resultantes de pesquisas geradas a partir de estudos em comunidades. Somente 07(sete) trabalhos identificados, relacionados a ambiente e grupos sociais abordaram a mediação. Diante desse contexto, os autores pontuaram a necessidade dos pesquisadores de CI ampliarem a discussão e o olhar para grupos identificados como minorias sociais, considerando que estes estendem-se para além dos muros acadêmicos. Outro ponto, reafirmaram os autores, diz respeito a fomentar a divulgação das ações direcionadas as minorias sociais em eventos como o ENANCIB. Acredita-se que essas iniciativas podem auxiliar na criação de uma rede de colaboração que irá favorecer o acesso e a apropriação da informação por esses grupos sociais, assim como promover o desenvolvimento do protagonismo social (JESUS; GOMES, 2018).

Reforçando o eixo temático minorias e protagonismo social, o Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice, examinou o papel dessa instituição no acesso à informação e protagonismo desses sujeitos. Os autores afirmaram que que os centros de convivência participantes do estudo, realizam ações que auxiliam para o protagonismo social na velhice, como, por exemplo, informando os idosos sobre seus direitos e necessidades de informação. Porém, não foram identificadas ações que estimulassem à participação dos idosos na definição das atividades dessas instituições e na sua conscientização enquanto grupo social, preparado para lutar por seus direitos. Dessa forma, o desafio vivenciado nesses espaços é possibilitar a articulação do conhecimento adquirido pelos idosos com a solução das necessidades de informação, com vistas a promover o envelhecimento ativo e protagonista (VETTER; OLINTO, 2018).

Também na tentativa de ampliar a discussão acerca das minorias e o protagonismo social, o Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da informação, apresentou as produções científicas sobre temas que envolvem questões étnico-raciais, com foco na população negra, publicadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, entre 2011 e 2018. Diante dos 20(vinte) trabalhos selecionados, os autores

observaram que as produções científicas que abordam acerca dos negros na Ciência da Informação ainda são incipientes. Pontuaram ainda a importância de incluir a temática durante o processo de formação dos profissionais da informação, levando em conta que, é por meio do acesso, uso, mediação e apropriação da informação, que surgem as possibilidades de gerar conhecimentos que favorecem o protagonismo social, a transformação de ideias e a promoção de valores como o respeito à diversidade e o reconhecimento da identidade étnico-racial (ALVES et al., 2019).

Por fim, o Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação, investigou como a mediação da informação contribui para promover o protagonismo social das mulheres para o enfrentamento da violência doméstica. A informação, como conhecimento, contribui para o desenvolvimento do protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo. O diálogo, a troca de informações e experiências permitiram tanto as usuárias quanto os profissionais, que se situassem como protagonistas no enfrentamento da violência doméstica. Portanto, entende-se que a mediação da informação é indispensável para promover o empoderamento das mulheres, uma vez que propicia conhecimentos que auxiliam as mulheres a enfrentarem a violência doméstica. As participantes do estudo por meio de relatos revelaram que a mediação da informação, consubstanciada na e pela Casa Abrigo, trouxe incentivo e esperança para a uma nova forma de se ver, de se ressignificar, viver e de agir no meio social. Portanto, promover o protagonismo social das mulheres, no campo da Ciência da Informação, potencializa a característica social da informação, de modo intrínseco em relação a valorização da vida cidadã, tendo como base o respeito, a inclusão social e o exercício da cidadania (SILVA; CORTES, 2019).

4.6.3 Competência em informação e TIC

Dentre os 15 (quinze) artigos que abordaram a CoInfo e TIC, os autores do Artigo 1 O bibliotecário universitário como agente mediador: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo) analisaram a literatura científica e interligaram os conceitos inerentes à mediação da informação, à Ciência da Informação e ao Movimento de CoInfo na perspectiva do bibliotecário universitário como agente mediador. Os resultados indicaram 10(dez) categorias que foram especificadas em dois grupos: o primeiro engloba a categoria de Fundamentos e está relacionado com o metac conhecimento da área; o segundo possui 9 categorias (Recursos, Profissionais da

Informação, Conteúdos, Aplicações, Operações/Processos, Tecnologias, Ambientes, Organizações e Usuários) e encontra-se relacionado a mediação. Segundo afirmaram os autores, a função social e educativa do bibliotecário é destacada, quando este profissional da informação é compreendido como um agente mediador da inserção e consolidação da CoInfo. Logo, o bibliotecário universitário integra-se às categorias de mediação do Mapa do Conhecimento da CI de Zins, além de almejar as possibilidades quanto a elaboração de estratégias, políticas e programas com foco no aprendizado e vivência dos conceitos pertinentes a CoInfo (SANTOS; SIMEÃO, 2016).

O Artigo 2 Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação, discutiu a historicidade do conceito Information Literacy e suas variedades interpretativas em bases de dados nacionais e internacionais das áreas de educação e CI destacando aspectos que fomentam a dialogicidade entre estas áreas. Foram identificados 19 (dezenove) modelos de CoInfo elaborados no âmbito de organizações educacionais (universidades, faculdades, escolas) a partir do protagonismo de bibliotecários. Neste sentido, os enfoques conceituais e práticos do Information Literacy indicam caminhos para a construção de um modelo de formação que envolvam dimensões técnicas (associadas a prática docente), tecnológicas (uso de TIC) e contextuais (associados ao âmbito institucional, social e econômico). De acordo com os autores, o conceito matricial pode suprir lacunas em relação a formação acadêmica e instrumentalizar professores que atuam no ensino básico da rede pública a atender as demandas informacionais, por exemplo, dos alunos com deficiência, sobretudo aqueles que requerem Atendimento Escolar Especializado (AEE), contribuindo dessa forma para a construção de espaços educacionais inclusivos (SIMEÃO; COSTA, 2016).

Os autores do Artigo 3 A educação de usuários como matriz para a competência em informação: um estudo a partir da comunidade de discentes da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais, verificaram as percepções quanto aos conhecimentos ou habilidades em informação adquiridos pelos estudantes, por meio das ações ou atividades de educação de usuários promovidas pelas bibliotecas universitárias, contribuindo na formação de CoInfo. Os resultados revelaram que é preciso aprofundar-se mais nas práticas de educação de usuários desenvolvidas nas bibliotecas universitárias, pois estas demonstraram pouca expressividade quanto a construção de habilidades em informação dos acadêmicos. Logo, a prática de educação de usuários precisa se (re)significar para que de fato possa contribuir com a CoInfo dos estudantes das universidades pesquisadas (GOMES; DUMONT, 2016).

O Artigo 4 Uma matriz para o desenvolvimento da CoInfo, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha, teve como objetivo a criação de princípios teóricos para o desenvolvimento da CoInfo. Os resultados mostram que os princípios para a formação dos profissionais podem ser convertidos em ação, ou seja, quanto à dimensão técnica, o foco deve se voltar à prática diária de trabalho; quanto à dimensão estética, deve se priorizar as necessidades informacionais dos usuários; quanto à dimensão ética, a formação deve desenvolver a atitude crítica no profissional; e, para a dimensão política, deve-se dar atenção à comunicação entre os profissionais. De acordo com os autores do estudo, as TIC podem servir de embasamento, porém não são consideradas fatores prioritários para promover o desenvolvimento da CoInfo, uma vez que existem questões requerem mais atenção, como, por exemplo, a criação e também a remodelação de estrutura para a formação com conteúdos que abordem especificamente: a prática diária de trabalho (dimensão técnica); das necessidades informacionais dos usuários (dimensão estética); da atitude crítica (dimensão ética); e, da comunicação entre profissionais (dimensão política) (VITORINO, 2016).

No Artigo 5, Estudo bibliométrico das publicações do GT6 – ENANCIB: análise do termo competência, os autores apresentaram um panorama da temática competência presente nas publicações dos entre 2005 e 2014 na coleção Benancib. Conforme os resultados, houve predominância de trabalhos publicados no grupo de trabalho Informação, Educação e Trabalho (GT6), entretanto esse termo aparece também nos títulos de produções de outros GT's. Ademais, percebeu-se que os autores mais recorrentes em sua maioria sempre participaram do GT6, publicando em parceria com outros pesquisadores e com seus orientandos. As temáticas mais abordadas foram: competência, competência em informação, educação continuada, formação e perfil profissional. Conclui-se que, essa análise fornece elementos que podem ser utilizados para refletir, sobre de que forma a competência vem sendo abordada na Ciência da Informação no Brasil (FARIAS; FARIAS, 2016).

Os autores do Artigo 6 Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na CoInfo, analisaram as práticas educacionais realizadas em bibliotecas universitárias, a partir dos trabalhos apresentados no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD), tendo-se como objetivos específicos identificar: a nomenclatura utilizada nas atividades educacionais; o tipo de atividade; os recursos humanos, recursos físicos e tecnológicos; a integração da formação de usuários com as atividades curriculares; o conteúdo educacional das atividades e

a forma de avaliação da aprendizagem dos estudantes e do programa desenvolvido. Conforme os resultados, observou-se que as nomenclaturas utilizadas e os tipos de atividades são variados; no contexto geral são os bibliotecários que organizam e ministram as atividades, e algumas vezes, são inseridas aos currículos em parceria com os professores e outros funcionários. Dentre os conteúdos mais focados citam-se, a busca e o uso das fontes de informação, a normalização documentária, o uso dos recursos e serviços informacionais da biblioteca. Os autores afirmaram que as atividades educacionais realizadas em bibliotecas universitárias são fundamentais, pois são meios de auxiliar o processo ensino aprendizagem dos seus usuários, no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades para lidar com o universo informacional (MATA; ALCARÁ, 2016).

O Artigo 7 Reflexões sobre *Information Literacy* no Brasil, propôs a criação de uma rede virtual de aprendizagem (RVA) que pudesse analisar os vários termos que se relacionam com a *Information Literacy* e os seus respectivos contextos de uso. Segundo os autores, é possível a criação da RVA, uma vez que facilita a compreensão da *Information Literacy* no Brasil, tornando-se inicialmente um mapa das inúmeras abordagens existentes sobre o termo, buscando assim um fio condutor conceitual entre essas abordagens. E, nesse contexto, destaca-se também a possibilitação de tornar-se um espaço de produção científica no campo da informação (FREIRE, 2016).

Os autores do Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos, apresentaram reflexões sobre um projeto de extensão desenvolvido pelo Centro de Aprendizagem e Inovação Social da Universidade de Brasília no Paranoá em parceria com o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã e direcionado à promoção da inclusão digital na comunidade do Paranoá, região administrativa do Distrito Federal. Participaram do estudo de graduandos dos cursos de Ciência da Computação e Pedagogia e envolveu uma amostragem de sujeitos composta por adultos em processo de escolarização tardia e matriculados em turmas de Educação de Jovens e Adultos e seus respectivos professores; jovens de vários níveis educacionais interessados em ampliar conhecimentos sobre utilização de recursos tecnológicos, especialmente de telefonia móvel inteligente e a comunidade em geral interessada em interação com computadores. A pesquisa realizada identificou que os líderes comunitários entenderam as possibilidades do uso da TIC como recurso para inovar as atividades socioculturais e também as ações políticas. Os tutores reforçaram a relevância do aprendizado colaborativo como método pedagógico no ensino aprendizagem e inovação social. De modo geral, as práticas de mediação tecnológica mesmo que assimiladas em níveis e ritmos diferenciados, ainda assim estimularam transformações no

cotidiano dos grupos que participaram do projeto. Os relatos reforçaram a relevância das práticas extensionistas disponibilizaram produtos e serviços que promovam o empoderamento comunitário, destacando por meio dessas ações o papel relevante e a parceria da universidade como promotora do desenvolvimento local (MEDEIROS NETO; COSTA, 2016).

Os autores do Artigo 9 Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais, retrataram os fenômenos de apropriação das TIC pelas pessoas em processo de aprendizagem digital nos telecentros, na perspectiva da ascensão social e política. Para os autores, os recursos informacionais e tecnológicos, sobretudo, em relação aos dispositivos móveis ampliam as possibilidades de aprendizagem e alcançam novos estágios de cognição, da comunicação e da participação social, tornando viável para essas pessoas inseridas em contextos de vulnerabilidade social novas experiências e oportunidades (MEDEIROS NETO; PASSARELLI, 2017).

O Artigo 10 Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB, analisou sob os pressupostos teóricos da Ciência da Informação, os projetos que versam sobre inclusão digital. Ainda em relação a esses projetos, buscou-se analisar os conceitos e as metodologias que os orientam; conhecer as suas condições ambientais internas e externas de funcionamento; analisar, sob uma perspectiva transdisciplinar, as ações de inclusão digital desenvolvidas nesses projetos; e, por fim, desenvolver estudos que auxiliem na elaboração de diretrizes voltadas para projetos de inclusão digital a partir da análise de experiências práticas desenvolvidas no âmbito interno da UFPB. Os autores destacaram que o que se espera desses projetos de inclusão digital é que a capacitação dos indivíduos os possibilitem exercer o papel de cidadãos, ressaltando-se aí a interrelação entre a inclusão digital e a inclusão social. Especificamente em relação aos projetos desenvolvidos no PROBEX/UFPB foi possível averiguar que todos oferecem cursos em que os conteúdos contemplam noções básicas de informática, conferindo aos participantes oportunidades em relação ao desenvolvimento de atividades educacionais e/ou profissionais com o propósito de melhor inseri-los na sociedade. No entanto, constatou-se que os recursos ambientais e materiais fundamentais para a implantação desses projetos não foram satisfatórios em todos eles, devido à falta de manutenção dos equipamentos que não foram disponibilizados, bem como pela não disponibilidade de acesso à internet nos laboratórios de informática onde os cursos eram ministrados, limitando, portanto, os resultados que pretendiam que fossem alcançados (PINHO NETO et al., 2017).

O Artigo 11 Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social, trouxe uma reflexão em breves apontamentos sobre a ideia de CoInfo como categoria de análise introduzida pelas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação e como possibilidade de análise ético-política da exclusão digital. Considerando a exclusão social e as desigualdades uma realidade pertinente na sociedade contemporânea, é preciso considerar que o acesso e o uso da TIC, de modo específico a internet, traz implicações ético-políticas que precisam ser vislumbradas à luz da CI, considerando o contexto da crítica em informação. Ademais, a CoInfo não deve focar-se nos modelos e enquadramentos teórico-metodológicos tecnicistas, pois limitam as suas possibilidades de interpretação da realidade (BORGES; OLINTO, 2017).

Os autores do Artigo 12 Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital, trouxeram uma reflexão sobre o exercício da cidadania em meios eletrônicos e sobre o papel da biblioteca pública como instituição que auxilia o desenvolvimento de práticas cidadãs ao oferecer o acesso e instruções para o uso da internet em suas dependências, proporcionando a inclusão digital da comunidade. Os autores afirmaram que a biblioteca pública deve atuar na promoção da inclusão social da comunidade onde encontra-se inserida, auxiliando os usuários no desenvolvimento de competências associadas a busca e ao uso das informações nos meios digitais. Desse modo, a biblioteca pública irá contribuir para atenuar a desigualdade em decorrência da exclusão digital, sendo fundamental também fornecer acesso gratuito e de qualidade às TIC, bem como capacitações para os seus usuários com foco no desenvolvimento da aprendizagem (SOUZA; DUMONT, 2017).

O Artigo 13 Competência em informação e a construção de conhecimento em comunidades rurais objetivou compreender de que forma a informação e a competência em informação influenciam a trajetória de vida dos sujeitos que vivem em comunidades rurais, no Município de Riachão do Dantas, em Sergipe. Os autores consideraram que o acesso à informação é indispensável para promover o desenvolvimento social de comunidades e dos sujeitos que delas fazem parte. A pesquisa pontuou que a construção de conhecimento é indispensável para que o sujeito possa adquirir competências, condição que o auxiliará buscar a efetivação dos seus direitos individuais e coletivos na comunidade. No entanto, acreditam os autores que esse processo é traçado pelo sujeito individualmente, dentro ou fora da zona rural, tanto no campo pessoal quanto no profissional (SANTOS; BARREIRA, 2018).

Os autores do Artigo 14 Semelhanças e diferenças presentes nos conceitos de capacidade de absorção e competência em informação, averiguaram se existem semelhanças e

diferenças entre os conceitos de competência em informação e capacidade de absorção, bem como de que maneira essas temáticas abordam a questão da aprendizagem organizacional, a fim de demonstrar conexões entre os conceitos que tratam da aprendizagem organizacional nas referidas áreas do conhecimento. O estudo indicou que a CoInfo pode ser interna e externa às organizações e contribuir para a aprendizagem ao longo da vida. A capacidade de absorção refere-se a aprendizagem organizacional construída a partir do acesso ao conhecimento externo à organização e que contribui para gerar competitividade e inovação. No entanto, há escassez de pesquisas que abordam a temática capacidade de absorção, nenhum artigo abordou a relação entre CoInfo e capacidade de absorção apesar de serem conceitos que apresentam semelhanças. Sugeriram os autores que é importante tratar dessas temáticas de forma conjunta e interdisciplinar, no intuito de contribuir para o desenvolvimento da teoria da Ciência da Informação e da Administração. A CoInfo pode contribuir para que a capacidade de absorção seja aplicada em outros tipos de organizações e cenários, incluindo formas de aprendizagem mais abrangentes (NASCIMENTO; OTTONICAR; VALENTIM, 2018).

O Artigo 15 Semântica e pragmática do termo CoInfo, identificou concepções de professores de uma universidade pública a respeito do termo, o sentido que a ele atribuído e como lidam com a informação nas variadas situações do cotidiano da docência. Os resultados apontaram que todos os participantes da pesquisa não tinham conhecimento a respeito da expressão genérica competência quando associada ao termo em informação. Contudo, possuíam experiência que lhes permitia uma aprendizagem com a qual colocavam em prática a CoInfo. Os autores observaram que a semântica e a pragmática do termo competência sofre influência das experiências individuais e da realidade atual (CONTANI; BARTALO, 2018).

4.6.4 Análise geral e levantamento dos dados considerando a amostra pesquisada

Nesta seção realizamos uma descrição panorâmica da amostra analisada considerando os aspectos salientados nas alíneas a seguir desdobradas.

a) Demandas (necessidades de informação) e Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas

Considerando a amostra pesquisada, quanto às demandas (necessidades de informação), 02 (dois) artigos pontuaram a demanda em relação à prática profissional do bibliotecário para que o mesmo possa desenvolver a CoInfo tanto nas suas ações profissionais

em relação as necessidades dos usuários, como também enquanto cidadãos (SANTOS; SIMEÃO, 2016; MATA; ALCARÁ, 2016). Enquanto 02 (dois) artigos citaram a demanda quanto a formação de professores frente aos desafios de construir uma educação inclusiva e também quanto a necessidade de aprimorar conhecimentos a respeito da expressão competência quando associada ao termo em informação (SIMEÃO; COSTA, 2016; CONTANI; BARTALO, 2018). Já 03 (artigos) pontuaram sobre as demandas quanto a formação dos usuários das bibliotecas destacando que estes espaços precisam passar por uma reformulação para atender as necessidades informacionais e contribuir com a CoInfo dos seus usuários (GOMES; DUMONT, 2016; VITORINO, 2016; MEDEIROS NETO; PASSARELLI, 2017). 07 (sete) artigos destacaram as demandas da sociedade diante do crescimento de informações e do uso de tecnologias de informação e comunicação onde parcela significativa encontra-se excluída, o que requer a implantação de ações que promovam o desenvolvimento de habilidades para que todos possam interagir e de fato participar do processo de inclusão digital (NETO; COSTA, 2016; MEDEIROS NETO; PASSARELLI, 2017; PINHO NETO, SAEGER; OLIVEIRA, 2017; SOUZA; DUMONT, 2017; BORGES; OLINTO, 2018; PEREIRA; BARREIRA, 2016). 03 (três) artigos enfatizaram as demandas das pessoas com deficiência, levando em conta a necessidade de desenvolver também as competências informacionais desses sujeitos, uma vez que, na sociedade da informação promover a inclusão digital requer além de competências, do uso e acesso à informação, a necessidade de acabar com o analfabetismo digital (PEREIRA; LIMA, 2016; DINIZ, I. S. S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, 2017; SILVA; SOUZA; DANTAS, 2016). 02 (dois) artigos enfatizaram sobre a demanda de informação étnico-racial diante da importância de incluir esses sujeitos que encontram-se histórica e culturalmente excluídos da sociedade (SILVA et al., 2016, ALVES; CORTES; LUCIANO, 2019). 02 (dois) artigos enfatizaram as demandas informacionais das pessoas Trans (RIGHETTO; VITORNINO, 2017; RIGHETTO; VITORNINO, 2018); 01 (um) artigo destacou acerca da demanda do acesso à informação para a promoção da saúde (CARAN; BIOLCHINI, 2016); 01 (um) artigo tratou da superação das lacunas informacionais dos universitários indígenas (QUEIROZ; PAIVA, 2018); 01 (um) artigo salientou as demandas e protagonismo dos idosos (VETTER; OLINTO; FERREIRA, 2018); 01 (um) artigo enfatizou as demandas das mulheres que sofrem violência doméstica (SILVA; CORTES, 2019); 01 (um) artigo destacou a necessidade de aperfeiçoar os processos educacionais e de formação de competências, para que os sujeitos possam acompanhar as mudanças e os avanços tecnológicos e científicos (FARIAS; FARIAS, 2016); 01(um) artigo enfatizou a construção de conhecimento em comunidades rurais (SANTOS; BARREIRA,

2018); 01 (um) artigo abordou a demanda de conhecimento dos indivíduos quanto à inter-relação entre competência em informação e capacidade de absorção (NASCIMENTO; OTTONICAR, VALENTIM, 2018); 01 (um) artigo destacou a demanda quanto a produção científica sobre mediação da informação em espaços não acadêmicos (JESUS; GOMES, 2018).

Dentre as ações (metodologias) de CoInfo utilizadas, a amostra pesquisada permitiu identificar 14 (quatorze) artigos, assim especificados: 01 (um) artigo interligou os conceitos de informação, de CoInfo e de CI (FARIAS; FARIAS, 2016); 01 (um) artigo destacou a importância de explorar assuntos de várias áreas do conhecimento, de modo específico em relação à CI e Educação, tendo em vista que a CoInfo não se restringe somente ao uso de bibliotecas (SIMEÃO; COSTA, 2016); 01(um) artigo indicou a interdisciplinaridade entre os campos da CI e da Administração (NASCIMENTO; OTTONICAR, VALENTIM, 2018); enquanto 02 (dois) artigos associaram a articulação entre CoInfo e a educação de usuários das bibliotecas universitárias (GOMES; DUMONT, 2016; MATA; ALCARA, 2017); 01 (um) artigo destacou sobre o desenvolvimento da CoInfo dos profissionais da informação dirigentes de bibliotecas universitárias (VITORINO, 2016); 01(um) artigo propôs a criação de uma rede virtual voltada para atividades extensionistas universitárias, com foco nos processos midiáticos sociais, cognitivos e tecnológicos (FREIRE, 2016); 01(um artigo) destacou sobre a formação de usuários por meio do uso de TIC e serviços móveis, como ferramentas de serviços de informação (MEDEIRO NETO; PASSARELLI, 2017); 01(um) artigo pontuou que diante da exclusão digital a CoInfo deve ser analisada sob o viés crítico, ético e político da desigualdade social (BORGES; OLINTO, 2017); 01 (um) artigo destacou que a CoInfo pode ser trabalhada em diversas áreas e contextos, mas, de modo mais enfático nas atividades que demandam mais intensamente o uso da informação (SIMEÃO; COSTA, 2016); 01 (um) artigo propôs a mediação da informação para comunidades quilombolas, considerando que a CI auxilia os sujeitos dessas comunidades a desenvolver as competências humanas/informacionais que são imprescindíveis para o fortalecimento da cidadania (PEREIRA; BARREIRA, 2016). 01 (um) artigo destacou o papel do governo brasileiro em relação ao acesso à informação das pessoas com deficiência sensorial, por meio de cursos em parceria com universidades brasileiras. Dentre outras ações, citou a construção de novos sítios na Internet e a adequação dos existentes cujo foco consiste em garantir o acesso à informação e ao conhecimento (SILVA; SOUZA; DANTAS, 2016); 02 (dois) artigos enfatizaram a importância de pesquisas e ações profissionais voltadas para a CoInfo e a CI, direcionadas as pessoas trans (RIGHETTO; VITORNINO, 2017; RIGHETTO; VITORNINO, 2018).

b) Uso de TIC durante a mediação

Dentre os artigos analisados quanto a TIC durante a mediação, foram observados o uso do computador, acesso à internet, acesso ao portal de periódicos da CAPES, uso de recursos informacionais em formato digital disponíveis no site da biblioteca universitária, retroprojeter multimídia, ambiente de aprendizagem virtual, redes sociais, telefonia móvel, tablets e smartphones.

c) Grupos sociais identificados como minorias sociais

Os grupos identificados como minorias sociais foram, adultos em processo de escolarização tardia; Quilombas; Alunos com deficiência; Mulheres negras; Deficiente visual; Pessoas com deficiência; Estudantes com Deficiência no Ensino Superior; Grupos subalternos, especialmente mulheres e jovens; Universitários indígenas; Comunidades rurais; LGTB; Trans; Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis; Idosos; Negros; Mulheres usuárias da Casa Abrigo; Alunos extensionistas e àqueles atendidos pelos projetos dos projetos de inclusão digital; Sujeitos que vivem em comunidades rurais.

d) A perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo)

Diante da amostra analisada identificou-se possibilidades de fomentar-se o protagonismo social de moradores das comunidades quilombolas, de pessoas idosas, da população negra, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência, universitários indígenas, sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas.

e) Os profissionais e organizações envolvidas

Dentre os profissionais, destacaram-se pesquisadores relacionados às temáticas: Protagonismo social, Mediação da informação, Violência contra mulheres, Competência, Serviços de informação, Ensino-Biblioteconomia e Informação Científica e Tecnológica. Bibliotecários, Professores universitários em Ciência da Informação, Mídias na Educação, Gestão nas Organizações, Biblioteconomia e Arquivologia.

Dentre as organizações envolvidas, estão: Universidades, Faculdades, Escolas, Comunidade Quilombola, Bibliotecas, Comunidades rurais, Organização Não Governamental, Organização de Mulheres Negras, Espaços LGBT, Centro de Convivência de Idosos, Casa de Abrigo. Destas, as Universidades foram as mais mencionadas nos estudos.

f) A obra

Dentre os artigos que abordaram a temática protagonismo social, foram encontrados os seguintes conceitos: Protagonismo, Apropriação de informações e Protagonista. Especificamente quanto ao protagonismo social na velhice, os autores do Artigo 24 (VETTER; OLINTO; FERREIRA, 2018) utilizaram também o conceito, Envelhecimento ativo. Já em relação ao protagonismo negro, no Artigo 25 (ALVES et al., 2019), foi incluído o conceito Informação étnico-racial. E no Artigo 26 (SILVA; CORTES, 2019) tratando do protagonismo das mulheres usuárias da casa de abrigo, foi acrescido o conceito Mediação da informação.

Os artigos 8 (NETO; COSTA, 2016), 16 (PEREIRA; BARREIRA, 2016), 17 (PEREIRA; LIMA, 2016) e 23 (JESUS; GOMES, 2018) que retrataram o tema Mediação da informação e Acesso à informação, os conceitos utilizados foram: Acesso, Uso e Mediação da informação e Ciência da Informação. Os autores do Artigo 16 que discutiram sobre a Mediação da Informação em Comunidades Quilombolas, empregaram também o conceito Comunidades Quilombolas (PEREIRA; BARREIRA, 2016). O Artigo 17 que discutiu sobre o Acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência, incluiu o conceito de Memória (PEREIRA; LIMA, 2016). Enquanto o Artigo 23 que trouxe como tema Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017), utilizou também o conceito Mediação da Leitura (JESUS; GOMES, 2018). O Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos, utilizou os termos: Mediação em projeto de inclusão digital, Experiência de Aprendizagem Mediada, TIC (NETO; COSTA, 2016).

Os artigos 10 (PINHO NETO; SAEGER; OLIVEIRA, 2017) e 12 (SOUZA; DUMONT, 2017) descreveram o tema Inclusão digital relacionando-a a cidadania. Os conceitos empregados foram: Cidadania, Cidadania Digital, Inclusão Digital, Exclusão e Ciência da Informação.

Os autores, no Artigo 2 (SIMEÃO; COSTA, 2016), que discutiram sobre o termo *Information Literacy*, apresentaram como conceitos: Habilidade Informacional,

Comportamento Informacional, Competência Virtual, Competência Infocomunicacional, Competência Infomidiática, Competência Informacional, Competência em Informação, Letramento Informacional, Letramento digital, Alfabetização Informacional, Alfabetização em Informação, Alfabetização Digital, Conceito Matricial: *Information Literacy*.

Os artigos 2 (SIMEÃO; COSTA, 2016) e 4 (VITORINO, 2016) que retrataram sobre o termo Competência em Informação, utilizaram os conceitos: Competência, Competência em informação, *Information Literacy*, Competências Informacionais, Letramento informacional, Cultura informacional e Alfabetização informacional. O Artigo 4 (VITORINO, 2016). apresentou a temática Competência em Informação sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha, utilizou os conceitos: Informação, Competência em Informação, Dimensões da competência em informação, Universidade, Educação superior e TIC.

O Artigo 21 que discutiu a temática Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas, utilizou como conceitos: Desenvolvimento Tecnológico, Território, Dispositivos de poder e Sujeitos subalternos. A temática da Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba, foi tratada no Artigo 18 e utilizou os conceitos: Ciência da Informação e Disseminação da informação. O Artigo 22 que retratou sobre o perfil de universitários indígenas utilizou os conceitos: Ciência da Informação e Comportamento informacional

Os autores dos artigos 19 (CARAN; BIOLCHINI, 2016), 20 (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2017) e 27 (SILVA; SOUSA; DANTAS, 2016) que descreverem sobre as Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação, utilizaram como conceitos: Informação, Estado, Sociedade e políticas públicas. Ainda sobre a temática que abarca o deficiente, o Artigo 20 (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2017) Programas de acessibilidade para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social, utilizou os termos: Deficiência, *Habitus* e Bibliotecas Universitárias. O Artigo 19 (CARAN; BIOLCHINI, 2016) sobre o acesso à informação do deficiente visual, empregou os seguintes termos: Pessoa com Deficiência (PcD), Deficiente Visual (DV), *Way of Life*, *Mastery of Life*, Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e Tecnologia Assistiva (TA).

Os autores que apresentaram o Artigo 9 (MEDEIRO NETO; PASSARELLI, 2017) Perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência

em informação e literacias digitais, utilizaram os termos: Competência em Informação, TIC, Vulnerabilidade Social frente à mobilidade territorial, Sociedade da Informação em Rede e Aprendizagem Ubíqua.

O Artigo 1 (SANTOS; SIMEÃO, 2016) que descreveu acerca do Bibliotecário universitário como agente mediador, empregou os termos: Ciência da Informação, Mediação da Informação e Competência em Informação.

Os artigos 28 (RIGHETTO; VITORINO, 2017) e 29 (RIGHETTO; VITORINO, 2018) que discutiram a temática Competência em informação das pessoas trans, utilizaram os termos: Trans, Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa, notamos que a emergência do termo mediação sob um viés social e suas vinculações com o paradigma social da informação, para além dos estudos etimológicos baseados em construtos teóricos de outras disciplinas, avançou na produção científica do século XX e têm se mostrado como um dos paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação. Pautando-se na perspectiva analítica, o termo mediação considera as interdependências entre os sujeitos e os grupos sociais, e dentre outras abordagens é empregado numa perspectiva mediática, cultural e da informação.

Quanto as vinculações teórico-conceituais entre competência em informação e usos sociais de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para produção de protagonismo social de minorias sociais, percebemos que o desenvolvimento da CoInfo não se limita ao treinamento de pessoas para que estas façam uso de tecnologias, é necessário considerar o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes em informação para que o indivíduo reconheça a necessidade da informação, saiba buscar o que necessita, tenha conhecimento para tomar decisões, avaliar criticamente o que ele recuperou e utilizar a informação de forma eficiente, levando em conta os aspectos éticos e legais de uso e acesso. Portanto, em uma sociedade tecnologicamente avançada é fundamental promover o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades práticas informacionais para que o indivíduo não seja excluído ou marginalizado, mas tenha maior autonomia e capacidade crítica para avaliar, questionar, usar a informação por meio da aprendizagem, construção de conhecimento e resolução de problemas. Para tanto, é fundamental maior investimento de políticas públicas, participação das organizações públicas e privadas, atuação integrada entre docentes e bibliotecários, desenvolvimento de metodologias ativas para que os indivíduos ampliem as habilidades de CoInfo e participem ativamente da sociedade.

Ao distinguir modelos teóricos e metodologias de desenvolvimento de competência em informação que propiciam a produção de protagonismo social, notamos que diante da natureza multifacetada dos termos competência e CoInfo na sociedade atual, a CoInfo pode ser entendida sob três vertentes, a primeira refere-se ao conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes dos indivíduos em relação as práticas informacionais, ou seja, refere-se a aprendizagem ao longo da vida. A segunda vertente considera o processo ensino aprendizagem que deve ser efetivado por meio de atividades e programas desenvolvidos pelas bibliotecas e instituições de ensino, ou seja, requer ações integradas e colaborativas entre

bibliotecários, docentes e demais profissionais que atuam em ambientes educativos. A última vertente refere-se a CoInfo como uma área disciplinar que deve ser explorada pelos eventos científicos, grupos de estudo/pesquisa certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentre outros meios que ampliem a discussão e proporcionem maior visibilidade a temática. Ainda com base em perspectivas teóricas, notamos que a CoInfo é abordada levando em conta as dimensões técnica que refere-se ao desenvolvimento de habilidades para que o indivíduo possa realizar determinada ação, estética que consiste na percepção do indivíduo para lidar com a informação e agir sobre ela no contexto coletivo, ética relaciona-se as normas que regulam as ações dos indivíduos e política considera a importância da efetividade e implantação de políticas públicas em informação para promover a democracia. Diante disso, considerando que o desenvolvimento de CoInfo propicia a produção de protagonismo social, é crucial que todos os sujeitos tenham acesso à informação e, sobretudo, de maneira inteligente a utilize de modo adequado.

Ao caracterizar a partir dos anais do Enancib (período de 2016 a 2019) a produção científica brasileira no campo da Ciência da Informação, relacionada ao desenvolvimento da competência em informação, mediada por tecnologias para produção de protagonismo social de minorias sociais, esperamos ter constituído a caracterização de estudos e de práticas identificadas de desenvolvimento da competência em informação mediada por tecnologias para produção de protagonismo de minorias sociais. A caracterização contemplou: perfil da obra (tema, objetivo e conceitos utilizados), demandas e ações (metodologias) de competência em informação utilizadas, uso de TIC durante a mediação, comunidades e grupos sociais caracterizados como minorias sociais estudados, perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo), os profissionais e organizações envolvidas. Considerando a amostra pesquisada, foram identificados 21 artigos na modalidade de comunicação oral, 4 resumos expandidos e 6 pôsteres, recuperando um total de 29 publicações. Diante desse contexto, observou-se a escassez de estudos realizados.

Entre os Grupos temáticos de trabalho (GT) averiguamos que o GT 3 Mediação, Circulação e Apropriação da Informação agrupou o maior quantitativo dos estudos, representando 48,3% do total. Em seguida, observamos que o GT 2 Organização e Representação do Conhecimento concentrou 24,1% das publicações pesquisadas.

Em relação às autorias das publicações em consonância com a amostra analisada foram identificados um total de 51 autores. A maioria (73%) representada por autoras e os demais (27%) por autores. Quanto a formação e titulação, identificamos entre às autorias que a maioria possui doutorado, seguido por pós-doutorado, doutorandos, mestrado e mestrandos.

Entre os públicos mencionados nos estudos, verificamos que as mulheres, as pessoas negras, quilombolas e pessoas trans foram amplamente contempladas nos estudos e os artigos apontam para vários aspectos de suma importância para o alcance das metas de inclusão deste público, tais como: o aumento da inclusão social de mulheres e meninas negras, a melhoria das condições de tomada de decisão.

Entre as práticas adotadas pelos (as) bibliotecários (as) universitários (as) com vistas a formar competência em informação mencionadas nos estudos, ressaltamos os treinamentos nas principais bases de dados nas áreas do conhecimento do interesse dos estudantes, capacitação de usuários no uso de catálogos em linha e recursos informacionais em formato digital disponíveis no site da biblioteca, tais práticas, além de favorecer a disseminação da informação técnico-científica, também possibilita o desenvolvimento pessoal e intelectual dos estudantes.

Entre os grupos sociais mencionados como minorias sociais, foram listados: Adultos em processo de escolarização tardia e matriculados em turmas de Educação de Jovens e Adultos, quilombolas, alunos com deficiência, mulheres negras, deficiente visual, estudantes com deficiência no ensino superior.

O presente estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto. A partir disso sugere-se a realização de futuros trabalhos visando ampliar a discussão da competência em informação no Brasil que tem avançado como área de interesse entre profissionais de informação. Nesse sentido, espera-se que a temática seja constantemente atualizada por meio de pesquisas nacionais, projetos e produção de conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Técnica. *In*: ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo Martins Fontes, 2000. p. 939-942.

ABELS, E. et al. **Competencies for information professionals of the 21st. Century**. Canadá: Special Libraries Association, 2003. Disponível em: <http://dbiosla.org/Competencies%20for%20Information%20Professionals%20of%20the%201st%20Century.pdf> . Acesso em: 23 mar. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Ação cultural e protagonismo social. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BORTOLIN, S. Mediação da informação e da leitura. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007, Londrina (PR). [**Conference paper**]. Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13269/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ALMEIDA, M. A. de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n.1, 2008, p.1-23. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007779/9c727eacaa9e6378f8ea11ddc6bd1f07>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ALMEIDA, R. O. **Produção nacional sobre competência em informação**. 2014. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/954/pdf_93 Acesso em: 25 mar. 2020.

ALVES, F. A. C.; CÔRTEZ, G. R.; SILVA, A. R.; LUCIANO, M. C. F. Em busca do protagonismo negro na ciência da informação. 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1213/910> Acesso em: 02 ago. 2021

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **The Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago, ©2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/handle/11213/7668>. Acesso em: 14 jul. 2019.

ANCIB. **Coordenações e Ementas de GT**. [202-?]. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/> . Acesso em: 17 set. 2021.

ANCIB. **Homologação das Candidaturas para Coordenação de GT da ANCIB**. 9 de setembro de 2021. Disponível em: <https://ancib.org/noticia/homologacao-das-candidaturas-para-coordenacao-de-gt-da-ancib/> . Acesso em: 17 set. 2021.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, E. A. de. **A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos**.

DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/5227> . Acesso em: 21 mar. 2020.

AZEVEDO, A. W. et al. Formação e competência informacional do bibliotecário médico brasileiro. Formação e competência informacional do bibliotecário médico brasileiro. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, p.199-218, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1964>. Acesso em: 10 mar. 2020.

AZEVEDO, K. R. de; OGÉCIME, M. O papel do bibliotecário como mediador da informação na busca pelo letramento informacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. 1-17, 2020 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8654473>. Acesso em: 20 maio. 2021.

BELLUZZO, R. C. B. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros.** São Paulo: ABECIN Ed., 2018. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/competencia_informacao/E-Book_Belluzzo.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-28, 2020. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153131>> Acesso em: 10 maio 2021.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. **Inf.&Soc.:Est.**, João Pessoa, v.30, n.4, p.1-28, out./dez.2020. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155810>> Acesso em: 08 maio 2021.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação.** 2.ed. ver. e ampliada. Bauru: Cá entre Nós, 2007.

BELLUZZO, R. C. B. Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da agenda 2030 e dos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 4, n. 1, p. 3-30, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/118945>>. Acesso em: 08 maio 2021.

BELUZZO, R. C. B. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros.** São Paulo: ABECIN Editora, 2018. cap. 2.

BELUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação (Coinfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de **análise.** **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.** São Paulo, v. 13, n. especial, p.47-76, jan./jul. 2017.

BELUZZO, R. C. B. Competências e novas condutas de gestão: diferenciais de bibliotecas e sistemas de informação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Ambientes e fluxos de informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BERESNEVIÛTÛ, V. **Dimensions of Social Integration: Appraisal of Theoretical Approache.** 2012. http://ces.lt/en/wp-content/uploads/2012/03/EtSt_Beresneviciute_2003.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020.

BEZERRA, A. C. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, A. C. et al. **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.

BEZERRA, Arthur Coelho et al. **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019. Disponível em: https://www.garamond.com.br/wp-content/uploads/2020/06/iKr%C3%ADtika_Livro.pdf?thwepof_product_fields= . acesso em: 8 jul. 2021.

BODY, M. Race and Ethnicity. *In*: LITTLE, William et al. **Introduction to Sociology**. 1st Canadian Edition. Rice University, ©2013. Disponível em: <https://opentextbc.ca/introductiontosociology/chapter/chapter11-race-and-ethnicity/>. Acesso em: 7 abr. 2020.

BORGES, L. C.; OLINTO, G. Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social. 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/505/1218>

BORGES, L. C.; OLINTO, L. C. Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas. 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1525/1536> Acesso em: 25 jul. 2021

BRITO, T. R.; LUCCA, D. M. Trajetória e evolução da temática competência em informação no brasil: contribuições da revista rbbd. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, p. 220-249, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4674>>. Acesso em: 11 maio 2021.

BUCKLAND, M. **Information and Information Systems**. Westport: Praege, 1991.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARAN, G. M.; BIOLCHINI, J. C. A. **Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico**. 2016. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/01/pdf_3d8e964e11_0000021879.pdf> Acesso em: 15 jul. 2021

CARDOSO, T.; ALARCÃO, I.; CELORICO, J. A. **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento**. Porto: Porto Editora, 2010.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidade informacionais: o papel das

bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Rev. de Bibliotecon. & Comum.**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11663/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CARTA de Marília *In*: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS. 3., 2014, Marília-SP. Anais... Marília-SP: UNESP; UNB; IBICT, 2014. Disponível em: <
http://gicio.valentim.pro.br/data/documents/Carta_de_Marilia_Portugues_Final.pdf> Acesso em: 20 mar. 2020.

CARVALHO, F. C. **Educação e estudos de usuários em bibliotecas universitárias brasileiras**: abordagem centrada nas competências em informação. 2008. 146f . Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

CASTRO JÚNIOR, O. V. **Competência em informação para o uso do Portal da Transparência do Governo Federal no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1439/competencia_em_informacao_15689004666203_1439.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

CAVALCANTE, L. E. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.2, n.2, p.47-62, dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17/5>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CONTANI, M. L.; BARTALO, L. Semântica e pragmática do termo competência em informação. 2018. Disponível em:<
http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1421/1534>

CORRÊA, E. C. D.; CASTRO JUNIOR, O. V. Perspectivas sobre competência em informação: diálogos possíveis. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/99364>>. Acesso em: 10 maio 2021.

COSTA, D. A.; FARIAS, M. G. G. Apropriação da informação, empoderamento e protagonismo social: análise da obra Quarto de Despejo. **R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 45 - 69, jan./abril de 2021. Disponível em: <
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155762>> Acesso em: 05 jun. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, M. B.; CAVALVANTI. C. T. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAVALLON, J. **A mediação**: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre Competência em Informação, assinada durante o I Seminário sobre Competência em Informação. Maceió, Alagoas, Brasil, 09 de agosto de 2011. Disponível em: < <http://www.fci.unb.br/phocadownload/declaracaomaceio.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2020.

DINIZ, I. S. S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. **Programas de acessibilidade para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social.** 2017.

Disponível em: <

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/256/619 Acesso em: 02 ago. 2021

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas.** 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência informacional no Brasil. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.18, n.2, p.41-53, maio/ago. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704>. Acesso em: 18 jan. 2020.

DUDZIAK, E. A.; GABRIEL, M. A.; VILLELA, M. C. O. Educação de usuários de bibliotecas universitárias frente à sociedade do conhecimento e sua inserção nos novos paradigmas educacionais. *In: Seminário Nacional De Bibliotecas Universitárias*, 11., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <

<http://eprints.rclis.org/3799/>> Acesso em: 18 jan. 2020.

DUDZIAK, E. S. Information literacy as an emancipatory process directed to social inclusion in a knowledge society. **Anais..** Seoul: IFLA, 2006.

DUDZIAK, E. S.; FERREIRA, P. S. M. S.; FERRARI, A. C. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 7 nov. 2019.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. *Informação & Informação*, 2010, vol. 15, n. 2. [Journal article (Unpaginated)] <http://eprints.rclis.org/15729/>

FADEL, B. et al. Gestão, mediação e uso da informação. *In: VALENTIM, M. (org.). Gestão, mediação e uso da informação.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Cap. 1, p.13-31.

FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. **Estudo bibliométrico das publicações do GT6 – ENANCIB: análise do termo competência.** 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3846/2478>> Acesso em: 12 jul. 2021.

FREIRE, G. H. A. Reflexões sobre information literacy no Brasil. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3111/2016-GT01-CO-20.pdf?sequence=1>>

FREIRE, I. M.; ALVARES, L. M. A. R. 25 anos da ancib: relato sobre sua história e contribuição para a área da ciência da informação no brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119513>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. **Revista Línguas e Letras**, v. 17, n. 35, p.291-294, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193/10642>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, n. 2, v. 19, p. 46-59, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34319>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3041>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

GOMES, H. F. Protagonismo sócio-informacional na saúde coletiva. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. especial, p. 47-61, nov. 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/106553>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. **A educação de usuários como matriz para a competência em informação: um estudo a partir da comunidade de discentes da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais**. 2016. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3241/2016_GT3-CO_10.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 jul. 2021.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133-143, maio/ago. 2015. <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n2/0103-3786-tinf-27-02-00133.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

GÓMEZ MONT, C. **Los usos sociales de las tecnologías de información y comunicación: fundamentos teóricos**. México: Unam, 2002. p. 287-305. Disponível em:

http://cmap.upb.edu.co/rid=1Q0C0QTBH-1MJ72H0-19C1/usosSocialesTIC_carmenGomez.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O “socius” e o usuário de informação: a esfera da comunicação política. **Rev. TB**, Rio de Janeiro, n.86, p.15-28, jul./set. 1986.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Século XXI: a informação e o profissional da informação. *In*: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 1., 1996, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 1996. p. 281-300.

HORTON JUNIOR, Woody. **Overview of information literacy resources worldwide**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/overview_info_lit_resources.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

JESUS, I. P. de; GOMES, H. F. Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina, 2018. **Anais...** Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103241>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (org.). **Informação e globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/livros/informacao-e-globalizacao-na-era-do-conhecimento>. Acesso em: 7 jan. 2020.

LEITE, C.; SIMEÃO, E. L. M. S.; NUNES, E. M. A.; DIÓGENES, F. C. B.; FERES, G. G.; FREIRE, I. M.; BELLUZZO, R. C. B. Cenário e perspectiva da produção científica sobre competência em informação (coinfo) no Brasil: estudo da produção no âmbito da Ancib. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 26, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91349>>. Acesso em: 8 maio 2021.

LIMA, C. S. de; MIOTO, C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v.10, n. esp. p.37-45. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

LIMBERG, L.; SUNDIN O.; TALJA S. Three Theoretical Perspectives on Information Literacy. **Human it**, v. 11, n. 2, p. 93-130, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313183757_Three_theoretical_perspectives_on_information_literacy> Acesso em: 21 mar. 2020.

LOGAN, R. K. **Que é informação?** a propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Trad. Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Florianópolis, Brasil, 2013. Apoio FEBAB. Disponível em: <<http://competencia-informacional.blogspot.com/2013/11/manifesto-de-florianopolis-sobre.html>> Acesso em: 20 mar. 2020.

MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. K. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.65-91, jan./mar. 2011. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2011/03/pdf_bd0e013e2e_0015363.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

MATA, L. M. Contribuições dos estudos acerca da competência em informação para a ciência da informação: uma análise a partir da produção científica do enancib entre 2015 a 2019. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 232 – 263, jan./mar. 2021. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/158759>. Acesso em: 8 maio 2021.

MATA, L. M.; ALCARÁ, A. R. **Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na competência em informação**. 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3447/2016_GT6-CO_12.pdf?sequence=1> Acesso em: 18 jul. 2021.

MATA, M. A formação do bibliotecário e a competência informacional: um olhar através das competências. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MATA, M. L. da; CASARIN, H. de C. S. A formação do bibliotecário e a competência informacional: um olhar através das competências. VALENTIM, M. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2010. Cap. 14, p. 301-318.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS NETO, B.; PASSARELLI, B. Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais. 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/324/948>

MELO, A. V. C. de; ARAUJO, E. A. de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 185-201, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a12.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.

MIRANDA, S. V. Identificando competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

MIZUTANI, L. C. Sociedades Plurais: as minorias no contexto multi/intercultural. **Direito e Práxis**, v. 2, n. 1, p. 159-180, 2011.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A ilusão de uma sociedade da informação na Ciência da Informação: o termo sob a perspectiva crítica de Mattelart, Bauman e García Canclini. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 294-322, abr./jun. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245272.294-322>> Acesso em: 10 ago. 2021.

- MONTERO PARGUÍÑA, Elsa. Nuevas tecnologías: técnicas y usos sociales. *In:* GONZÁLEZ RADÍO, Vicente(coord.). **Usos y efectos de la comunicación audiovisual**. La Coruña: [s. n.], 1999. p. 47-67. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2003601>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- MOURA, M. A. Narrativas culturais, protagonismo e mundo comum. *In:* PERROTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. *In:* GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 93-107.
- MUELLER, S. P. M. (org.) **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.
- MUNOZ MICKLE, E. Técnica y técnica, ousía y matéria. **Hypnos**, ano 3, n. 4, 1998. Disponível em: <http://www.hypnos.org.br/revista/index.php/hypnos/article/view/292/310>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- NASCIMENTO, L. A. de L. do. **Direito à informação e direitos sociais no contexto do capitalismo contemporâneo**. 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES), 2007. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_683_.pdf. Acesso em: 7 jan. 2020.
- NASCIMENTO, L. A. de L. do; SUAIDEN, E. J. A dimensão socioespacial do conhecimento como traço existencial do homem e de seu território. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 20, n.1, p. 1-25, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19242>. Acesso em: 7 jan. 2020.
- NASCIMENTO, N. M.; OTTONICAR, S. L. C.; VALENTIM, M. L. P. Semelhanças e diferenças presentes nos conceitos de capacidade de absorção e competência em informação. 2018. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124501>>
- NAVES, M. M. V. Introdução à pesquisa e informação científica aplicada à nutrição. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 15-36, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v11n1/a02v11n1.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.
- MEDEIROS NETO, B. M. A., COSTA, C. R. Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos. 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3751/2309>>
- OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). **Minority Rights: International Standards and Guidance for Implementation**. 2010. Disponível em: <https://www.ohchr.org/documents/publications/minorityrights_en.pdf> Acesso em: 07 abr. 2020.
- OLIVEIRA, E. A. A técnica, a techné e a tecnologia. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campos do Jataí**, v.2, n.5, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20417/19175>. Acesso em: 21 mar. 2020.
- PEREIRA, C. C. M.; BARREIRA, M. I. J. **Mediação da informação em comunidades**

quilombolas. 2016. Disponível em:<
<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4026/2282>>
 Acesso em: 10 jul. 2021

PEREIRA, G. M.; LIMA, I. Z. F. **O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência.** 2016. Disponível em: <
<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/4138/2348> >
 Acesso em: 10 jul. 2021

PERES, M.; MAQUES, M.; MIRANDA, M. A. A Formação em CoInfo para o acesso à informação e aos serviços da Universidade de Brasília In: SIMEÃO, ELMIRA LUZIA MELO SOARES; CUEVAS, Aurora Cerveró (Org.); BOTELHO, R. (Org.) ; GOMEZ-HERNANDEZ, J. (Org.) . **Competências em Informacion y Políticas para Educacion Superior: Estudios Hispano-Brasileños** V.2. 01. ed. Madri: Universidade Complutende de Madri, 2019. v. 02. 154p .

PERROTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social.** Salvador: EDUFBA, 2017. p. 7-10.

PINHO NETO, J. A. S.; SAEGER, M. M. M. T.; OLIVEIRA, M. L. P. Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB. 2017. Disponível em: <
http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/294/724>

QUEIROZ, K. R. S.; PAIVA, E. B. **Perfil de universitários indígenas: um estudo de usuários da informação.** 2018. Disponível em:<
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124795>> Acesso em: 20 jul. 2021

RABELLO, R. Noções de sujeito em modelos teóricos na ciência da informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v. 23, n. 3, p. 57-71, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93111>. Acesso em: 7 jan. 2020.

RECH, C. M. Mediação social: uma revisão sobre o conceito. **REIS:** Revista Eletrônica Interações Sociais, v. 1, n. 1, p. 97-114, jan./ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/7201> . Acesso em: 7 jan. 2020.

RÉVILLION, A. S. P. A Utilização de Pesquisas Exploratórias na Área de Marketing. **RIMAR:** Revista Interdisciplinar de Marketing, v.2, n.2, p. 21-37, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48756/a-utilizacao-de-pesquisas-exploratorias-na-area-de-marketing> . Acesso em: 7 jan. 2020.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. **Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas.** 2017. Disponível em:
http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3622/2/017_GT03_PO-130.pdf?sequence=1 Acesso em: 20 jul. 2021

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. **Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina.** 2018. Disponível em:
http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1011/1509

Acesso em: 02 ago. 2021

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, C. A. et al. Habilidades informacionais abordadas em instrumentos de avaliação de Competência Informacional. **Informação & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 135-144, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114939>> Acesso em: 06 abr. 2020.

SANTOS, J. O.; BARREIRA, M. I. J. S. Competência em informação e a construção de conhecimento em comunidades rurais. 2018. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1453/1680>

SANTOS, R. B.; SIMEÃO, E. L. M. S. **O bibliotecário universitário como agente mediador**: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo). 2016. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/download/3561/2466>>

SCHNEIDER, M. CCI/7 Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, Arthur Coelho et al. **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019. Disponível em: https://www.garamond.com.br/wp-content/uploads/2020/06/iKr%C3%ADtika_Livro.pdf?thwepof_product_fields= . acesso em: 8 jul. 2021.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. A. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 155-173, set. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1542>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SILVA, A. R.; CORTES, G. R. Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação. 2019. Disponível em: < <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1324/911>> Acesso em: 02 ago. 2021.

SILVA, Hellosman de Oliveira; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; DANTAS, Célia Medeiros. **Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação**. 2016. Disponível em: http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3250/2016_GT3-PO_07.pdf?sequence=1 Acesso em: 15 jul. 2021

SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A.; ALVES, E. C.; CÔRTEZ, G. R. **Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê**. 2016. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3858/2305>> Acesso em: 15 jul. 2021

SIMEÃO, E. L. M. S.; COSTA, C. R. **Information literacy**: dialogicidades entre ciência da informação e educação. 2016. Disponível em: <

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3129/2016-GT01-CO-19.pdf?sequence=1>>>. Acesso em: 10 maio 2021.

SOUSA, A. C. M. et al. Mediação da cultura, da informação e da leitura para o protagonismo social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-20, 2020. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/146616>> Acesso em: 10 jun. 2021.

SOUZA, L. G. S.; DUMONT, L. M. M. Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital. 2017. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/165/1262> Acesso em: 10 jun. 2021.

UNESCO. **Fáreis da sociedade da informação**. 2008. <<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/wsis/Documents/beaconinfosoc-pt.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2020.

VETTER, S. M. J.; OLINTO, G.; FERREIRA, M. M. Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice. 2018. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1669/1653 > Acesso em: 02 ago. 2021

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ci.Inf.**, Brasília, v.47 n.2, p.71-85, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187/3794> . Acesso em: 12 dez. 2019.

VITORINO, E. V. Competência informacional: princípios para a formação contínua de profissionais da informação em bibliotecas universitárias. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., São Paulo, 2008. **Anais...** Brasília: FEBAB, 2008. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4285>. Acesso em: 12 dez. 2019.

VITORINO, E. V. **Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha**. 2016. Disponível em:< <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3744/2471>> Acesso em: 15 jul. 2021.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência em informação: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação**. Florianópolis : Editora da UFSC, 2020.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf> . 12 dez. 2019.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da Competência Informacional. *Ciência da Informação*, v. 40, n. 1, p. 99-110, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>> Acesso em: 22 maio 2021.

APÊNDICE A – Fontes levantadas

Informação e sociedade

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARELA, Aida. *Informação e construção da cidadania*. Brasília: Thesaurus, 2007.

ARAÚJO, E. A. de. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/5227> . Acesso em: 21 mar. 2020.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (org.). **Informação e globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/livros/informacao-e-globalizacao-na-era-do-conhecimento>. Acesso em: 7 jan. 2020.

LOGAN, R. K. **Que é informação?**: a propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Trad. Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012.

MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. K. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.65-91, jan./mar. 2011. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/03/pdf_bd0e013e2e_0015363.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

NASCIMENTO, L. A. de L. do. **Direito à informação e direitos sociais no contexto do capitalismo contemporâneo**. 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES), 2007. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_683.pdf . Acesso em: 7 jan. 2020.

NASCIMENTO, L. A. de L. do; SUAIDEN, E. J. A dimensão socioespacial do conhecimento como traço existencial do homem e de seu território. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 20, n.1, p. 1-25, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19242>. Acesso em: 7 jan. 2020.

Usos sociais da informação

FADEL, B. et al. Gestão, mediação e uso da informação. *In*: VALENTIM, M. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Cap. 1, p.13-31.

VALENTIM, Marta. **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2010. 390p. Disponível em SciELO BOOKS <<http://books.scielo.org>>.

LE COADIC, Ives-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

Paradigma social da informação

ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, E. A. de. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/5227> . Acesso em: 21 mar. 2020.

Mediação da informação

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BORTOLIN, S. Mediação da informação e da leitura. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007, Londrina (PR). [Conference paper]. Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13269/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ALMEIDA, M. A. de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n.1, 2008, p.1-23. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007779/9c727eacaa9e6378f8ea11ddc6bd1f07>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FADEL, B. et al. Gestão, mediação e uso da informação. *In*: VALENTIM, M. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Cap. 1, p.13-31.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3041>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, n. 2, v. 19, p. 46-59, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/34319>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion**: filosofia da informação, n. 2, v. 5, p. 10-21, 2019. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/111807>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

RECH, C. M. Mediação social: uma revisão sobre o conceito. **REIS**: Revista Eletrônica Interações Sociais, v. 1, n. 1, p. 97-114, jan./ago. 2017. Disponível em: Acesso em: 7 jan. 2020.

VALENTIM, Marta. *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2010. 390p. Disponível em SciELO BOOKS <<http://books.scielo.org>>.

Competência em informação

ABELS, E. et al. *Competencies for information professionals of the 21st. Century*. Canadá: Special Libraries Association, 2003. Disponível em:

<<http://www.sla.org/content/learn/members/competencies/index.cfm>Acesso em: 23 mar. 2009.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *The Information Literacy Competency Standards for Higher Education*. ©2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/handle/11213/7668>. Acesso em: 14 jul. 2019.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Information Literacy Standards for Science and Engineering/Technology. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/49619149_Information_Literacy_and_Lifelong_Learning

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**. Brasília, v.32, n.3, p.21-27, set./dez. 2003.

BELUZZO, R. C. B. *Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação*. 2.ed. rev. ampl. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 13, n. especial, p.47-76, jan./jul. 2017.

BELUZZO, R. C. B. *A competência em informação no Brasil: cenários e espectros*. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

CAMPELLO, B. A competência informacional na educação para o século XXI. In: BIBLIOTECA escolar: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte : Autêntica, 2002.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília , v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidade informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Rev. de Bibliotecon. & Comum.*, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.

CASTRO JÚNIOR, O. V. *Competência em informação para o uso do Portal da Transparência do Governo Federal no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Florianópolis, 2018.

CHARUDATTA, A. G. *Redefining information literacy in Indian context*. 2017. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2017/1174-1512380770.pdf>.

CORRÊA, E. C. D.; CASTRO JÚNIOR, O. V. Perspectivas sobre competência em informação: diálogos possíveis. **Ci. Inf.**, Brasília, v.47 n.2, p.35-51, maio/ago. 2018. <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4156>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CUNHA, M. B.; CAVALVANTI. C. T. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência informacional no Brasil. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.18, n.2, p.41-53, maio/ago. 2008.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1 - 22, jul./dez. 2010.

DUDZIAK, E. S.; PINTO, S. M. S.; FERRARI, A. C. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 7 nov. 2019.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133-143, maio/ago. 2015. <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n2/0103-3786-tinf-27-02-00133.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

HORTON JUNIOR, Woody. **Overview of information literacy resources worldwide**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/overview_info_lit_resources.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MELO, Ana Virgínia Chaves de; ARAUJO, Eliany Alvarenga de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 185-201, 2007.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. A. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 155-173, set. 2012. <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1542>. Acesso em: 2012 dez. 2019.

UNESCO. **Unesco Global Media and Information Literacy Assessment Framework: Country Readiness and Competencies**. Prepared by UNESCO Communication and Information Sector in close collaboration with UNESCO Institute for Statistics. Paris: UNESCO, ©2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p:usmarcdef_0000224655&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_61bd07e4-5df9-4729-a8d0-51083a23a9e5%3F%3D224655eng.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000224655/PDF/224655eng.pdf#%5B%7B%22num%22%3A76%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2Cnull%2Cnull%2C0%5D. Acesso em: 2012 dez. 2019.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ci.Inf.**, Brasília, v.47 n.2, p.71-85, 2018.

Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)

OLIVEIRA, E. A. A técnica, a techné e a tecnologia. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campos do Jataí**, v.2, n.5., jul./dez. 2008.

Protagonismo social

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, H. F. Protagonismo sócio-informacional na saúde coletiva. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. especial, p. 47-61, nov. 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/106553>. Acesso em: 7 jan. 2020.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: filosofia da informação**, n. 2, v. 5, p. 10-21, 2019. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/111807>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

APÊNDICE B – Perfil dos autores

<p>Artigo 1 O bibliotecário universitário como agente mediador: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo).</p>	<p>Rafael Barcelos Santo¹ Elmira Luzia Melo Soares Simeão²</p>	<p>1 Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) em 2017. Possui especialização em Biblioteconomia pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG) em 2015. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB) em 2011. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Competência em Informação (CoInfo). Atualmente, exerce a profissão de Bibliotecário/Documentalista na Universidade de Brasília (UnB), atuando no Programa de Formação de usuários competentes em informação</p> <p>2 Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI/UnB).</p>
<p>Artigo 2 Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação</p>	<p>Elmira Luzia Melo Soares Simeão¹ Celia Revilandia Costa²</p>	<p>1 Professora Associada e doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Mestre em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Piauí. Atua na área de editoração, formação de acervos e competência informacional. Professora Associada. Diretora da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.</p> <p>2 Secretária Municipal de Educação de Teresina. Doutora em Ciência da Informação (UnB/FCI) com pesquisa focada na formação de professores numa perspectiva inclusiva. Mestre em Educação (UFPI) com estudos centrados sobre polaridade de métodos de alfabetização no município de Teresina- PI. Especialista em Educação em Direitos Humanos (UFPI) com reflexões sobre o papel da publicidade na promoção dos Direitos Humanos.</p>
<p>Artigo 3 A educação de usuários como matriz para a competência em informação: um estudo a partir da comunidade de discentes da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais</p>	<p>Marcos Aurélio Gomes¹ Lígia Maria Moreira Dumont²</p>	<p>1 Doutorado em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG e docente do CBI/UFAL</p> <p>²Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais - ênfases em alemão e em francês, mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o IBICT e pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Exerceu os mandatos de vice-diretora e de diretora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e de diretora de Cooperação Institucional da Reitoria da UFMG. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase nos seguintes temas: usuários de sistemas de informação, apropriação de conhecimento através da leitura, leitura e competência informacional, bibliotecas universitárias. Consultora ad hoc institucional e de cursos do INEP/MEC. Professora Titular do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da ECI/UFMG e docente do PPGCI/UFMG</p>
<p>Artigo 4 Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha</p>	<p>Elizete Vieira Vitorino</p>	<p>Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, no período de jan. 2015 a jan. 2016 por meio da Agência de Fomento CAPES e do Programa Estágio Sênior no Exterior (Processo: BEX 2398/14-1). Doutora em Engenharia de Produção (2004) na área de Mídia e Conhecimento e Educação a Distância (EaD) e Mestre em Engenharia de Produção (1996) na área de Gestão da Qualidade em Bibliotecas, ambas titulações conferidas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduação em Biblioteconomia pela UFSC (1991). Professora concursada (2006) e pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação (CIN), Centro de Ciências da Educação (CED), da UFSC com atuação nos Cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação. Desde o ano de 2006 dedica-se, além do ensino, extensão e administração na UFSC, à pesquisa na área da competência em informação (information literacy). É Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) em nível de mestrado e doutorado, cujas disciplina e orientações se desenvolvem na área da competência em informação. É fundadora e líder do Grupo de Pesquisa GPCIn - Competência em Informação, cadastrado no CNPq e certificado pela UFSC desde o ano de 2006. Departamento de Ciência da Informação (CIN). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN)</p>
<p>Artigo 5</p>		<p>1 Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista</p>

<p>Estudo bibliométrico das publicações do GT6 – ENANCIB: análise do termo competência</p>	<p>Gabriela Belmont Farias¹ Maria Giovanna Guedes de Farias²</p>	<p>Júlio de Mesquita Filho (2014). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003). Docente de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa 'Competência e Mediação em Ambientes de Informação?'. Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2016-2019. Vice-coordenadora do Grupo de Trabalho 'Informação, Educação e Trabalho' (GT-6), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), gestão 2017-2018. Desenvolve pesquisa na área de Ciência da Informação, com ênfase nos seguintes temas: Competência, Gestão, Recursos, Serviços de informação, Ensino-Biblioteconomia e Informação Científica e Tecnológica.</p> <p>2 Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA), com período sanduíche na Università della Calabria (Unical) na Itália, fomentado pela Capes. Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Graduada em Comunicação Social (Habilitação: Jornalismo) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Curso de especialização em Marketing e Novas Mídias promovido pelo Umweltzentrum des Handwerkskammer Trier - Alemanha. Atualmente é Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa Competência e Mediação em Ambientes de Informação/UFC. Integra o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Mediação, Apropriação e Gestão da Informação e do Conhecimento/UFS, e tem experiência nas áreas de Mediação da Informação, Competência em informação, Comunicação científica e Editoração. Foi fundadora e editora-chefe da revista Informação em Pauta</p>
<p>Artigo 6 Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na competência em informação.</p>	<p>Marta Leandro da Mata¹ Adriana Rosecler Alcará²</p>	<p>¹ Doutora em Ciência da Informação (2014), Mestre em Ciência da Informação (2009) e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Campus de Marília), com período de doutorado sanduíche na Universidade Carlos III de Madrid (2013). Possui Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (2016). É professora adjunta no Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Presidente do Núcleo Docente Estruturante, Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso, Coordenadora de TCC e Coordenadora do Laboratório de Preservação. Líder do grupo de pesquisa "Competência em Informação e Processos Inter-relacionados". É responsável pela coluna "Entre conexões e processos informacionais", no site Infohome. Tem experiência na área de Ciência da informação e Biblioteconomia, atuando, principalmente com os seguintes temas: competência em informação, fontes de informação, avaliação de fontes de informação e de fake news, formação e atuação do bibliotecário, estudo de usuários (com abordagem tradicional, alternativa e social) e preservação em unidades de informação.</p> <p>² Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde atua nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, no programa de pós-graduação stricto sensu em Ciência da Informação (PPGCI/UEL). Possui doutorado em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), mestrado em Educação, especialização em Gerência de Unidades de Informação e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É pesquisadora e líder do Grupo de Pesquisa Informação e Cognição, cujos projetos estão voltados para o estudo do processo de busca e uso da informação, focando principalmente na formação de habilidades para a competência em informação. Desenvolve atividades, principalmente nos seguintes temas: metodologia da pesquisa científica, fontes de informação, habilidades informacionais, busca e uso da informação, competência em informação, compartilhamento da informação e motivação acadêmica.</p>
<p>Artigo 7 Reflexões sobre</p>	<p>Gustavo Henrique de Araujo Freire</p>	<p>Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1989), com mestrado e doutorado em Ciência da Informação pela</p>

<p>information literacy no Brasil.</p>		<p>Universidade Federal do Rio de Janeiro – Convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Professor Associado do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Editor das revistas Informação Sociedade: Estudos (Qualis A1), Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (Qualis B1 e Revista Conhecimento em Ação, RCA). Desenvolve pesquisa na área de Ciência da Informação, notadamente em temáticas como desenvolvimento e aplicação de modelos de comunicação da informação em ambientes virtuais, inclusão social mediante políticas para competências em informação, criação de instrumentos de políticas públicas para gestão da informação e comunicação científica. Desde 2009 participa, como pesquisador convidado, do Projeto Laboratório de Tecnologias Intelectuais, com apoio do CNPq (Edital Universal 2009 e 2011) e do Projeto Rede de cooperação e aprendizagem na Ciência da Informação: PPGCI/UFPB – PPGCI/UNESP/Marília, com apoio da Capes (Procad-NF). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Epistemologia e Políticas de informação. Membro do Conselho Editorial da Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba ? UFPB no período de 2008 a 2012. Foi Professor Pesquisador da Universidade Aberta do Brasil (Capes). Foi Coordenador Operacional do primeiro Programa de Doutorado Interinstitucional em Ciência da Informação – DINTER (UFPB, UFPE, UFMG) . Tem trabalhado com temas vinculados à Linha de Pesquisa Ética, Gestão e Políticas de Informação do PPGCI da UFPB, especialmente epistemologia da Ciência da Informação, socialização da informação, políticas de informação, competências em informação, redes de comunicação da informação para aprendizagem, tecnologias intelectuais de informação e comunicação e inclusão social.</p>
<p>Artigo 8 Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos</p>	<p>Benedito Medeiros Neto¹ Celia Revilandia Costa²</p>	<p>¹ Pesquisador e Bolsista do Projeto/MEC/MCTI/CAPES/CNPq/FAPs. Professor da UnB/IE/CIC. Pesquisador Associado da Escola do Futuro-USP. Pós-Doutorado/Literacy digital e mobile learning pela Escola de Comunicação e Arte/USP. Doutor em Ciência da Informação pela Faculdade de Ciência da Informação da UnB. Mestrado em Pesquisa Operacional/Teoria dos Grafos (Estatística e Métodos Quantitativos) pela UnB. Especialista em Engenharia Elétrica/Inteligência Artificial pela UnB. Engenheiro Eletricista/Telecomunicações pela UnB.</p> <p>² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí.</p>
<p>Artigo 9 Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais</p>	<p>Benedito Medeiros Neto¹ Brasilina Passarelli²</p>	<p>¹ Professor Visitante no Computer Science Department, Brunel University, Londres, Reino Unido, Maio de 2018. Bolsista do Projeto/MEC/MCTI/CAPES/CNPq/FAPs No. 09/2014. Pesquisador e Professor da UnB/IE/CIC e FAC. Pesquisador Associado da Escola do Futuro-USP. Consultor/Avaliador da FAPESB/BA. Avaliador da ENANCIB; Revisor da IGI Global. Pos-Doutorado/Informática-FrameWork Semântico para Jornalismo pelo CIC/IE/UnB (2018). Pós-Doutorado/Literacy digital e mobile learning pela Escola de Comunicação e Arte/USP(2014). Doutor em Ciência da Informação pela Faculdade de Ciência da Informação da UnB(2012). Mestrado em Pesquisa Operacional/Teoria dos Grafos (Estatística e Métodos Quantitativos) pela UnB (1981). Especialista em Engenharia Elétrica/Inteligência Artificial pela UnB (1986). Engenheiro Eletricista/Telecomunicações pela UnB (1975). Foi Consultor para Inclusão Digital do Ministério das Comunicação e Coordenador de Gestão do Conhecimento e Avaliação do Programa GESAC. Na ECT foi Gerente de Diretoria, Assessor da Vice-Presidência, Assessor/Apoio Técnico (FAT) de Diretoria da Tecnologia e Infra-Estrutura (2007) e Analista de Sistema Sênior. Foi Chefe de Seção de Telecomunicações do Sistema Telebrás. Foi Professor de Ensino Superior/ESAP/ECT, Professor Universidade Católica de Brasília e Professor do CEUB. Áreas de atuação e interesse são: Informática e Sociedade; Comunidades de Prática; Trabalho colaborativo; Web Semântica; Inclusão Digital, Cidades Digitais, Competência em</p>

		<p>Informação, Redes Sociais; Avaliação de Programas; Inovação e Ciências da Computação, Informação e Comunicação.</p> <p>² Pós-Doutorado Ciências Sociais Aplicadas. Universidad Carlos III de Madrid, UC3M, Espanha. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Professora Titular pela ECA/USP em 2007 e Chefe do Departamento de Informação e Cultura (CBD/ECA/USP) para os períodos 2006-2007; 2009-2011; 2011-2013. Eleita Vice-Diretora da Escola de Comunicações e Artes - ECA para o período 2017-2020. Eleita Diretora da ECA para o período 2021-22024. Designada Vice-Presidente da Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica - AGUIA em 09/2019. Coordenadora da ISchools da ECA-USP desde janeiro de 2020. Coordenadora Científica do NACE - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Novas Tecnologias de Comunicação Aplicadas à Educação Escola do Futuro/USP desde 2007, onde coordena pesquisas quantitativas e qualitativas sobre populações conectadas no âmbito do Observatório da Cultura Digital, com metodologia da netnografia e da etnografia virtual. Orientadora de mestrado, doutorado e supervisão de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA/USP na Linha de Pesquisa Processos Comunicacionais: tecnologias, produção e consumos onde ministra a disciplina Novas Lógicas e Literacias Emergentes nos Coletivos Digitais: Práticas, Leituras e Reflexões. Coordena convênios internacionais com: Universidade do Porto (Portugal); Universidade de Aveiro (Portugal); Universidad Complutense de Madrid (Espanha); College of Communication da Universidade do Texas (Austin).</p>
<p>Artigo 10 Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB</p>	<p>Júlio Afonso Sá de Pinho Neto¹</p> <p>Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger²</p> <p>Maria Lívia Pacheco de Oliveira³</p>	<p>¹ Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (1984), especialização em Teoria e Metodologia da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (1992), mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e pós-doutorado em Ciência da Informação pela Faculdade de Comunicação e Documentação da Universidade de Murcia, Espanha (2012). Atualmente é professor associado IV do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA), Campus IV, da Universidade Federal da Paraíba, professor do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB) e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA/UFPB). Coordena o projeto de pesquisa "Modelos de gestão da informação e do conhecimento: características para aplicação nas organizações" e é membro do projeto de extensão "Inclusão digital para agentes terceirizados do Campus IV da UFPB". É coordenador do núcleo de pesquisa "Gestão da Informação, Conhecimento e Tecnologias" (GICTEC). Tem experiência nas áreas de Comunicação Organizacional e Ciência da Informação, com interesse pelos seguintes temas: cultura organizacional, gestão da informação e do conhecimento nas organizações, políticas de informação, redes digitais e inclusão digital. É Coordenador Adjunto do Grupo de Trabalho "Informação, educação e trabalho" (GT-6), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), gestão 2019-2020.</p> <p>² Professora Adjunta 604 da Universidade Federal da Paraíba, lotada no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE). Graduação em Administração (2004) pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Administração (2009) pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Doutorado em Ciência da Informação (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).</p> <p>³ Doutorado (2020) e mestrado (2014) em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Graduação em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Professora adjunta na Universidade Federal da Paraíba - departamento de comunicação, curso de Relações Públicas. Tem experiência nas áreas de</p>

		inclusão digital, competência em informação, comunicação organizacional e planejamento de comunicação.
Artigo 11 Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social.	Luis Claudio Borges ¹ Gilda Olinto ²	¹ Doutorando em Ciência da Informação - PPGCI (convênio ECO/UFRJ-IBICT). Possui Mestrado em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT) (2014). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2010). Atualmente é bibliotecário-documentalista da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Profissional atuante em instituição de ensino superior, no planejamento e na gestão de unidades de informação, com foco no desenvolvimento sustentável e no aprimoramento da entrega de resultados. Tem experiência nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: mediação da informação; aspectos sociais do uso das bibliotecas públicas; dimensões sociais do uso das tecnologias de informação e comunicação e da competência em informação; diferenças de gênero e raça na ciência e na tecnologia; políticas culturais e da informação. ² Graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Ciência Política pela University of Michigan e doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro do corpo docente permanente do programa de pós-graduação em ciência da informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT)). É líder do grupo de pesquisa Tecnologia de Informação e Sociedade. É membro de comitês editoriais e parecerista de periódicos na área de ciência da informação, e avaliadora de agências de fomento. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando atualmente nos seguintes temas: dimensões sociais do uso das tecnologias de informação e comunicação e da competência em informação; diferenças de gênero na ciência e na tecnologia, indicadores de ciência e tecnologia; aspectos sociais do uso das bibliotecas públicas; metodologia de pesquisa social.
Artigo 12 Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital.	Luciana Gonçalves Silva Souza ¹ Lígia Maria Moreira Dumont ²	¹ Doutoranda em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018). Mestre em Ciência da Informação pela UFMG (2017). Tem experiência na área de ciência da informação, bibliotecas públicas, políticas públicas, inclusão digital, repositórios institucionais. Área de Atuação: Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. ² Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais - ênfases em alemão e em francês, mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o IBICT e pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Exerceu os mandatos de vice-diretora e de diretora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e de diretora de Cooperação Institucional da Reitoria da UFMG. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase nos seguintes temas: usuários de sistemas de informação, apropriação de conhecimento através da leitura, leitura e competência informacional, bibliotecas universitárias. Consultora ad hoc institucional e de cursos do INEP/MEC. Professora Titular do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da ECI/UFMG e docente do PPGCI/UFMG
Artigo 13 Competência em informação e a construção de conhecimento em comunidades rurais	Jaires Oliveira Santos ¹ Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira	¹ Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA). Mestra em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFBA (2015). Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (2013). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Competências e comportamento: processos de produção, inovação e comunicação da informação (Comporti) da UFBA. Atuou como gestora em Bibliotecas Públicas Estaduais. Desenvolve pesquisas com ênfase em Competência em Informação, Processo Educativo, Profissão, Informação e Desinformação, Informação e Cidadania. ² Professora Associado III da Universidade Federal da Bahia, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Ciência da

		<p>Informação/UFBA, Docente do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/ICI/UFBA (Mestrado e Doutorado), dos Curso de Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia) e de Especialização. Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007); Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2001); Graduação em Direito pela Faculdade Social da Bahia (2014) e Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (1992). Membro da Comissão editorial da Revista Ponto de Acesso. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: biblioteca escolar, memória, ABNT, bibliotecas comunitárias, leitura, currículo, competência informacional, metodologia da pesquisa, formação docente e arquivo escolar.</p>
<p>Artigo 14 Semelhanças e diferenças presentes nos conceitos de capacidade de absorção e competência em informação.</p>	<p>Natália Marinho do Nascimento¹</p> <p>Selma Leticia Capinzaiki Ottonicar²</p> <p>Marta Lígia Pomim Valentim³</p>	<p>1 Professora Adjunta do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPA. Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Bolsista CAPES. Doutorado Sanduíche desenvolvido na Universidade de Salamanca (USAL) Espanha (03/2017 - 09/2017) - Bolsista CAPES/PDSE. Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Foi bolsista FAPESP (2011) e CNPq (2009/2010) durante a iniciação científica. Participa do Grupo de Pesquisa: Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional (ICIO). Atuou como Consultora na área de: Organização, Gestão de Documentos e Gestão da Informação.</p> <p>2 Team Leader - Business Development na Federation of Canadian-Brazilian Business (2021), Montreal, Canadá. Especialista em Inteligência Competitiva na Empresa OTT Telecom. Professora de Empreendedorismo Social (2020-2021) e de Gestão da Cadeia de Suprimentos (2020) do MBA da Universidade de Marília (UNIMAR 2020-2021). Doutora e Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Marília (Capes 6). Realizou Doutorado Sanduíche na Université de Sherbrooke (UdeS, Québec, Canadá). Tecnóloga em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Garça (FATEC). Membro da Global Insight Network for Competitive Intelligence Professionals da Carleton University (Ottawa, Canadá), Membro do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Competência em Informação da Universidade Federal do Pará (UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional da UNESP. Atuou como pesquisadora do Grupo IntelliLab da Université de Sherbrooke (UdeS) entre 2017-2019. Durante a graduação realizou iniciação científica e foi contemplada com uma bolsa do Centro Paula Souza para ser monitora de Inglês dos alunos dos cursos de Gestão Empresarial, Mecatrônica Industrial e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em 2013 recebeu uma menção honrosa da FATEC por seu desempenho acadêmico, sendo considerada aluna destaque da faculdade. Ao terminar a graduação, foi escolhida entre os 20 melhores alunos do Estado de São Paulo para realizar um curso de Espanhol na cidade de Córdoba, Argentina. Assim, o Centro Paula Souza e o Governo do Estado custearam o curso de Espanhol, as passagens de avião, o material didático, hotel e a alimentação em Córdoba. Durante o doutorado foi contemplada com duas bolsas canadenses para realizar estágio de pesquisa (Doutorado sanduíche) no Canadá: The Future Leaders of America Program (ELAP) do Governo Federal do Canada e do Fonds de Recherche du Québec - Nature et Technologies (FRQNT) em 2º lugar. Além disso, foi contemplada com a bolsa de Doutorado Sanduíche da CAPES para desenvolver pesquisa no Canadá. Selma tem experiência com ensino, pesquisa e consultoria sobre Competência em Informação (CoInfo), Inteligência Competitiva e temas relacionados à Indústria 4.0 ou 4ª Revolução Industrial e startups. Os temas de interesse não estão limitados apenas a esses citados, mas aqueles que conectam a área da Gestão Empresarial e da Ciência da Informação de maneira interdisciplinar. Fala Inglês, Francês e Português fluentemente e possui conhecimento intermediário em Espanhol.</p> <p>3 Professora Titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-Doutorado pela Universidad de Salamanca (USAL), Espanha. Livre Docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela Unesp. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de</p>

		<p>São Paulo (USP). Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Docente de graduação e pós-graduação da Unesp, campus de Marília. Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ-1D) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de inteligência organizacional, gestão da informação, gestão do conhecimento e cultura informacional desde 2002. Líder do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional. Coordena o projeto de pesquisa Inteligência organizacional e inteligência social no contexto do big data: análise de dados para a geração de diferenciais competitivos. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Unesp, gestão 2017-2021. Organizadora e autora de vários livros na área. Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2016-2019. Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC), gestão 2009-2011. Exerceu a coordenação do Grupo de Trabalho Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações (GT-4), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), gestão 2009-2010. Exerceu o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2001-2004.</p>
<p>Artigo 15 Semântica e pragmática do termo competência em informação</p>	<p>Miguel Luiz Contani¹ Linete Bartalo²</p>	<p>1 Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, graduado em Letras Português-Inglês pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Caetano do Sul. Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência nos campos de Comunicação e Ciência da Informação, com ênfase em temas relacionados à organização e representação da informação e do conhecimento, produção de sentido nas mídias, análise fílmica, semiótica aplicada às linguagens de indexação, e em estudos de estética, fotografia e tradução intersemiótica.</p> <p>2 Doutora em educação pela UNESP de Marília (2006) e mestre em educação pela UEL (1997). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). É pesquisadora na área de Gestão da Informação e do Conhecimento, com ênfase em comportamento informacional de usuários da informação. Líder do Grupo de Pesquisa Competência informacional : suas múltiplas relações e coordenadora da pesquisa A Competência presente no Comportamento Informacional em variados Ambientes.</p>
<p>Artigo 16 Mediação da informação em comunidades quilombolas</p>	<p>Cleyciane Cássia Moreira Pereira¹ Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira²</p>	<p>¹ Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA) (2018). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) (2011). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2007). Integra o Grupo de pesquisa: Competências profissionais e produção do conhecimento na contemporaneidade (CPPCC) da UFBA e o Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS) da UFPB. Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunidades Quilombolas e Necessidades informacionais. Ainda possui experiência em Elaboração de Trabalhos Monográficos, Normalização de Trabalhos Acadêmicos e com as NBRs da ABNT referente a Informação e Documentação.</p> <p>2 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela UFBA, Salvador, Bahia, Brasil. Docente dos cursos de Graduação do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFBA (Mestrado e Doutorado), Salvador, Bahia.</p>
<p>Artigo 17 O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência</p>	<p>Giulianne Monteiro Pereira¹ Izabel França de Lima²</p>	<p>¹ Bibliotecária na Biblioteca Central da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I - Campina Grande. Atua profissionalmente na área de Serviço de Referência, Metodologia do trabalho científico, normas da ABNT e Repositórios digitais. Mestre em Ciência da informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da informação da Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da</p>

		<p>Paraíba (UFPB), Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade Rebouças de Campina Grande . Participa do grupo de pesquisa ImClusos / UFPB. Possui interesse em pesquisas nas áreas de memória, história oral, acesso à informação, acessibilidade, usabilidade, uso de tecnologias assistivas para a promoção do acesso e uso da informação, Inclusão social/digital e Gestão de pessoas.</p> <p>² Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais(2012), mestre em Educação (2007) especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), graduada em Biblioteconomia (1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, líder do grupo de Pesquisa inclusoS da Universidade Federal da Paraíba. Área de pesquisa Ciência da Informação, com ênfase em Informação e tecnologia, atuando nos seguintes temas: Memória Institucional, Memória e Identidade, Repositórios institucionais, acesso e uso de informação, acessibilidade, usabilidade, inclusão digital/social/racial, informação etnicorracial.</p>
<p>Artigo 18 Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê.</p>	<p>Leyde Klebia Rodrigues da Silva¹</p> <p>Mirian de Albuquerque Aquino²</p> <p>Edvaldo Carvalho Alves³</p> <p>Gisele Rocha Côrtes⁴</p>	<p>¹ Professora Assistente do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (DDI/ICI/UFBA). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Desempenha trabalhos nas áreas de: Sociologia da Informação, Tecnologia da Informação, Estudos Étnico-Raciais, Produção do Conhecimento, Disseminação, Uso e Apropriação da Informação, bem como a Preservação e Memória das fontes de informação da web (redes sociais, sites, portais, blog, microblogs, buscadores, metabuscadores, entre outros) em movimentos negros e organizações de mulheres negras, assim como interessa-se pelas trajetórias de vidas de mulheres negras na arquivologia, biblioteconomia e ciência da informação. Áreas de atuação: Ciência da Informação, Sociologia e Educação, com vistas ao acesso e disponibilização da Informação presentes nos diversos suportes informacionais. É integrante representando o nordeste do GT de Relações étnico-raciais e decolonialidades ligado a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais (NEPIERE), o Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS) e o Grupo de Pesquisa ?Ecce Liber: Linguagem, Filosofia e Saberes? e o Grupo de estudos e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação ?</p> <p>² Graduação em Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1979), Mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998). Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona (UB/Es). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Núcleo de Estudos em e Relações Étnico-Raciais (NEPIERE) e do Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (e-GEINCOS) Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Teoria da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, discurso, memória, informação e tecnologias da informação e comunicação..</p> <p>³ Professor Adjunto IV do Departamento de Ciência da Informação - DCI/ UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFPB. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade</p>

		<p>Federal de São Carlos. Professor Adjunto IV do Departamento de Ciência da Informação - DCI/ UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFPB.</p> <p>4 Graduada em Pedagogia e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorado e Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora adjunto II do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.</p>
<p>Artigo 19 A. Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico</p>	<p>Gustavo Miranda Caran</p> <p>Jorge Calmon de Almeida Biolchini</p>	<p>¹ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bacharel em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Técnico em Administração de Empresas pela Escola Técnica de Formação Gerencial (ETFG/SEBRAE-MG). Atua no setor privado como analista de dados, informação e inteligência empresarial, tendo também experiência como consultor em gestão de processos, receitas e despesas. Paralelamente, desenvolve pesquisas nas temáticas de informação em saúde, inclusão e apoio social para pessoas com deficiência.</p> <p>² Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT - do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Professor Titular de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialização em Medicina Homeopática pela Escuela Médica Homeopática Argentina. Especialização em Medicina Ortomolecular pelo Centro de Medicina Ortomolecular do Rio de Janeiro. Idealizador e fundador do Simpósio Nacional de Pesquisa em Homeopatia. Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado-sandwich em informática médica, no National Center for Biomedical Communications / National Institutes of Health, EUA. Pós-doutorado na COPPE / UFRJ. Livre-Docente em Clínica Homeopática pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio IBICT-UFRJ. Membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro.</p>
<p>Artigo 20 Programas de acessibilidade para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social.</p>	<p>Isabel Cristina dos Santos Diniz¹</p> <p>Ana Margarida Almeida²</p> <p>Cassia Furtado³</p>	<p>¹ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (1997), mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2000) e doutora em Multimídia em Educação na Universidade de Aveiro (2019), Portugal. Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da UFMA. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando, principalmente, em: estudo de usuários, formação e desenvolvimento de coleções, produção monográfica, educação à distância (EaD) e em acessibilidade e inclusão em bibliotecas. Na EaD, participa como membro docente do Curso de Especialização em Mídias na Educação, que oportuniza aos professores dos municípios afastados da capital uma pós-graduação. Atuante, também, nos programas de interiorização que a UFMA possui como: o Programa Especial de Formação de Professores do Ensino Básico - PROEB/UFMA, que leva cursos superiores para os professores dos municípios do Estado afastados da capital.</p> <p>² Licenciatura em Novas Tecnologias da Comunicação (1998) e doutorado em Ciências e Tecnologias da Comunicação (2006) pela Universidade de Aveiro. Atualmente é professora auxiliar da Universidade de Aveiro. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Ciências e Tecnologias da Comunicação/Sciences and Technologies of Communication. Apresenta domínios de especialização em: health promotion and health education through ICT, communication and health, digital inclusion, agile projects development, media for all and communication technologies to support citizens with special needs.</p> <p>³ Pós-Doutorado no Departamento de Comunicação e Arte, da Universidade de Aveiro-Portugal, sob o tema "Aplicativos de literatura - serviço: experiência e comportamento do usuário infantil". Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, pela Universidade</p>

		de Aveiro e Universidade do Porto, em Portugal (2013). Mestre em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília. Especialização em Usuário, na Universidade Federal de Paraíba. Graduação em Biblioteconomia e em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professora Associado I da Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Biblioteconomia. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Design-PPGDg/UFMA, linha de pesquisa: Design Informação e Comunicação. Membro da International Collective of Research and Design in Children's Digital Books, da Universidade de Stavanger, na Noruega. Membro do Grupo de Pesquisa Literatura e Design de Artefatos para Crianças e Jovens no Mundo Digital/UFSC. Líder do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar em Leitura, Comunicação, Design de Hipermídia ? LEDMID. Atua nas áreas: redes sociais, leitura, design da informação, geração alpha, biblioteca escolar, literatura infantil digital e aplicativos de literatura.
Artigo 21 Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas.	Luís Cláudio Borges ¹ Gilda Olinto ²	¹ Doutorando em Ciência da Informação - PPGCI (convênio ECO/UFRJ-IBICT). Possui Mestrado em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT) (2014). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2010). Atualmente é bibliotecário-documentalista da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Profissional atuante em instituição de ensino superior, no planejamento e na gestão de unidades de informação, com foco no desenvolvimento sustentável e no aprimoramento da entrega de resultados. Tem experiência nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: mediação da informação; aspectos sociais do uso das bibliotecas públicas; dimensões sociais do uso das tecnologias de informação e comunicação e da competência em informação; diferenças de gênero e raça na ciência e na tecnologia; políticas culturais e da informação. ² Graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Ciência Política pela University of Michigan e doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro do corpo docente permanente do programa de pós-graduação em ciência da informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT)). É líder do grupo de pesquisa Tecnologia de Informação e Sociedade. É membro de comitês editoriais e parecerista de periódicos na área de ciência da informação, e avaliadora de agências de fomento. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando atualmente nos seguintes temas: dimensões sociais do uso das tecnologias de informação e comunicação e da competência em informação; diferenças de gênero na ciência e na tecnologia, indicadores de ciência e tecnologia; aspectos sociais do uso das bibliotecas públicas; metodologia de pesquisa social.
Artigo 22 Perfil de universitários indígenas: um estudo de usuários da informação	Kamilla Rebeca Souto Queiroz ¹ Eliane Bezerra Paiva ²	¹ Graduação em Fisioterapia pelo Centro Universitário de João Pessoa (2009) e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciência Aplicadas e Educação - Campus IV, e mestranda do PPGCI (Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação) na mesma instituição. ² Possui graduação em Biblioteconomia (1973), Mestrado em Ciência da Informação (2002) e Doutorado em Linguística(2013), realizados na Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora do nível adjunto da Universidade Federal da Paraíba com atuação na Graduação em Biblioteconomia, em Arquivologia e no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ministra as disciplinas Fontes Especializadas de Informação, no Curso de Biblioteconomia e Estudo de Usuários da Informação, nos Cursos de Biblioteconomia e Arquivologia. Editora da Revista de Extensão (UFPB /PRAC). Atua nos seguintes eixos temáticos: organização, acesso e uso da informação, produção científica e informação indígena.
Artigo 23 Ambientes de	Ingrid Paixão de Jesus ¹	¹ Mestranda em Ciência da Informação (2018) na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista Capes. Graduada em Biblioteconomia e

<p>mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017)</p>	<p>Henriette Ferreira Gomes²</p>	<p>Documentação na UFBA (2017). Atualmente desenvolve pesquisa na área de Mediação da Informação e Mediação da Leitura. Realiza atividades no Projeto de Extensão Lapidar com o objetivo de relacionar as dimensões da mediação às ações ocorridas na Rede de Bibliotecas Comunitárias na cidade de Salvador com o foco voltado ao desenvolvimento na formação de leitores e mediadores de leitura. Atua como tutora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/UFBA/CNPq no projeto " Mediação, gestão da informação e a web social no arquivo e na biblioteca: práticas de (re)significação para a construção do conhecimento" sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Rosários dos Santos. Anteriormente, compôs a equipe da Rede de Bibliotecas Sesc- Regional BA, onde desenvolveu atividades de contação de histórias, processamento técnico e administrativo, e por meio da experiência na Instituição, suscitou o tema de monografia que foi premiada com o 2 melhor Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia / UFBA em 2016.</p> <p>²Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação (GPEMCI). Eleita Membro Titular da Academia de Ciências da Bahia em 01 de junho de 2021, na Área de Ciências Sociais e Sociais Aplicadas. Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) no Biênio 2016-2018. Membro docente do Conselho Fiscal da ANCIB no Biênio 2018-2020. Vice-Diretora do ICI/UFBA no quadriênio 2014-2018. Vice-Diretora do ICI/UFBA no quadriênio 2014-2018. Chefe do Departamento de Documentação e Informação nos biênios 2012-2014 e 2014-2016. Coordenadora do PPGCI/UFBA nos biênios 2008-2010 e 2010-2012. Possui Doutorado (2006) e Mestrado (2000) em Educação pela Universidade Federal da Bahia e Graduação em Biblioteconomia e Documentação (1980) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Mediação da Informação, relações entre Informação, Comunicação e Educação; Fundamentos históricos e epistemológicos em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Organização da Informação; Documentação científica e Metodologia da Pesquisa Científica.</p>
<p>Artigo 24 Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice.</p>	<p>Silvana Maria de Jesus Vetter¹ Gilda Olinto² Maria Mary Ferreira³</p>	<p>¹Doutora em Ciência da Informação, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (conclusão: abril/2018). Defendeu a tese intitulada: Informação no Protagonismo Social, na Garantia dos Direitos e Satisfação de Necessidades dos Idosos: Centros de Convivência do Rio de Janeiro e São Luís. Mestre em Educação, pela Universidade Federal do Maranhão (conclusão em 2006), no qual defendeu a dissertação intitulada "Experiências de Leitura de Pessoas Idosas" que deu origem ao livro "Memórias de Leitura de Pessoas Idosas", publicado em 2009. Graduação em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Maranhão (conclusão em 2002). É Professora Adjunto I do Departamento de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (desde 2008). Coordenou o Curso de Especialização em Mídias na Educação, modalidade à distância. Atua nas seguintes áreas: Ciência da Informação, com ênfase em Educação; Memória; Leitura e Formação de Leitores. Idoso e Competência em Informação, e Representação Descritiva da Informação.</p> <p>² Graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Ciência Política pela University of Michigan e doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro do corpo docente permanente do programa de pós-graduação em ciência da informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT)). É líder do grupo de pesquisa Tecnologia de Informação e Sociedade. É membro de comitês editoriais e parecerista de periódicos na área de ciência da informação, e avaliadora de agências de fomento. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando atualmente nos seguintes temas: dimensões sociais do uso das tecnologias de informação e comunicação e da competência em informação; diferenças de gênero na ciência e na tecnologia, indicadores</p>

		<p>de ciência e tecnologia; aspectos sociais do uso das bibliotecas públicas; metodologia de pesquisa social.</p> <p>3 Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas/UFMA. É Pós doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto/Portugal (2019). Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (2006). Fez Estágio doutoral na Universidade de Coimbra em Portugal (2005). Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (1999). Especialização em Metodologia do Ensino Superior (UFMA, 1995). Especialização em Organização de Arquivos pela USP (1991). Graduada em Biblioteconomia (1981). É autora dos livros: Vereadoras e Prefeitas: ação política e gênero (2015); Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão (2010); As Caetanas vão a luta: feminismo e políticas públicas (2007); e organizadora das publicações: Mulher, Gênero e Políticas Públicas (1999); Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. (EDUFMA, 2012); Conhecimento feminista e relações de gênero. (EDUFMA, 2012), Direitos Iguais para sujeitos de direitos (em co-autoria) (2016); e Livro, Leitura e Bibliotecas em tempos sombrios (2017). Tem experiência nas áreas de Sociologia e Biblioteconomia com ênfase em Gênero e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher - política, mulher - relações de gênero, cidadania, mulher - poder e ainda políticas públicas, informação e poder, bibliotecas públicas e escolares e mercado de trabalho bibliotecário. É Membro da Coordenação Estadual do Fórum Maranhense de Mulheres.</p>
<p>Artigo 25 Em busca do protagonismo negro na ciência da informação.</p>	<p>Felipe Arthur Cordeiro Alves¹</p> <p>Gisele Rocha Côrtes²</p> <p>Aurekelly Rodrigues da Silva³</p> <p>Maria Cristiana Félix Luciano⁴</p>	<p>¹ Mestre e Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB). Especialista em Gestão de Documentos e Informações pela faculdade UNYLEYA. Graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é Técnico em Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Possui experiência em Arquivos Públicos Acadêmicos e Arquivos Eclesiásticos.</p> <p>² Graduada em Pedagogia (1996) e Ciências Sociais (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Atua nos seguintes temas: Organização Acesso e Uso da Informação, Mediação da Informação e Relações de Gênero. Atua como vice-coordenadora do GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB (Gestão 2018-2020). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Mediação, Representação da Informação e Marcadores Sociais da Diferença (GeMINAS). Atualmente exerce o cargo de vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB).</p> <p>³ Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2020) na linha de pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Técnica em Arquivo sob o registro de n: 205/PB. Na graduação foi monitora da disciplina Metodologia do Trabalho Científico. Desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas: Responsabilidade Social da Arquivologia; Estudos de Usuários de Arquivos; Violência contra mulheres; Protagonismo Social; Mediação da Informação.</p> <p>⁴ Mestre em Ciência da Informação (2021), pela Universidade Federal da Paraíba, Pós-Graduada em Docência no Ensino Superior (EAD) (2021) pelo Centro Universitário (UNIESP), Pós-Graduada em Gestão de Pessoas (2018) pelo Instituto de Educação de Ensino Superior da Paraíba (IESP- Faculdades), Graduada em Biblioteconomia (2015) pela Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Biblioteconomia, Gestão de Pessoas e Ciência da Informação, com ênfase em Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes</p>

		temas: Violência contra Mulheres, Canais Informação, Violência Doméstica., Informação e relações de gênero, Protagonismo Social, e organização e gestão da Informação. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Mediação, Representação da Informação e Marcadores Sociais da Diferença (GeMINAS) e Integrante do Projeto de Extensão Informar Para Prevenir: ações informacionais de enfrentamento a violência de gênero (Acolher gênero) UFPB.
Artigo 26 Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação	Aurekelly Rodrigues da Silva ¹ Gisele Rocha ²	¹ Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2020) na linha de pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Técnica em Arquivo sob o registro de n: 205/PB. Na graduação foi monitora da disciplina Metodologia do Trabalho Científico. Desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas: Responsabilidade Social da Arquivologia; Estudos de Usuários de Arquivos; Violência contra mulheres; Protagonismo Social; Mediação da Informação. ² Graduada em Pedagogia (1996) e Ciências Sociais (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Atua nos seguintes temas: Organização Acesso e Uso da Informação, Mediação da Informação e Relações de Gênero. Atua como vice-coordenadora do GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB (Gestão 2018-2020). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Mediação, Representação da Informação e Marcadores Sociais da Diferença (GeMINAS). Atualmente exerce o cargo de vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB).
Artigo 27 Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação	Hellosman de Oliveira Silva ¹ Marckson Roberto Ferreira de Sousa ² Célia Medeiros Dantas ³	¹ Pessoaense, Pessoa com Deficiência Física, Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Administrador concursado da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) desde 2009. Assessor técnico na Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), desde 2011. Experiência em diversas áreas da Administração, com ênfase em Gestão e Políticas Públicas. Pesquisador na área de acessibilidade, políticas públicas e inclusão social com livros, trabalhos publicados em revistas e anais de congressos e simpósios científicos regionais, nacionais e internacionais. Ministra palestras, cursos e qualificações sobre as temáticas Direitos Humanos, Gestão Pública, Políticas Públicas, Tecnologias Assistivas, Acessibilidade, Cidadania, Responsabilidade e Inclusão Social com ênfase nas pessoas com deficiência ² Doutor em Engenharia Elétrica na área de Processamento da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com pesquisa em Interfaces Humano-Computador. Mestrado em Engenharia Elétrica na área de Processamento da Energia pela Universidade Federal da Paraíba. Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Direito pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba. Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB, na linha de pesquisa Organização, Acesso e Uso da Informação, e do Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, na linha de pesquisa Gestão de Projetos e Tecnologias Emergentes. Na Pós-graduação trabalha especialmente os seguintes temas: Competência Informacional; Arquitetura da Informação; Limitações Digitais; Aspectos Jurídicos da Informação. Editor do Portal do Laboratório de Tecnologias Intelectuais. ³ Mestre em Ciência da Informação pela UFPB- Universidade Federal da

		<p>Paraíba. Graduada em Arquivologia pela UEPB- Universidade Estadual da Paraíba. Extencionista da Universidade Estadual da Paraíba nos anos 2009/2010 com o projeto denominado "A gestão da informação arquivística aplicada à memória histórica do Núcleo de Arte Contemporânea da Paraíba (NAC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)?, participação de Grupo de Estudos da Universidade Federal da Paraíba ? GECIMP (2009- 2010), Monitora do componente curricular Usos e usuários da Informação pela Universidade Estadual da Paraíba nos anos de 2010/2011</p>
<p>Artigo 28 Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas.</p>	<p>Guilherme Goulart Righetto¹ Elizete Vieira Vitorino²</p>	<p>¹ Bibliotecário/Documentalista (CRB 14/1622) e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestre em Ciência da Informação (2018) e Bacharel em Biblioteconomia (2015) pela mesma instituição. É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência em Informação (GPCIn). Possui interesse e têm como escopo de pesquisa as temáticas de competência em informação, vulnerabilidade social e minorias sociais. Possui experiência em gestão de unidades de informação e gestão em design educacional/instrucional, levantamento de dados e pesquisa acadêmica.</p> <p>² Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, no período de jan. 2015 a jan. 2016 por meio da Agência de Fomento CAPES e do Programa Estágio Sênior no Exterior (Processo: BEX 2398/14-1). Doutora em Engenharia de Produção (2004) na área de Mídia e Conhecimento e Educação a Distância (EaD) e Mestre em Engenharia de Produção (1996) na área de Gestão da Qualidade em Bibliotecas, ambas titulações conferidas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduação em Biblioteconomia pela UFSC (1991). Professora concursada (2006) e pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação (CIN), Centro de Ciências da Educação (CED), da UFSC com atuação nos Cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação. Desde o ano de 2006 dedica-se, além do ensino, extensão e administração na UFSC, à pesquisa na área da competência em informação (information literacy). É Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) em nível de mestrado e doutorado, cujas disciplina e orientações se desenvolvem na área da competência em informação. É fundadora e líder do Grupo de Pesquisa GPCIn - Competência em Informação, cadastrado no CNPq e certificado pela UFSC desde o ano de 2006. Departamento de Ciência da Informação (CIN). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN)</p>
<p>Artigo 29 Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina.</p>	<p>Guilherme Goulart Righetto Elizete Vieira Vitorino</p>	<p>¹ Bibliotecário/Documentalista (CRB 14/1622) e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestre em Ciência da Informação (2018) e Bacharel em Biblioteconomia (2015) pela mesma instituição. É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência em Informação (GPCIn). Possui interesse e têm como escopo de pesquisa as temáticas de competência em informação, vulnerabilidade social e minorias sociais. Possui experiência em gestão de unidades de informação e gestão em design educacional/instrucional, levantamento de dados e pesquisa acadêmica.</p> <p>² Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, no período de jan. 2015 a jan. 2016 por meio da Agência de Fomento CAPES e do Programa Estágio Sênior no Exterior (Processo: BEX 2398/14-1). Doutora em Engenharia de Produção (2004) na área de Mídia e Conhecimento e Educação a Distância (EaD) e Mestre em Engenharia de Produção (1996) na área de Gestão da Qualidade em Bibliotecas, ambas titulações conferidas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduação em Biblioteconomia pela UFSC (1991). Professora concursada (2006) e pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação (CIN), Centro de Ciências da Educação (CED), da UFSC com atuação nos Cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação. Desde o ano de 2006 dedica-se, além do ensino, extensão e administração na UFSC, à pesquisa na área da competência em informação (information literacy). É Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) em nível de mestrado e doutorado, cujas disciplina e orientações se desenvolvem na</p>

		área da competência em informação. É fundadora e líder do Grupo de Pesquisa GPCIn - Competência em Informação, cadastrado no CNPq e certificado pela UFSC desde o ano de 2006. Departamento de Ciência da Informação (CIN). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN)
--	--	--

Fonte: produzido durante a pesquisa.

APÊNDICE C– Lista de autores, gênero, formação e campo de atuação

Autores	Gênero		Formação	Onde atua
	Masc	Fem		
Aurekelly Rodrigues da Silva		x	Doutoranda em Ciência da Informação	Desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas: Responsabilidade Social da Arquivologia; Estudos de Usuários de Arquivos; Violência contra mulheres; Protagonismo Social; Mediação da Informação
Adriana Rosecler Alcará		x	Doutora em Psicologia	Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Ana Margarida Almeida		x	Doutora em Ciências e Tecnologias da Comunicação	Professora auxiliar da Universidade de Aveiro.
Benedito Medeiros Neto	x		Doutor em Ciência da Informação	Professor Visitante no Computer Science Department, Brunel University, Londres, Reino Unido, Maio de 2018. Bolsista do Projeto/MEC/MCTI/CAPES/CNPq/FAPs No. 09/2014. Pesquisador e Professor da UnB/IE/CIC e FAC. Pesquisador Associado da Escola do Futuro-USP
Brasilina Passarelli		x	Pós Doutora Ciências Sociais Aplicadas	Orientadora de mestrado , doutorado e supervisão de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA/USP na Linha de Pesquisa Processos Comunicacionais: tecnologias, produção e consumos onde ministra a disciplina Novas Lógicas e Literacias Emergentes nos Coletivos Digitais: Práticas, Leituras e Reflexões. Coordena convênios internacionais com: Universidade do Porto (Portugal); Universidade de Aveiro (Portugal); Universidad Complutense de Madrid (Espanha); College of Communication da Universidade do Texas (Austin).
Cassia Furtado		x	Pós-Doutor no Departamento de Comunicação e Arte	Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Design-PPGDg/UFMA
Célia Medeiros Dantas		x	Mestra em Ciência da Informação	-
Celia Revilandia Costa		x	Doutora em Ciência da Informação.	Secretaria Municipal de Educação de Teresina
Cleyciane Cássia Moreira Pereira		x	Doutora em Ciência da Informação	Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba
Edvaldo Carvalho Alves	x		Mestrado em Ciências Sociais	Professor Adjunto IV do Departamento de Ciência da Informação - DCI/ UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFPB
Eliane Bezerra Paiva		x	Doutora em Linguística	Professora do nível adjunto da Universidade Federal da Paraíba com atuação na Graduação em Biblioteconomia, em Arquivologia e no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ministra as disciplinas Fontes Especializadas de Informação, no Curso de Biblioteconomia e Estudo de Usuários da Informação, nos Cursos de Biblioteconomia e Arquivologia. Editora da Revista de Extensão (UFPB /PRAC)
Elizete Vieira Vitorino		x	Pós doutora pela Faculdade de Letras	Ensino, extensão e administração na UFSC, à pesquisa na área da competência em informação (information literacy). É Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) em nível de mestrado e doutorado, cujas disciplina e orientações se desenvolvem na área da competência em informação
Elmira Luzia Melo Soares Simeão ²		x	Doutora em Ciência da Informação	Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/FCI/UnB).
Felipe Arthur Cordeiro Alves	x		Doutorando em Ciência da Informação	Técnico em Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Possui experiência em Arquivos Públicos Acadêmicos e Arquivos Eclesiásticos.
Gabriela Belmont Farias		x	Doutora em Ciência da	Desenvolve pesquisa na área de Ciência da

			Informação	Informação, com ênfase nos seguintes temas: Competência, Gestão, Recursos, Serviços de informação, Ensino-Biblioteconomia e Informação Científica e Tecnológica.
Gilda Olinto		x	Mestra em Ciência Política	Membro do corpo docente permanente do programa de pós-graduação em ciência da informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT)).
Gisele Rocha Côrtes		x	Doutorado em Sociologia	Professora adjunto II do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.
Giulianne Monteiro Pereira		x	Mestra em Ciência da Informação	Bibliotecária na Biblioteca Central da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I - Campina Grande. Atua profissionalmente na área de Serviço de Referência, Metodologia do trabalho científico, normas da ABNT e Repositórios digitais.
Guilherme Goulart Righetto	x		Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Bibliotecário/Documentalista (CRB 14/1622)
Gustavo Henrique de Araújo Freire	x		Doutor em Ciência da Informação	Professor Associado do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
Gustavo Miranda Caran	x		Doutor em Ciência da Informação	Atua no setor privado como analista de dados, informação e inteligência empresarial, tendo também experiência como consultor em gestão de processos, receitas e despesas
Hellosman de Oliveira Silva	x		Mestre em Ciência da Informação	Assessor técnico na Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD)
Henriette Ferreira Gomes		x	Doutora em Educação	Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação (GEPEMCI).
Ingrid Paixão de Jesus		x	Mestranda em Ciência da Informação	Desenvolve pesquisa na área de Mediação da Informação e Mediação da Leitura. Realiza atividades no Projeto de Extensão Lapidar com o objetivo de relacionar as dimensões da mediação às ações ocorridas na Rede de Bibliotecas Comunitárias na cidade de Salvador
Isabel Cristina dos Santos Diniz		x	Mestra em Ciência da Informação	Membro docente do Curso de Especialização em Mídias na Educação, que oportuniza aos professores dos municípios afastados da capital uma pós-graduação. Atuante, também, nos programas de interiorização que a UFMA
Izabel França de Lima		x	Doutora em Ciência da Informação	Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, líder do grupo de Pesquisa inclusos da Universidade Federal da Paraíba.
Jaires Oliveira Santos		x	Mestra em Ciência da Informação	Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Jorge Calmon de Almeida Biolchini	x		Doutor em Ciência da Informação	Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT - do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Professor Titular de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	x		Pós-doutorado em Ciência da Informação	Professor associado IV do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA), Campus IV, da Universidade Federal da Paraíba, professor do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB) e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA/UFPB). Coordena o projeto de pesquisa "Modelos de gestão da informação e do conhecimento: características para aplicação nas organizações" e é membro do projeto de extensão

				"Inclusão digital para agentes terceirizados do Campus IV da UFPB". É coordenador do núcleo de pesquisa "Gestão da Informação, Conhecimento e Tecnologias" (GICTEC).
Kamilla Rebeca Souto Queiroz		x	Mestranda em Ciência da Informação	Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciência Aplicadas e Educação - Campus IV
Leyde Klebia Rodrigues da Silva		x	Doutoranda em Ciência da Informação	Professora Assistente do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (DDI/ICI/UFBA).
Lígia Maria Moreira Dumont		x	Mestre em Biblioteconomia	Professora Titular do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da ECI/UFMG e docente do PPGCI/UFMG
Linete Bartalo		x	Doutora em Educação	Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UDEL).
Luciana Gonçalves Silva Souza		x	Doutoranda em Gestão e Organização do Conhecimento	Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Luis Claudio Borges	x		Doutorando em Ciência da Informação	Bibliotecário-documentalista da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Profissional atuante em instituição de ensino superior, no planejamento e na gestão de unidades de informação, com foco no desenvolvimento sustentável e no aprimoramento da entrega de resultados.
Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger		x	Doutora em Ciência da Informação	Professora Adjunta 604 da Universidade Federal da Paraíba, lotada no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE).
Marckson Roberto Ferreira de Sousa	x		Doutor em Engenharia Elétrica	Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB, na linha de pesquisa Organização, Acesso e Uso da Informação, e do Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, na linha de pesquisa Gestão de Projetos e Tecnologias Emergentes
Marcos Aurélio Gomes	x		Doutorado em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG	1 Doutorado em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG e docente do CBI/UFAL
Maria Cristiana Félix Luciano		x	Mestra em Ciência da Informação	Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Mediação, Representação da Informação e Marcadores Sociais da Diferença (GeMINAS) e Integrante do Projeto de Extensão Informar Para Prevenir: ações informacionais de enfrentamento a violência de gênero (Acolher gênero) UFPB.
Maria Giovanna Guedes de Farias		x	Doutora em Ciência da Informação	Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa Competência e Mediação em Ambientes de Informação/UFC. Integra o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Mediação, Apropriação e Gestão da Informação e do Conhecimento/UFS,
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira		x	Mestra em Ciência da Informação	Professora Associada III da Universidade Federal da Bahia, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFBA, Docente do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/ICI/UFBA (Mestrado e Doutorado), dos Curso de Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia) e de Especialização.
Maria Lívia Pacheco de Oliveira		x	Doutora em Ciência da Informação	Professora adjunta na Universidade Federal da Paraíba - departamento de comunicação, curso de Relações Públicas. Tem experiência nas áreas de inclusão digital, competência em informação, comunicação organizacional e planejamento de comunicação.
Maria Mary Ferreira		x	Pós doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais	Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/UFMA.

Marta Leandro da Mata		x	Doutora em Ciência da Informação	Professora adjunta no Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Presidente do Núcleo Docente Estruturante, Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso, Coordenadora de TCC e Coordenadora do Laboratório de Preservação. Líder do grupo de pesquisa "Competência em Informação e Processos Inter-relacionados". É responsável pela coluna "Entre conexões e processos informacionais", no site Infohome.
Marta Lúcia Pomim Valentim		x	Doutora em Ciências da Informação	Professora Titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-Doutorado pela Universidad de Salamanca (USAL), Espanha. Livre Docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela Unesp.
Miguel Luiz Contani	x		Doutor em Comunicação e Semiótica	Professor associado da Universidade Estadual de Londrina.
Mirian de Albuquerque Aquino		x	Doutora em Educação	Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Núcleo de Estudos em e Relações Étnico-Raciais (NEPIERE) e do Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (e-GEINCOS).
Natália Marinho do Nascimento		x	Doutora em Ciência da Informação	Professora Adjunta do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPA.
Rafael Barcelos Santos ¹	x		Mestre em Ciência da Informação	Bibliotecário/Documentalista na Universidade de Brasília (UnB), atuando no Programa de Formação de usuários competentes em informação
Selma Leticia Capinzaiki Ottonicar		x	Doutora em Ciência da Informação	Team Leader - Business Development na Federation of Canadian-Brazilian Business (2021), Montreal, Canadá.
Silvana Maria de Jesus Vetter		x	Doutora em Ciência da Informação	Professora Adjunto I do Departamento de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Fonte: produzido pela autora durante a pesquisa.

APÊNDICE D - Onde atuam os autores

Artigo /GT	Autores	Instituição onde atuam
Artigo 1	Rafael Barcelos Santo Bibliotecário (Unb) Elmira Luzia Melo Soares Simeão ² docente (FCI/UnB).	Universidade (bibliotecário UnB) Universidade (docente UnB)
Artigo 2	Elmira Luzia Melo Soares Simeão ² docente (FCI/UnB). Celia Revilandia Costa Secretaria Municipal de Educação de Teresina	Universidade (bibliotecário) Prefeitura municipal (Teresina, PI)
Artigo 3	Marcos Aurélio Gomes docente do CBI/UFAL Lígia Maria Moreira Dumont docente do PPGCI/UFMG	Universidade (docente UFAL) Universidade (docente UFMG)
Artigo 4	Elizete Vieira Vitorin Docente UFSC	Universidade (docente UFSC)
Artigo 5	Gabriela Belmont Farias Docente UFC Maria Giovanna Guedes de Farias Docente UFC	Universidade (docente UFC) Universidade (docente UFC)
Artigo 6	Marta Leandro da Mata Docente UFES Adriana Rosecler Alcará Docente UEL	Universidade (docente UFES) Universidade (docente EUL)
Artigo 7	Gustavo Henrique de Araujo Freire Docente UFRJ	Universidade (docente UFRJ)
Artigo 8	Benedito Medeiros Neto Professor da UnB/IE/CIC Celia Revilandia Costa Secretaria Municipal de Educação de Teresina	Universidade (docente UnB) Prefeitura municipal (Teresina, PI)
Artigo 9	Benedito Medeiros Neto Professor da UnB/IE/CIC Brasilina Passarelli Professora Titular pela ECA/USP	Universidade (docente UnB) Universidade (docente USP)
Artigo 10	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA), da Universidade Federal da Paraíba Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger Professora da Universidade Federal da Paraíba Maria Lívia Pacheco de Oliveira Professora adjunta na Universidade Federal da Paraíba	Universidade (docente UFPB) Universidade (docente UFPB) Universidade (docente UFPB)
Artigo 11	Luis Claudio Borges bibliotecário-documentalista da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Gilda Olinto docente permanente do programa de pós-graduação em ciência da informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT)).	Universidade (bibliotecário UNIR) Universidade (docente UFRJ-IBICT)
Artigo 12	Luciana Gonçalves Silva Souza Bibliotecária Universidade Federal de Minas Gerais	Universidade (bibliotecária UFMG) Universidade (docente UFMG)

	Lígia Maria Moreira Dumont Professora Titular do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da ECI/UFMG e docente do PPGCI/UFMG	
Artigo 13	Jaires Oliveira Santos Não informado Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira Professora da Universidade Federal da Bahia,	Não informado Universidade (docente UFPB)
Artigo 14	Natália Marinho do Nascimento Professora Adjunta do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) Selma Leticia Capinzaiki Ottonicar Professora da Universidade de Marília (UNIMAR 2020-2021). Marta Lígia Pomim Valentim Professora Titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp).	Universidade (docente UFPA) Universidade (docente UNIMAR) Universidade (docente Unesp)
Artigo 15	Miguel Luiz Contani professor associado da Universidade Estadual de Londrina Linete Bartalo Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UDEL)	Universidade (docente UEL) Universidade (docente UEL)
Artigo 16	Cleyciane Cássia Moreira Pereira Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira Docente (ICI/UFBA) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFBA	Universidade (bibliotecária UFPB) Universidade (docente UFBA)
Artigo 17	Giulianne Monteiro Pereira Bibliotecária na Biblioteca Central da Universidade Estadual da Paraíba Izabel França de Lima professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba	Universidade (bibliotecária UFPB) Universidade (docente UFPB)
Artigo 18	Leyde Klebia Rodrigues da Silva Professora Assistente do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (DDI/ICI/UFBA). Mirian de Albuquerque Aquino Professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba Edvaldo Carvalho Alves Professor do Departamento de Ciência da Informação - DCI/ UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFPB Gisele Rocha Côrtes Professora adjunto II do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.	Universidade (docente UFBA) Universidade (docente UFPB) Universidade (docente UFPB) Universidade (docente UFPB)
Artigo 19	Gustavo Miranda Caran Atua no setor privado como analista de dados, informação e inteligência empresarial, tendo	Consultor (analista de dados) Universidade (docente PUC-Rio)

	também experiência como consultor em gestão de processos Jorge Calmon de Almeida Biolchini Professor Titular de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio	
Artigo 20	Isabel Cristina dos Santos Diniz Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da UFMA Ana Margarida Almeida professora auxiliar da Universidade de Aveiro Cassia Furtado Professora da Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Biblioteconomia	Universidade (docente UFMA) Universidade (docente Aveiro, Portugal) Universidade (docente UFMA)
Artigo 21	Luís Cláudio Borges atualmente é bibliotecário-documentalista da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Gilda Olinto É membro do corpo docente permanente do programa de pós-graduação em ciência da informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT).	Universidade (bibliotecário UNIR) Universidade (docente UFRJ)
Artigo 22	Kamilla Rebeca Souto Queiroz Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba Eliane Bezerra Paiva professora do nível adjunto da Universidade Federal da Paraíba	Universidade (bibliotecária UFPB) Universidade (docente UFPB)
Artigo 23	Ingrid Paixão de Jesus tutora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/UFBA/CNPq Henriette Ferreira Gomes ² Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).	Universidade (docente UFBA) Universidade (docente UFBA)
Artigo 24	Silvana Maria de Jesus Vetter Professora Adjunto I do Departamento de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Gilda Olinto docente permanente do programa de pós-graduação em ciência da informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (convênio ECO/UFRJ-IBICT)) Maria Mary Ferreira Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas/UFMA	Universidade (docente UFMA) Universidade (docente UFRJ-IBICT) Universidade (docente UFMA)
Artigo 25	Felipe Arthur Cordeiro Alves Técnico em Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Gisele Rocha Côrtes professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Aurekelly Rodrigues da Silva Não informado	Universidade (Arquivista IFPB) Universidade (docente UFPB) Não informado (Arquivista) Não informado (Bibliotecária)

	Arquivista Maria Cristiana Félix Luciano Bibliotecária Não informado	
Artigo 26	Aurekelly Rodrigues da Silva Não informado Arquivista Gisele Rocha professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).	Não informado (Arquivista) Universidade (Docente UFPB)
Artigo 27	Hellosman de Oliveira Silva Administrador concursado da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) Marckson Roberto Ferreira de Sousa Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Célia Medeiros Dantas Não informado	Companhia Estadual de Habitação Popular Universidade (Docente UFPB) Não informado
Artigo 28	Guilherme Goulart Righetto Bibliotecário Não informado Elizete Vieira Vitorino Professora concursada (2006) e pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação (CIN), Centro de Ciências da Educação (CED), da UFSC	Não informado (bibliotecário) Universidade (Docente UFSC)
Artigo 29	Guilherme Goulart Righetto Bibliotecário Não informado Elizete Vieira Vitorino Professora concursada (2006) e pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação (CIN), Centro de Ciências da Educação (CED), da UFSC	Não informado (bibliotecário) Universidade (Docente UFSC)

APÊNDICE E - Formulários

Competência em Informação e TIC

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	2016 – GT1
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	SANTOS, R. B.; SIMEÃO, E. L. M. S. O bibliotecário universitário como agente mediador: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo). 2016. Disponível em: < http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/download/3561/2466 >
Número do artigo:	1
Autores:	Rafael Barcelos Santo ¹ e Elmira Luzia Melo Soares Simeão ²
Instituições dos autores:	1 Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/FCI/UnB). 2 Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI/UnB).
Financiamento da pesquisa:	
Demandas (necessidades de informação):	Fomentar o desenvolvimento de novas práticas profissionais do bibliotecário que estejam em consonância com as necessidades de usuários mais informados e exigentes quanto aos serviços informacionais.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	A pesquisa de natureza teórica e documental interliga os significados dos conceitos de informação, de Competência em Informação e de Ciência da Informação na perspectiva do fenômeno de mediação do conhecimento humano nas instituições acadêmicas.
Uso de TIC durante a mediação:	Sim
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: O bibliotecário universitário como agente mediador: as contribuições do mapa do conhecimento da Ciência da Informação de Zins para a Competência em Informação (CoInfo) Objetivos: Analisar a literatura científica e interligar os conceitos inerentes à mediação

	<p>da informação, à Ciência da Informação e ao Movimento de Competência em Informação na perspectiva do bibliotecário universitário como agente mediador.</p> <p>Conceitos utilizados: Ciência da Informação, Mediação da Infomação, Competência em Informação.</p>
Resumo e palavras-chave	<p>Resumo: Aborda as relações existentes entre o Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação de Zins (2007) e a ação mediadora do bibliotecário universitário nas iniciativas formadoras de Competência em Informação. Esta pesquisa busca responder a seguinte questão: de que forma a função mediadora do bibliotecário universitário está integrada ao Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação de Zins?. Para tanto, a investigação inicialmente concentrou em analisar as estruturas do Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação de Zins (2007). Verificou-se a existência de 10 categorias principais, divididas em dois grupos: o primeiro grupo incorpora a categoria de Fundamentos e está relacionado com o metachecimento da área; o segundo grupo possui 9 categorias (Recursos, Profissionais da Informação, Conteúdos, Aplicações, Operações/Processos, Tecnologias, Ambientes, Organizações e Usuários) e está associado ao fenômeno de mediação. Desse modo, as categorias pertencentes ao domínio da temática de mediação norteou esta investigação, a fim de identificar as contribuições do Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação de Zins (2007) para a ação mediadora do bibliotecário universitário no âmbito da Competência em Informação. A pesquisa de natureza teórica e documental interliga os significados dos conceitos de informação, de Competência em Informação e de Ciência da Informação na perspectiva do fenômeno de mediação do conhecimento humano nas instituições acadêmicas. Demonstra que a função social e educativa do bibliotecário universitário é evidenciada, quando esse profissional da informação é compreendido como um agente mediador das práticas de inserção e de consolidação da Competência em Informação. Conclui que a ação mediadora do bibliotecário universitário está integrada às categorias de mediação do Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação de Zins (2007), além de vislumbrar as possibilidades dos profissionais da informação de elaborar as estratégias, as políticas e os programas voltados para o aprendizado e vivência dos conceitos integrantes da Competência em Informação.</p> <p>Palavras-chave: Bibliotecário Universitário. Competência em Informação. Mediação do conhecimento humano. Mapa do conhecimento da Ciência da Informação.</p>

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT1
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	SIMEÃO, E. L. M. S.; COSTA, C. R. Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação. 2016. Disponível em: < http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3801/2464 >
Número do artigo:	2
Autores:	Elmira Luzia Melo Soares Simeao ¹ Celia Revilândia Costa ²
Instituições dos autores:	¹⁻² Universidade Federal do Piauí
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Demandas na formação de professores, considerando a complexidade e intensificação instauradas frente aos desafios de construção de uma educação inclusiva.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Explorar assuntos que possuem pertinências a várias áreas do conhecimento, como a Ciência da Informação e Educação que emergem principalmente do conceito Information Literacy formulado pela primeira e seus desdobramentos e aplicabilidades práticas que apontam para uma concepção aberta, flexível, multivocal, híbrida e não restrita ao uso de bibliotecas.
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Protagonismo de profissionais de informação (bibliotecários).
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	1 Professora Associada e doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Mestre em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Piauí. Atua na área de editoração, formação de acervos e competência informacional. Professora Associada. Diretora da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. 2 Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1994) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2008). Tem experiência na área de Educação em Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: diversidade, escola, comunidade, mídia e juventude
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Information literacy: dialogicidades entre ciência da informação e educação Objetivos: apresentar e discutir a historicidade do conceito Information Literacy e suas variedades interpretativas em bases de dados nacionais e internacionais das áreas de educação e Ciência da Informação destacando aspectos que fomenta a dialogicidade

	<p>entre estas áreas</p> <p>Conceitos utilizados: Habilidade Informacional, Comportamento Informacional, Competência Virtual, Competência Infocomunicacional, Competência Infomidiática, Competência Informacional, Competência em Informação, Letramento Informacional, Letramento digital, Alfabetização Informacional, Alfabetização em Informação, Alfabetização Digital, Conceito Matricial Information Literacy</p>
Resumo e palavras-chave	<p>Este artigo apresenta e discute a historicidade do conceito Information Literacy e suas variedades interpretativas em bases de dados nacionais e internacionais das áreas de educação e Ciência da Informação destacando aspectos que fomenta a dialogicidade entre estas áreas. Neste sentido esboça uma síntese de 19 modelos de “Information Literacy” desenvolvidos em contextos internacionais na perspectiva de obter uma grade básica para elaboração e/ou adaptação de outros modelos numa experiência de formação continuada. Relaciona aspectos entre “Information Literacy” e educação com as novas demandas na formação de professores, considerando a complexidade e intensificação instauradas frente aos desafios de construção de uma educação inclusiva.</p> <p>Palavras-chave: Information Literacy. Educação. Ciência da informação.</p>

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. A educação de usuários como matriz para a competência em informação: um estudo a partir da comunidade de discentes da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. Disponível em: < http://repositorios.questionsemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3241/2016_GT3-CO_10.pdf?sequence=1 >
Número do artigo:	3
Autores:	Marcos Aurélio Gomes ¹ Lígia Maria Moreira Dumont ²
Instituições dos autores:	¹ UFAL ² UFMG
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	A educação de usuários desenvolvida no âmbito das bibliotecas universitárias necessita de uma nova (re)significação para contribuir com a competência em informação dos estudantes dos cursos de graduação presenciais.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Levantamento realizado na literatura nas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, verificou-se que no processo de ensino-aprendizagem há uma possível articulação entre a competência em informação, a educação de usuários e as bibliotecas universitárias, vindo a se constituir em um campo de estudo no qual o fenômeno a ser investigado, isto é, a educação de usuários por meio das bibliotecas no contexto acadêmico, perpassa muitas vezes por uma nova compreensão e dinâmica, na dimensão da competência em informação. Tendo como recorte duas universidades: a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal de Minas Gerais, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário, aplicado a estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento.
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	1 Doutorado em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG e docente do CBI/UFAL 2 Professora Titular do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da ECI/UFMG e docente do PPGCI/UFMG
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: A educação de usuários como matriz para a competência em informação: um estudo a partir da comunidade de discentes da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais. Objetivos: Verificar as percepções quanto aos conhecimentos ou habilidades em informação adquiridos pelos estudantes, por meio das ações ou atividades de educação de usuários promovidas pelas bibliotecas universitárias, contribuindo na

	<p>formação de competências em informação</p> <p>Conceitos utilizados:</p>
Resumo e palavras-chave	<p>Resumo: Investiga a prática da educação de usuários em bibliotecas universitárias na perspectiva da construção para a competência em informação sob a ótica das inter-relações de acesso, uso e necessidades de informação associadas ao estudante/usuário de graduação. Objetiva verificar as percepções quanto aos conhecimentos ou habilidades em informação adquiridos pelos estudantes, por meio das ações ou atividades de educação de usuários promovidas pelas bibliotecas universitárias, contribuindo na formação de competências em informação. Pesquisa classificada como exploratória, estabeleceu em seu desenho o survey como método; instituiu como recorte duas universidades: a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal de Minas Gerais. A análise dos dados foi realizada com enfoque quantitativo e qualitativo. Adotou-se como instrumento o questionário, aplicado a 2.133 estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento. Os resultados encontrados forneceram evidências de que a prática de educação de usuários desenvolvida no âmbito das bibliotecas universitárias necessita de uma nova (re)significação para contribuir com a competência em informação dos estudantes dos cursos de graduação presenciais. Palavras-chave: Biblioteca universitária. Competência em informação. Educação de usuários</p>

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	2016 – GT6
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	VITORINO, E. V. Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha. 2016. Disponível em:< http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3744/2471 >
Número do artigo:	4
Autores:	Elizete Vieira Vitorino
Instituições dos autores:	Universidade Federal de Santa Catarina
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Necessidades informacionais dos usuários aparecem com maior expressividade, se comparada às demais dimensões e se relaciona principalmente ao atendimento das demandas, prioridades informacionais e ao compromisso com os usuários da biblioteca.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Desenvolvimento da competência em informação dos profissionais da informação dirigentes de bibliotecas vinculadas a Instituições de Educação Superior de três países: Brasil, Portugal e Espanha, elaborada a partir da realidade social e das dimensões técnica, estética, ética e política da competência. A investigação foi realizada sob o foco do método quadripolar, com predomínio da abordagem qualitativa de pesquisa.
Uso de TIC durante a mediação:	_____
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	Departamento de Ciência da Informação (CIN). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN)
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha. Objetivos: criação de princípios teóricos para o desenvolvimento da competência em informação, por meio de uma matriz (uma espécie de modelo ou modelagem, mas que optamos aqui por usar “matriz”, por considerar seu vínculo com “princípio” e “base” para outros empreendimentos científicos). Conceitos utilizados: informação, competência em informação, dimensões da competência em informação, universidade, educação superior, TIC.

<p>Resumo e palavras-chave</p>	<p>Resumo: Este trabalho constitui-se na fase final de duas pesquisas realizadas entre os anos de 2006- 2012 e 2012-2016, concretizado por meio um estágio pós-doutoral nos anos 2015-2016, em sólo Europeu, cujo objetivo geral foi, propor, por meio da análise comparativa e dos resultados do discurso de profissionais da informação dirigentes de bibliotecas de Instituições de Educação Superior (IES) privadas do Brasil, de Portugal e da Espanha, uma matriz de princípios ao desenvolvimento da competência em informação desses profissionais, elaborada a partir da realidade social e das dimensões técnica, estética, ética e política da competência. A investigação foi realizada sob o foco do método quadripolar, com predomínio da abordagem qualitativa de pesquisa. Os resultados mostram que os princípios para a formação dos profissionais podem ser convertidos em ação, ou seja, quanto à dimensão técnica, o foco deve se voltar à prática diária de trabalho; quanto à dimensão estética, deve se priorizar as necessidades informacionais dos usuários; quanto à dimensão ética, a formação deve desenvolver a atitude crítica no profissional; e, para a dimensão política, deve-se dar atenção à comunicação entre os profissionais.</p> <p>Palavras-chave: Competência em informação. Matriz da Competência em Informação. Competência em Informação – Brasil. Competência em Informação – Portugal. Competência em Informação – Espanha. Dimensões da Competência em Informação</p>
--------------------------------	--

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT6
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. Estudo bibliométrico das publicações do GT6 – ENANCIB: análise do termo competência. 2016. Disponível em: < http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3846/2478 >
Número do artigo:	5
Autores:	Gabriela Belmont Farias ¹ , Maria Giovanna Guedes de Farias ²
Instituições dos autores:	^{1,2} UFC
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Observando a importante relação existente entre o conceito de competência e o de competência em informação (CoInfo), e considerando as mudanças ocasionadas pelo dinâmico processo da globalização, faz-se necessário repensar também o que precisa ser modificado e aperfeiçoado nos processos educacionais e de formação de competências, tendo em vista a necessidade do acompanhamento dos avanços tecnológicos e científicos.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Estudo bibliométrico, mapeou o termo competência e seus desdobramentos do GT6, com a finalidade de proporcionar uma visão das pesquisas realizadas na Ciência da Informação (CI) relacionadas ao desenvolvimento da educação e mercado de trabalho. Foram identificadas as temáticas e metodologias mais utilizadas nas publicações, bem como os autores mais recorrentes na produção científica do GT6 nos últimos dez anos.
Uso de TIC durante a mediação:	_____
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	1 Doutora em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação. Programa de PósGraduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFC. 2 Doutora em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação. Programa de PósGraduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFC
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Estudo bibliométrico das publicações do GT6 – ENANCIB: análise do termo competência. Objetivos: apresentar um panorama da temática competência presente nas publicações reunidas nos últimos dez anos (2005 – 2014) na coleção Benancib, a qual disponibiliza a produção científica do Enancib, e que está hospedada no repositório Questões em Rede Conceitos utilizados: competência, competência em informação
Resumo e palavras-chave	Resumo: Trata-se de pesquisa realizada na coleção Benancib depositada no repositório Questões em Rede, do Grupo de Pesquisa Informação, Discurso e Memória, da Universidade Federal Fluminense. Tal coleção disponibiliza a produção científica do

	<p>Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib). O objetivo foi analisar, no período de 2005 a 2014, a recorrência do termo competência no campo de busca título, palavras-chave, para então, ao recuperar as publicações, averiguar quais autores e instituições mais publicaram nesse lapso de tempo, bem como quais são as temáticas mais recorrentes nesses dez anos escolhidos. A pesquisa configura-se por uma abordagem quanti-qualitativa, com característica descritivo-exploratória. Em relação ao procedimento para a elaboração e execução da pesquisa foi escolhido o método denominado bibliometria. Os resultados mostraram a predominância de trabalhos publicados no grupo de trabalho Informação, Educação e Trabalho (GT6), entretanto esse termo aparece também nos títulos de produções de outros GT's. Ademais, percebeu-se que os autores mais recorrentes em sua maioria sempre participaram do GT6, publicando em parceria com outros pesquisadores e com seus orientandos. As temáticas mais abordadas foram: competência, competência em informação, educação continuada, formação e perfil profissional. Conclui-se que, essa análise fornece elementos que podem ser utilizados para refletir, sobre de que forma a competência vem sendo abordada na Ciência da Informação no Brasil.</p> <p>Palavras-chave: Competência. Competência em Informação. Formação Profissional. Coleção Benancib. Enancib.</p>
--	--

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	2016 – GT6
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	MATA, L. M.; ALCARÁ, A. R. Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na competência em informação. 2016. Disponível em: < http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3447/2016_GT6-CO_12.pdf?sequence=1 >
Número do artigo:	6
Autores:	Marta Leandro da Mata ¹ Adriana Rosecler Alcará ²
Instituições dos autores:	¹ UFES ² UEL
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Formação de usuários nas bibliotecas
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	A competência em informação é voltada para o desenvolvimento de habilidades informacionais nos indivíduos, no que diz respeito aos processos informacionais, tais como: acesso, busca, seleção, uso e comunicação da informação de maneira ética. Realizou-se um estudo bibliográfico a respeito das atividades educacionais que vem sendo desenvolvidas pelos bibliotecários nas instituições de ensino superior. Foram analisados os tipos de atividades, recursos humanos, físicos e tecnológicos, integração da formação de usuários com atividades curriculares, conteúdo das atividades de formação de usuários, avaliação das atividades de formação de usuários.
Uso de TIC durante a mediação:	Sim
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	¹ Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). ² Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Análise das práticas educacionais dos bibliotecários em bibliotecas universitárias com enfoque na educação de usuários e na competência em informação Objetivos: analisar as práticas educacionais realizadas em bibliotecas universitárias, a partir dos trabalhos apresentados no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD), tendo-se como objetivos específicos identificar: a nomenclatura utilizada nas atividades educacionais; o tipo de atividade; os recursos humanos, recursos físicos e tecnológicos; a integração da formação de usuários com as atividades curriculares; o conteúdo educacional das atividades e a forma de avaliação

	<p>da aprendizagem dos estudantes e do programa desenvolvido</p> <p>Conceitos utilizados: Information Literacy, “competência em informação”, “competências informacionais”, “letramento informacional”, “cultura informacional” e “ALFIN” (alfabetização informacional).</p>
Resumo e palavras-chave	<p>Resumo: A pesquisa teve o objetivo de analisar as práticas educacionais realizadas em bibliotecas universitárias por meio da análise de trabalhos apresentados no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias e no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória, com análise qualitativa e categorial dos dados, de forma a caracterizar as atividades desenvolvidas nas bibliotecas universitárias e os elementos que as constituem. Como resultados, observou-se que as nomenclaturas utilizadas e os tipos de atividades são variados; de forma geral as atividades são organizadas e ministradas por bibliotecários, e às vezes, integradas aos currículos, com existência de parceria com os professores e outros funcionários; entre os conteúdos mais abordados estão a busca e o uso das fontes de informação, a normalização documentária, bem como o uso dos recursos e serviços informacionais da biblioteca. Considera-se que atividades educacionais realizadas em bibliotecas universitárias são importantes para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de seus usuários, no que se refere às habilidades para lidar com o universo informacional.</p> <p>Palavras-chave: Competência em Informação. Educação de Usuários. CBBB. SNBU. Biblioteca Universitária</p>

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	2016 – GT1
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	FREIRE, G. H. A. Reflexões sobre information literacy no Brasil. Disponível em: < http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3111/2016-GT01-CO-20.pdf?sequence=1 >
Número do artigo:	7
Autores:	Gustavo Henrique de Araujo Freire
Instituições dos autores:	UFRJ/CCJE/FACC e UFPB.
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	A informação se destaca como um bem intangível de grande valor em todas as dimensões da sociedade. Isso trouxe, ao longo do tempo, um grande crescimento dos estoques de informação e com isso a necessidade de se pensar em estratégias voltadas para o desenvolvimento de habilidades para interagir nesses espaços de informação.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Apresenta discussão teórica de pesquisa em andamento que propõe uma reflexão acerca da information literacy no Brasil, propondo a criação de uma rede virtual de aprendizagem que possa analisar os vários termos que se relacionam com a information literacy e os seus respectivos contextos de uso.
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	Docente do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ/CCJE/FACC. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB.
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Reflexões sobre information literacy no Brasil. Objetivos: propor a criação de uma rede virtual de aprendizagem que possa analisar os vários termos que se relacionam com a information literacy e os seus respectivos contextos de uso. Conceitos utilizados: information literacy, “Competência Informacional”, “Competência em Informação”, “Alfabetização Digital”, “letramento informacional”, “competências em informação”, dentre outros.
Resumo e palavras-chave	Resumo: Apresenta discussão teórica de pesquisa em andamento que propõe uma reflexão acerca da information literacy no Brasil, propondo a criação de uma rede virtual de aprendizagem que possa analisar os vários termos que se relacionam com a information literacy e os seus respectivos contextos de uso. A abordagem parte da perspectiva de Wersig (1993) sobre um modelo de rede conceitual para a Ciência da Informação, utilizando o método indiciário para a busca de um padrão que reúne todos esses termos. A partir do termo central, denominado conceito atrator, será construída

	<p>uma proposta de rede virtual de aprendizagem para pesquisadores que atuam nessa área de interesse, na Ciência da Informação.</p> <p>Palavras-chave: Information literacy. Rede conceitual. Rede virtual de aprendizagem. Método indiciário.</p>
--	--

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	NETO, B. M. A., COSTA, C. R. Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos. 2016. Disponível em: < http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3751/2309 >
Número do artigo:	8
Autores:	Benedito Medeiros Neto ¹ Celia Revilandia Costa ²
Instituições dos autores:	¹ Universidade de São Paulo ² Universidade Federal do Piauí
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Demandas da comunidade em relação ao uso de tecnologias de informação e comunicação.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	A experiência do Paranoá-DF foi construída no âmbito de atividades extensionistas da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com uma organização não governamental que desenvolve projetos de assistência social, educacionais e culturais – o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP). Os processos mediáticos sociais, cognitivos e tecnológicos movimentaram-se de forma combinada com especificidades tênues, exigindo uma abordagem metodológica híbrida (pela utilização de diferentes formatos de conteúdos e abordagens); discursiva (por utilizar as narrativas pessoais como estratégia de avaliação das atividades) e contextual (por considerar as especificidades dos atores e suas condições sociais no lócus onde estão inseridos).
Uso de TIC durante a mediação:	Sim
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Adultos em processo de escolarização tardia e matriculados em turmas de Educação de Jovens e Adultos e seus respectivos professores; jovens de vários níveis educacionais interessados em ampliar conhecimentos sobre utilização de recursos tecnológicos.
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	¹ Pesquisador e Bolsista do Projeto/MEC/MCTI/CAPES/CNPq/FAPs. Professor da UnB/IE/CIC. Pesquisador Associado da Escola do Futuro-USP. PósDoutorado/Literacy digital e mobile learning pela Escola de Comunicação e Arte/USP. Doutor em Ciência da Informação pela Faculdade de Ciência da Informação da UnB. Mestrado em Pesquisa Operacional/Teoria dos Grafos (Estatística e Métodos Quantitativos) pela UnB. Especialista em Engenharia Elétrica/Inteligência Artificial pela UnB. Engenheiro Eletricista/Telecomunicações pela UnB. ² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí.
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Mediação em projeto de literacia digital: aspectos sociais, cognitivos, tecnológicos e colaborativos Objetivos: Apresentar reflexões sobre um projeto de extensão desenvolvido pelo

	<p>Centro de Aprendizagem e Inovação Social da Universidade de Brasília no Paranoá em parceria com o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã e direcionado à promoção da inclusão digital na comunidade do Paranoá, região administrativa do Distrito Federal.</p> <p>Conceitos utilizados: Mediação em projeto de inclusão digital, Experiência de Aprendizagem Mediada, TIC.</p>
Resumo e palavras-chave	<p>Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre um projeto de extensão desenvolvido pelo Centro de Aprendizagem e Inovação Social da Universidade de Brasília no Paranoá em parceria com o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã e direcionado à promoção da inclusão digital na comunidade do Paranoá, região administrativa do Distrito Federal. O projeto contou com a participação de graduandos dos cursos de Ciência da Computação e Pedagogia e envolveu uma amostragem de sujeitos composta por adultos em processo de escolarização tardia e matriculados em turmas de Educação de Jovens e Adultos e seus respectivos professores; jovens de vários níveis educacionais interessados em ampliar conhecimentos sobre utilização de recursos tecnológicos, especialmente de telefonia móvel inteligente e a comunidade em geral interessada em interação com computadores. As atividades ofertadas foram implementadas e incrementadas a partir das percepções dos sujeitos captadas em sessões de participatório e sistematizadas em relatórios, e serviram na identificação de demandas da comunidade em relação ao uso de tecnologias de informação e comunicação. A complexidade do processo exigiu a adoção de abordagem longitudinal, etnográfica e multivocal na perspectiva de captar a evolução das práticas adotadas em termos de assertividade a fim de fazer os ajustes necessários. A coleta de dados foi desenvolvida numa abordagem longitudinal pelo período de 12 (doze) meses permitindo uma análise comparativa de dois semestres utilizando técnicas tais como aplicação de questionários, realização de sessões de grupos focais (consideradas na perspectiva de participatório) e produção de relatórios acadêmicos. Embora em alguns momentos a evasão tenha se tornado um perigo real para concretização das metas acordadas, o fluxo comunicativo e multivocal entre os sujeitos envolvidos no processo direcionou o fluxo pedagógico na construção de uma experiência de aprendizagem significativa. O percurso analítico foi fundamentada nas reflexões sobre mediação em suas manifestações sociais, cognitivas e tecnológicas, destacando a importância de recursos discursivos coletivos como estratégia de avaliação de práticas de inclusão digital.</p> <p>Palavras-chave: Literacia. Inclusão digital. Inclusão social. Mediação.</p>

2017

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT1
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	MEDEIRO NETO, B.; PASSARELLI, B. Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais. 2017. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/324/948 >
Número do artigo:	9
Autores:	Benedito Medeiros Neto ¹ Brasilina Passarelli ²
Instituições dos autores:	¹ Universidade de Brasília - UNB ² Universidade de São Paulo - USP
Financiamento da pesquisa:	
Demandas (necessidades de informação):	Embora a frequência e a participação em atividades de inclusão digital sejam catalisadoras de um novo comportamento social, os usuários ainda necessitam de uma abordagem diferenciada que os instrumentalize em suas incursões de aprendizagem ao longo da vida e em situações e espaços diversos nos quais necessitem interagir ou atuar profissionalmente na resolução de demandas informacionais. Sob essa ótica, o conceito de competência em informação surge como uma alternativa plausível.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Identificar diferentes categorias de ações em Educação, como a inclusão digital, a competência em informação e as literacias digitais; o que acontece quando existe aquisição, desenvolvimento e apropriação dos usuários que participam de oficinas voltadas para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Formar usuários – consumidores e produtores – de informações, conteúdos e conhecimento, com base em uso de TIC e aplicações de serviços móveis, ou pela divulgação dessas ferramentas portadoras de serviços de informação (PASSARELLI, 2010). Avaliar a possível conquista de melhores condições e de bem-estar dos usuários após eles terem sido capazes de avaliar, usar, buscar e difundir, por meio de interatividade, informações disponíveis em redes, o que pode permitir ver-se como as interseções e mesmo a união dos conceitos se darão no campo operacional.
Uso de TIC durante a mediação:	Sim
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais Objetivos: Retratar os fenômenos de apropriação das TIC pelas pessoas em processo de aprendizagem digital nos telecentros, na perspectiva da ascensão social e política Conceitos utilizados: Competência em Informação, TIC, Vulnerabilidade

	Social frente à mobilidade territorial, Sociedade da Informação em Rede, Aprendizagem Ubíqua
Resumo e palavras-chave	<p>Resumo: A inclusão digital foi por longo tempo apoiada pelos telecentros, e ele foi o espaço do fomento à participação cidadã por intermédio da oferta de atividades aprendizagem para o aumento da frequência à Internet, tais como cursos de capacitação e oficinas na última década. O conceito de competência em informação adotado no Brasil, como tradução da terminologia information literacy oriunda da prática bibliotecária norte-americana, sugere uma série de etapas necessárias para que o indivíduo possa acessar, usar, avaliar e comunicar a informação. Os conceitos de literacia e literacias digitais, com base em suas traduções literais, têm sido empregados e explorados como capazes de conferir compreensão mais abrangente ao fenômeno cognitivo e social, ele possibilita representar as novas habilidades relacionadas à apropriação e uso das TIC na contemporaneidade. A evolução tecnológica atingiu outro nível de maturidade, e é possível pensar em convergência, hibridismos e interação mediante os mais diversos equipamentos, meios e mídias. A capacidade de conexão já existente, energia disponível e com potencial de análise de dados expande verticalmente, e a capacidade das pessoas que se expande horizontalmente, leva-se a usar os conceitos, não mais individual, mas juntos, seja pela união ou pela interseção</p> <p>Palavras-Chave: Literacia Digital; Competência informacional; Exclusão digital; União de conceitos; Interseção de conceitos.</p>

2017

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT6
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	PINHO NETO, J. A. S.; SAEGER, M. M. M. T.; OLIVEIRA, M. L. P. Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB. 2017. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/294/724 >
Número do artigo:	10
Autores:	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger Maria Lívia Pacheco de Oliveira
Instituições dos autores:	Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Necessidade de inclusão de parcelas da sociedade que ainda são privadas do acesso à informação por meio das tecnologias de informação e comunicação.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	_____
Uso de TIC durante a mediação:	_____
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Alunos extensionistas e àqueles atendidos pelos projetos dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Tornar os cidadãos aptos a valorizar a sua própria cultura, serem protagonistas e proativos em se tratando de utilizar-se dos meios disponíveis para garantir e reclamar os seus direitos.
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Informação, inclusão e cidadania: um estudo dos projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB Objetivos: analisar, sob os pressupostos teóricos da Ciência da Informação, os projetos de extensão aprovados no Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PROBEX), no ano de 2015, na UFPB, que versam sobre inclusão digital. Conceitos utilizados: Inclusão Digital. Ciência da Informação.
Resumo e palavras-chave	Resumo: A necessidade de inclusão de parcelas da sociedade que ainda são privadas do acesso à informação por meio das tecnologias de informação e comunicação motiva a formulação de projetos de inclusão digital por diversas instituições. Nesse cenário, a universidade desenvolve um papel fundamental não apenas ao contribuir com pesquisas sobre inclusão digital, mas também por desenvolver ações de inclusão junto à comunidade, apoiada na prática extensionista, o que levou à formulação da seguinte problemática: sob quais critérios e através de que condições os projetos de extensão que tratam de inclusão digital são criados, implementados e geridos? Objetivou-se analisar, sob os pressupostos teóricos da Ciência da Informação, os projetos de extensão aprovados no Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PROBEX), no ano de 2015, na UFPB, que versam sobre inclusão digital. Ainda em relação a esses projetos, buscou-se analisar os conceitos e as metodologias que os orientam; conhecer as suas condições ambientais internas e externas de funcionamento; analisar, sob uma perspectiva transdisciplinar, as

	<p>ações de inclusão digital desenvolvidas nesses projetos; e, por fim, desenvolver estudos que auxiliem na elaboração de diretrizes voltadas para projetos de inclusão digital a partir da análise de experiências práticas desenvolvidas no âmbito interno da UFPB. A pesquisa é do tipo documental e de campo, de abordagem qualitativa, cujos instrumentos de coleta de dados foram o questionário, aplicado junto aos alunos extensionistas e também àqueles atendidos pelos projetos, e entrevistas semiestruturadas, realizadas com os docentes coordenadores dos projetos e com o diretor de uma instituição parceira. Percebeu-se que o planejamento dessas experiências foi pautado por uma leitura teórica que associa inclusão digital à inclusão social, entretanto, nem todas as atividades foram desenvolvidas a partir de uma perspectiva voltada para a educação para a cidadania. Observou-se, ainda, a necessidade de um melhor planejamento das parcerias externas, viabilizando, assim, um maior alcance e continuidade das ações extensionistas junto à sociedade.</p> <p>Palavras-Chave: Informação; Cidadania; Extensão Universitária – Universidade Federal da Paraíba; Inclusão Digital; Inclusão Social.</p>
--	---

2017

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	BORGES, L. C.; OLINTO, G. Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social. 2017. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/505/1218 >
Número do artigo:	11
Autores:	Luis Cláudio Borges ¹ Gilda Olinto ²
Instituições dos autores:	¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ² Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT/MCTI
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Exclusão e as desigualdades digitais são as novas configurações da exclusão e da desigualdade social na sociedade contemporânea aumentando as distâncias que separam determinados indivíduos dos benefícios e possibilidades gerados pelo uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação, particularmente a internet. A competência em informação enquanto conceito e/ou perspectiva de análise precisa ser tratada para além dos enquadramentos e modelizações teórico-metodológicas tecnicistas que engessam suas possibilidades de interpretação do real.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Competência em Informação (<i>Information Literacy</i>) como categoria de análise oriunda da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e como possibilidade de análise ético-política da exclusão digital.
Uso de TIC durante a mediação:	
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social Objetivos: Refletir em breves apontamentos sobre a ideia de Competência em Informação (<i>Information Literacy</i>) como categoria de análise introduzida pelas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação e como possibilidade de análise ético-política da exclusão digital. Conceitos utilizados: Ética da Informação, “ <i>Information Literacy</i> ” ou Competência em Informação,
Resumo e palavras-chave	Este trabalho tem por objetivo refletir em breves apontamentos sobre a ideia de Competência em Informação (<i>Information Literacy</i>) como categoria de análise introduzida pelas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação e como possibilidade de análise ético-política da exclusão digital. O percurso metodológico adotado na elaboração deste trabalho consistiu de revisão de literatura. A abordagem aqui pretendida parte do entendimento de que a exclusão e as desigualdades digitais são as novas configurações da exclusão e da desigualdade social na sociedade contemporânea, aumentando as distâncias que separam determinados indivíduos dos benefícios e possibilidades ocasionados pelo acesso, uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação, particularmente a internet, ou seja, a exclusão digital seria

	<p>geradora de problemas sociais com dimensões éticas e políticas na sociedade contemporânea. Argumenta, sem a pretensão de exaustão e/ou de cobrir todo o tema, sobre a dialética da inclusão/exclusão digital relacionando essa discussão a noção de competência em informação, o que inclui uma breve apresentação sobre seus enquadramentos e modelizações teórico-metodológicos presentes na literatura que trata deste campo temático como possibilidade de análise crítica, ética e política da desigualdade social na sociedade contemporânea. Conclui que a competência em informação enquanto conceito e perspectiva de análise precisam ser tratados para além dos enquadramentos e modelizações teórico-metodológicas tecnicistas que engessam suas possibilidades de interpretação do real.</p> <p>Palavras-chave: Ética da Informação. Competência em informação. Exclusão digital.</p>
--	--

2017

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT5
Modalidade:	Poster
Referência do artigo:	SOUZA, L. G. S.; DUMONT, L. M. M. Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital. 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/165/1262 >
Número do artigo:	12
Autores:	Luciana Gonçalves Silva Souza Lígia Maria Moreira Dumont
Instituições dos autores:	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Financiamento da pesquisa:	—
Demandas (necessidades de informação):	Necessidade de desenvolver ações relacionadas à capacitação dos indivíduos para o acesso e o uso das TIC, tendo em vista a inclusão digital.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	—
Uso de TIC durante a mediação:	—
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	—
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Desenvolvimento da cidadania, que leva ao protagonismo e ao empoderamento da população.
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	—
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Inclusão digital em bibliotecas públicas: possibilidades de exercício da cidadania digital Objetivos: suscitar uma reflexão sobre o exercício da cidadania em meios eletrônicos e sobre o papel da biblioteca pública como instituição que auxilia o desenvolvimento de práticas cidadãs ao oferecer o acesso e instruções para o uso da internet em suas dependências, proporcionando a inclusão digital da comunidade. Conceitos utilizados: Cidadania. Cidadania Digital. Exclusão. Inclusão digital
Resumo e palavras-chave	Resumo: Aborda a ampliação do exercício da cidadania em meios eletrônicos, caracterizada como cidadania digital ou e-cidadania, e os empecilhos ocasionados por essa modalidade de acesso às atividades devido aos índices de exclusão digital da população brasileira. A internet se caracteriza como um importante meio de ampliação de acesso às informações e ao exercício cidadão, mas exige habilidades para uma navegação que possa suprir as necessidades informacionais do usuário. Nesse sentido, iniciativas de promoção da inclusão digital são necessárias para ampliação do exercício da e-cidadania. Órgãos públicos, privados e organizações do terceiro setor têm desenvolvido estratégias de promoção da inclusão digital, auxiliando pessoas no uso das novas mídias. A biblioteca pública é a instituição que possui condições de proporcionar essa inclusão aos meios eletrônicos, capacitando usuários para busca e uso de informações, com o objetivo de suprir as necessidades informacionais de forma independente. Este artigo foi desenvolvido utilizando o método de revisão bibliográfica, a partir dos conceitos cidadania, cidadania digital, exclusão e inclusão digital e objetiva

	<p>suscitar uma reflexão sobre os temas e sobre o papel da biblioteca pública como instituição que auxilia o desenvolvimento de práticas cidadãs ao oferecer o acesso e instruções para o uso da internet em suas dependências, proporcionando a inclusão digital da comunidade.</p> <p>Palavras-Chave: Bibliotecas Públicas; Cidadania Digital; Competência no Uso de Computadores; Exclusão Digital; Inclusão Digital.</p>
--	--

2018

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT6
Modalidade:	Comunicação Oral.
Referência do artigo:	SANTOS, J. O.; BARREIRA, M. I. J. S. Competência em informação e a construção de conhecimento em comunidades rurais. 2018. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1453/1680 >
Número do artigo:	13
Autores:	Jaires Oliveira Santos Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
Instituições dos autores:	Universidade Federal da Bahia-UFBA
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Lacunas no processo formativo de bibliotecários formados no Nordeste Brasileiro que os impedem de exercer com plenitude a competência em informação na atividade profissional e como cidadãos.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	O desenvolvimento de competência em informação contribui efetivamente para que os sujeitos que vivem em comunidades rurais tenham acesso a informações que modificam a trajetória de vida.
Uso de TIC durante a mediação:	_____
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Sujeitos que vivem em comunidades rurais.
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Obra: Competência em informação e a construção de conhecimento em comunidades rurais Objetivos: compreender de que forma a informação e a competência em informação influenciam a trajetória de vida dos sujeitos que vivem em comunidades rurais, mencionando que o estudo de campo será realizado no Município de Riachão do Dantas, em Sergipe Conceitos utilizados:
Resumo e palavras-chave	O artigo apresenta uma reflexão teórica acerca dos conceitos de processos de construção do conhecimento e da informação social bem como sua contribuição à pesquisa de tese de doutorado que busca compreender de que forma a informação e a Competência em Informação influenciam a trajetória de vida dos sujeitos que vivem em comunidades rurais. Percebe-se, portanto, que o entendimento de tais conceitos é de extrema relevância para o estudo, tendo em vista que para construir conhecimento, é necessário que o sujeito acesse a informação, que está inserida dentro de um contexto social, político, econômico e educacional específico, onde esta será processada. Há um fator determinante nessa dinâmica, notadamente a mente, que representa as funções superiores do cérebro humano, que influenciam o comportamento dos sujeitos, e, portanto, determinam a maneira como se desenvolvem. As primeiras reflexões da pesquisa levam à compreensão do quanto a percepção de construção de conhecimento é salutar no processo de aquisição de competências, e quiçá contribui para efetivar direitos individuais e coletivos na comunidade. Salienta-se, sobretudo, que essa caminhada é traçada pelo sujeito individualmente, e esse estudo demonstrará de que forma esse acesso

	<p>efetivo à informação social e as competências desenvolvidas contribuíram para a sua caminhada, enquanto sujeito social, dentro ou fora da zona rural, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional.</p> <p>Palavras-Chave: Construção de conhecimento. Informação Social. COINFO em Comunidades rurais.</p>
--	--

2018

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT6
Modalidade:	Comunicação oral
Referência do artigo:	NASCIMENTO, N. M.; OTTONICAR, S. L. C.; VALENTIM, M. L. P. Semelhanças e diferenças presentes nos conceitos de capacidade de absorção e competência em informação. 2018. Disponível em: < https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124501 >
Número do artigo:	14
Autores:	Natália Marinho do Nascimento Selma Leticia Capinzaiki Ottonicar Marta Lígia Pomim Valentim
Instituições dos autores:	Universidade Estadual Paulista
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Para usufruir da capacidade de absorção e da competência em informação é necessário que o indivíduo saiba como buscar a informação, por meio do uso de tecnologias analógicas e digitais, avaliar a informação coletada em termos de fonte e conteúdo, e usar a informação por meio da aprendizagem, construção de conhecimento, inovação, resolução de problemas e tomada de decisão. Há uma lacuna de conhecimento a respeito da inter-relação entre competência em informação e capacidade de absorção.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Desenvolveu-se um estudo de natureza qualitativa e exploratória, tendo em vista que foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a fim de encontrar artigos que abordassem os temas: competência em informação, capacidade de absorção e aprendizagem organizacional. A competência é a capacidade de acessar, avaliar, usar e compartilhar a informação. É um elemento fundamental para o exercício da cidadania na Sociedade da Informação e do Conhecimento. A competência em informação evidencia que a informação pode ser interna e externa às organizações, contribuindo com a aprendizagem ao longo da vida.
Uso de TIC durante a mediação:	_____
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Semelhanças e diferenças presentes nos conceitos de capacidade de absorção e competência em informação Objetivos: Verificar se existem semelhanças e diferenças entre os conceitos de competência em informação e capacidade de absorção, bem como de que maneira essas temáticas abordam a questão da aprendizagem organizacional, a fim de demonstrar conexões entre os conceitos que tratam da aprendizagem organizacional nas referidas áreas do conhecimento. Conceitos utilizados: competência em informação, <i>information competence</i> , <i>information literacy</i> , <i>alfabetización informacional</i> , capacidade de absorção, <i>absorptive capacity</i> , <i>capacidad de absorción</i> , aprendizagem organizacional, <i>organization learning</i> e <i>aprendizaje organizacional</i> .
Resumo e palavras-chave	Resumo: As publicações sobre a temática competência em informação no âmbito da Ciência da Informação aumentaram nos últimos anos, pois abordam justamente a importância de o indivíduo ter condições para buscar e se

	<p>apropriar de informação em diferentes contextos de atuação. Na área de Administração, também há uma temática sendo discutida, denominada de capacidade de absorção que, também, enfoca questões relacionadas a apropriação da informação pelo sujeito organizacional. Nessa perspectiva, este trabalho pretende verificar se há semelhanças entre os conceitos competência em informação da área de Ciência da Informação e capacidade de absorção proveniente do campo de Administração, a fim de demonstrar possíveis conexões entre os conceitos que tratam da aprendizagem organizacional. Em relação aos procedimentos metodológicos, utilizou-se uma Revisão Sistemática de Literatura na base de dados <i>Library and Information Science Abstracts</i> (LISA). Os resultados demonstram que há semelhanças entre os conceitos capacidade de absorção e competência em informação, principalmente no que tange à construção de conhecimento. Como considerações finais tem-se que há uma lacuna de conhecimento a respeito da inter-relação entre competência em informação e capacidade de absorção. Esses estudos podem estimular a interdisciplinaridade entre os campos da Ciência da Informação e da Administração, contribuindo para a construção de conhecimento de ambas as áreas.</p> <p>Palavras-Chave: Competência em Informação; Capacidade de Absorção; Aprendizagem Organizacional.</p>
--	---

2018

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Comunicação oral
Referência do artigo:	CONTANI, M. L.; BARTALO, L. Semântica e pragmática do termo competência em informação. 2018. Disponível em:< http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1421/1534 >
Número do artigo:	15
Autores:	Miguel Luiz Contani ¹ Linete Bartalo ²
Instituições dos autores:	^{1,2} Universidade Estadual de Londrina
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Falta de conhecimento da expressão genérica “competência” quando balizada pelo termo “em informação”, por professores às suas práticas individuais e à realidade atual, caracterizada pelo excesso de informação, apesar da maior facilidade de acesso.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	São discutidas as concepções de competência em informação, de início com definições e, posteriormente, sob um viés de percepção e significação originado da pesquisa realizada. A semântica e a pragmática do termo competência sofre interferência das experiências individuais e da realidade atual, que apresenta excesso de informação, apesar de se ter facilidade de acesso, no entanto, existe um fator comum no interior dessa significação, o de que ela seja fundamental para a Era da informação em que vivemos.
Uso de TIC durante a mediação:	_____
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	_____
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Semântica e pragmática do termo competência em informação Objetivos: é aferir o processo dentro do qual a percepção de um termo tem origem, é encaminhada num dado percurso, e culmina numa capacidade de efetuar distinções que se tornam aptas a influenciar uma crença. Conceitos utilizados: competência, competência em informação.
Resumo e palavras-chave	Resumo: Este estudo identificou concepções que professores de uma universidade pública acreditam possuir a respeito do termo competência em informação (CoInfo), e o sentido que a ele atribuem no momento em que compreendem a significação por ele comportada, de lidar com a informação nas variadas situações do cotidiano da docência. A nove professores, cada um proveniente de uma das áreas de conhecimento, foi proposto que falassem a respeito do entendimento que possuíam, primeiramente da expressão simples “competência” e depois do termo composto “competência em informação”. O viés metodológico é proveniente da visão pragmatista da teoria dos signos de C.S. Peirce, com base nos textos <i>Como tornar claras nossas ideias</i> e <i>A fixação das crenças</i> . A totalidade dos entrevistados não conhecia a expressão genérica “competência” quando balizada pelo termo “em informação”. Ao serem esclarecidos da especificidade da significação conferida pela nova composição, embora tendessem a afirmar que a possuíam plenamente, não a

dissociaram do sentido mais amplo da palavra competência ao relacioná-la às suas práticas individuais e à realidade atual, caracterizada pelo excesso de informação, apesar da maior facilidade de acesso. A conclusão a que o estudo leva é a de que embora haja uma dissociação entre a percepção semântica e a pragmática da significação desses termos, ocorre o desejo de vivenciar a “competência em informação”.

Palavras-Chave: Competência em informação; Concepção de competência; Auto percepção de competência em informação; Professores universitários.

Minoria e Protagonismo Social

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade: pôster	Pôster
Referência do artigo:	PEREIRA, C. C. M.; BARREIRA, M. I. J. Mediação da informação em comunidades quilombolas. 2016. Disponível em: < http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4026/2282 >
Número do artigo:	16
Autores:	Cleyciane Cássia Moreira Pereira ¹ Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira ²
Instituições dos autores:	¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFBA, Salvador, Bahia, Brasil. Bibliotecária da UFPB, João Pessoa, Paraíba. ² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela UFBA, Salvador, Bahia, Brasil. Docente dos cursos de Graduação do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFBA (Mestrado e Doutorado), Salvador, Bahia.
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Redução de exclusões e marginalizações, sobretudo com a mediação da informação.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	A pesquisa encontra-se na tecitura teórica e nas primeiras incursões a campo, nas quais após diálogos informais com duas das quatro principais lideranças da comunidade. Por ora, permanecemos na investigação em campo com e para as mulheres itamatiuenses a fim de compreendermos – o declarado e o escondido – no contexto dessa comunidade para que se possa avançar com o processo de mediação da informação.
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Quilombas
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Fortalecimento da construção de dias mais positivos na memória das Comunidades Quilombolas, fazendo com que estas atuem como protagonistas de suas próprias escolhas e se apropriem de narrativas mais conscientes diante de sua força de atuação diante dos processos de libertação das privações que acometem sua história.
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Mediação da informação em comunidades quilombolas Objetivos: analisar as necessidades informacionais das Comunidades Quilombolas voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres

	<p>quilombolas.</p> <p>Conceitos utilizados: Acesso, Uso e Mediação da informação. Comunidades Quilombolas.</p>
Resumo e palavras-chave	<p>Este artigo trata da proposta mediacional da informação para comunidades quilombolas. Essas são conceituadas, a princípio, como redutos de escravos no período colonial e nominadas atualmente de comunidades remanescentes quilombolas; caracterizam-se por elevados índices de pobreza e exclusões sociais e, geralmente, habitados pelos descendentes de negros escravizados. Nesse sentido, a pesquisa, em curso, desenvolvida no doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, tem como campo empírico a Comunidade Quilombola de Itamatatua, Alcântara, Maranhão, cujo objetivo basilar é analisar as necessidades informacionais das Comunidades Quilombolas voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas. Para a condução dessa investigação, adota-se a pesquisa-ação, fazendo uso das entrevistas semi-estruturadas, da observação participante e do diário de campo como instrumentos para coleta de dados, os quais serão interpretados por meio da análise de conteúdo. Defende-se que os conceitos epistemológicos e as práticas da CI possam auxiliar essas populações pobres e marginalizadas a caminharem ao encontro da emancipação, empoderamento e desenvolvimento de competências humanas/informacionais imprescindíveis para fortalecimento da cidadania.</p> <p>Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Ciência da Informação. Acesso e Uso da Informação. Mediação da informação.</p>

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT10
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	PEREIRA, G. M.; LIMA, I. Z. F. O acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência. 2016. Disponível em: < http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/4138/2348 >
Número do artigo:	17
Autores:	Giulianne Monteiro Pereira ¹ , Izabel França de Lima ²
Instituições dos autores:	¹ Bibliotecária na Biblioteca Central da Universidade Estadual da Paraíba - Campus Campina Grande.
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	O acesso a informação do aluno com deficiência no âmbito da UFPB.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	_____
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Alunos com deficiência
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Envolver e garantir a pessoa com deficiência o espaço de direito na Sociedade em que vive, mesmo ainda com muitos desafios, esses sujeitos devem ser percebidos como o principal protagonista de sua própria história.
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	¹ Mestra em Ciência da informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da informação da Universidade Federal da Paraíba. Participa do grupo de pesquisa iMclusoS da Universidade Federal da Paraíba. ² Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais(2012), mestre em Educação (2007) especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), graduada em Biblioteconomia (1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba.
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Acesso à informação na UFPB sob o olhar e memórias de alunos com deficiência Objetivos: apresentar um recorte dos resultados finais da pesquisa de mestrado na área de Ciência da informação (CI) intitulada “O acesso à informação na UFPB: memórias para lembrar direitos esquecidos” concluída no primeiro semestre do ano de 2016. Conceitos utilizados: Memória. Informação. Acesso a informação.
Resumo e palavras-chave	O presente artigo apresenta os resultados finais de pesquisa de Dissertação de Mestrado em Ciência da informação concluída em março de 2016, que tem como objetivo principal analisar o acesso à informação no âmbito da UFPB sob o olhar e memórias individuais/coletivas dos alunos com deficiência. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, com abordagem do tipo qualitativa, utilizando-se da técnica de shadowing e do método de História Oral Temática para coletar os dados. Apresenta um breve contexto histórico da pessoa com deficiência, os conceitos de memória individual e coletiva, informação bem como seu acesso e uso como direito fundamental. A

	<p>análise dos dados foi feita sob a perspectiva da análise de conteúdo temático, onde foram extraídas e separadas as narrativas por cada eixo. Nesse artigo, apresenta-se a análise do eixo “o acesso à informação na UFPB” a fim de cumprir o objetivo deste. Conclui-se que o acesso à informação é de suma importância para que os sujeitos possam se tornar indivíduos críticos e exigentes quanto à efetivação dos seus direitos como ainda para ter acesso ao conhecimento que lhe dá subsídios para galgar a tão sonhada formação.</p> <p>Palavras-chave: Memória. Acesso à informação. Pessoa com deficiência. Inclusão social.</p>
--	--

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A.; ALVES, E. C.; CÔRTEZ, G. R. Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê. 2016. Disponível em: < http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3858/2305 >
Número do artigo:	18
Autores:	Leyde Klebia Rodrigues da Silva ¹ Mirian de Albuquerque Aquino ² Edvaldo Carvalho Alves ³ Gisele Rocha Côrtes ⁴
Instituições dos autores:	¹ ² ³ Universidade Federal da Paraíba ⁴ Universidade Federal da Paraíba
Financiamento da pesquisa:	—
Demandas (necessidades de informação):	Demanda de informação étnico-racial.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	—
Uso de TIC durante a mediação:	—
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Mulheres negras.
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	—
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	1 Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. 2 Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona (UB/Es). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998). Mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona (UB/Es). Graduação em Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 3 Professor Adjunto IV do Departamento de Ciência da Informação - DCI/ UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFPB. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Professor Adjunto IV do Departamento de Ciência da Informação - DCI/ UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFPB. 4 Graduada em Pedagogia e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorado e Mestrado em Sociologia pela

	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora adjunto II do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	<p>Tema: Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba – Bamidelê.</p> <p>Objetivos: Analisar os processos de apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba (Bamidê)</p> <p>Conceitos utilizados: Ciência da Informação (CI). disseminação da informação</p>
Resumo e palavras-chave	<p>Resumo: Analisa os processos de apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba (Bamidê). De natureza qualitativa e de tipo descritiva, tem como recorte empírico a Bamidelê e, como sujeitos, as mulheres negras que compunham sua coordenação. Para a coleta de dados utilizou entrevistas semiestruturadas e, para a análise, a Análise de Conteúdo (AC). Os resultados mostraram que a apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial realizada pela Bamidelê objetivam atingir vários setores e públicos distintos da sociedade utilizando, para isto, canais e fontes de informação tradicionais e contemporâneas. Além disto, o trabalho iniciado pela Bamidelê mudou significativamente o cenário paraibano, principalmente na luta contra o racismo e o sexismo, desempenhando um papel importante para disseminação e democratização da informação étnico-racial.</p> <p>Palavras-chave: Disseminação e Democratização da informação. Apropriação da Informação. Informação étnico-racial. Bamidelê.</p>

2016

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	CARAN, G. M.; BIOLCHINI, J. C. A. Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico. 2016. Disponível em: < https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/01/pdf_3d8e964e11_0000021879.pdf >
Número do artigo:	19
Autores:	Gustavo Miranda Caran Jorge Calmon de Almeida Biolchini
Instituições dos autores:	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI - IBICT/UFRJ)
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Acesso à informação para a promoção da saúde
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	_____
Uso de TIC durante a mediação:	_____
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Deficiente visual
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico Objetivos: Discutir a questão do acesso à informação pelo deficiente visual e suas implicações para a promoção da saúde, buscando compreender a natureza dos fatores intervenientes nesse contexto. Conceitos utilizados: Pessoa com Deficiência (PcD). Deficiente Visual (DV). <i>Way of Life. Mastery of Life</i> . Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Tecnologia Assistiva (TA).
Resumo e palavras-chave	Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar a natureza dos fatores de acesso à informação pelo Deficiente Visual (DV), tendo em vista a promoção da saúde desses indivíduos. Para tal, foi realizada uma revisão narrativa da literatura das áreas de Ciência da Informação, Ciências Sociais, Humanas e da Saúde. Foi proposto um modelo conceitual composto por três eixos de suporte no acesso à informação pelo DV. O primeiro diz respeito às capacidades individuais de lidar com as atividades cotidianas rotineiras e problemáticas (Suporte Cognitivo). O segundo refere-se à inclusão social e às redes de relacionamento do DV (Suporte Social). O terceiro consiste nos aspectos acerca dos usos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Tecnologia Assistiva. Os resultados permitiram uma visão panorâmica de

	<p>possíveis fatores facilitadores e dificultadores no acesso à informação por pessoas com limitações visuais severas e abre campo para futuras pesquisas que visem debater a temática, explorando empiricamente e em profundidade experiências de vida cotidiana do DV.</p> <p>Palavras-chave: Acesso à informação. Mediação da informação. Deficiente visual. Promoção da saúde. Revisão de literatura.</p>
--	--

2017

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT6
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	DINIZ, I. S. S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. Programas de acessibilidade para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. 2017. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/256/619 >
Número do artigo:	20
Autores:	Isabel Cristina dos Santos Diniz ¹ Ana Margarida Almeida ² Cassia Furtado ³
Instituições dos autores:	¹ Universidade Federal do Maranhão – UFMA ² Universidade de Aveiro ³ Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Financiamento da pesquisa:	—
Demandas (necessidades de informação):	—
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	—
Uso de TIC durante a mediação:	—
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Estudantes com Deficiência no Ensino Superior
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	—
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	—
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Programas de acessibilidade para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. Objetivos: Descrever e interpretar as parcerias desenvolvidas entre os núcleos de acessibilidade e/ou Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior (GTAEDDES) e as bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas para promover inclusão e acessibilidade Conceitos utilizados: Deficiência. Habitus. Bibliotecas Universitárias.
Resumo e palavras-chave	Resumo: O objetivo do presente estudo foi descrever e interpretar as parcerias desenvolvidas entre os núcleos de acessibilidade e/ou Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior (GTAEDDES) e as bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas para promover inclusão e acessibilidade. Utilizou-se um questionário on-line aplicado aos diretores dos núcleos de acessibilidade das universidades brasileiras e para a coordenação geral do GTAEDDES, que se responsabilizou de enviar para email privativo dos demais representantes dos grupos pertencentes às universidades portuguesas. A análise dos dados recolhidos para esta investigação envolve estatística

	<p>descritiva básica com o cruzamento de tabelas no SPSS Statistics versão 24. Os resultados mostram que a maioria 11 (64,7%) dos núcleos de acessibilidade brasileiros e 6 (75%) GTAEDES não possuem o domínio do Controle de registro sobre os estudantes com necessidades especiais que frequentam a biblioteca. Falta parceria no processo de formação de coleções das bibliotecas, bem como na parceria com o serviço de referência da biblioteca, dentre outros. Conclui-se que os núcleos de acessibilidade, os GTAEDES e as bibliotecas universitárias não estão atuando em parceria para atender os utilizadores com necessidades educativas especiais. Quanto a originalidade e valor, esta investigação é uma inovação em relação à atuação das bibliotecas em parceria com os núcleos de acessibilidade e GTAEDES. Portanto, fornece insights para futuras pesquisas sobre a atuação e parcerias inclusivas dentro do espaço universitário, evidenciando que a inclusão e acessibilidade devem ser uma colaboração e, acima de tudo, com a participação de todos da instituição de ensino superior.</p> <p>Palavras-Chave: Biblioteca Inclusiva; Núcleo de Acessibilidade; Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior</p>
--	---

2018

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	BORGES, L. C.; OLINTO, L. C. Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas. 2018. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1525/1536 >
Número do artigo:	21
Autores:	Luís Cláudio Borges Gilda Olinto
Instituições dos autores:	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Distâncias e desigualdades socioculturais e informacionais de grupos subalternos
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	_____
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Grupos subalternos, especialmente mulheres e jovens.
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	As ações da biblioteca podem contribuir com o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia dos seus usuários, colaborando para que estes possam ser protagonistas de mudanças sociais na sua vida e na vida dos seus pares e comunidade.
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas Objetivos: refletir sobre a produção das diferenças e das desigualdades sociais na sociedade do conhecimento, situando as bibliotecas como dispositivos de saber-poder, sendo, portanto, territórios informacionais de encontro nas e das diferenças, especialmente para os sujeitos informacionais-usuários em condição de subalternidade. Conceitos utilizados: Desenvolvimento Tecnológico. Território. dispositivos de poder. Sujeitos subalternos.
Resumo e palavras-chave	Trata dos processos de produção das diferenças e reprodução das desigualdades na sociedade do conhecimento. Tem por objetivo geral propor uma discussão sobre as interfaces entre diferenças culturais e desigualdades sociais e suas implicações para o processo de construção, apropriação e participação dos sujeitos na sociedade do conhecimento. Discute a concepção de marcadores sociais da diferença e como estes se relacionam de forma a (re) produzir relações assimétricas de poder, gerando desigualdades sociais. Argumenta como às bibliotecas públicas e comunitárias podem ser dispositivos de saber-poder, mas também territórios informacionais de encontro nas/das diferenças e, como os/as profissionais que atuam em bibliotecas lidam com essas diferenças. A metodologia empregada na elaboração deste trabalho consistiu de levantamento, sistematização e revisão de literatura científica que trata de alguns autores do campo temático da Filosofia da Diferença, pensamento pós-colonial e estudos subalternos,

	<p>direcionando a discussão às questões das bibliotecas, mediações e apropriação da informação. No trabalho de campo, utilizou-se a observação direta com registro de informações em caderno de campo. Como resultados parciais, destaca brevemente uma experiência observada em biblioteca do complexo de favelas localizado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Conclui que a experiência observada atua na perspectiva da mediação buscando amenizar as desigualdades sociais, ainda que sejam necessários ajustes e investimentos em suas estruturas e ações.</p> <p>Palavras-Chave: Diferenças; Desigualdades; Sujeitos informacionais subalternos; Bibliotecas.</p>
--	--

2018

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT4
Modalidade:	Pôster
Referência do artigo:	QUEIROZ, K. R. S.; PAIVA, E. B. Perfil de universitários indígenas: um estudo de usuários da informação. 2018. Disponível em:< https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124795 >
Número do artigo:	22
Autores:	Kamilla Rebeca Souto Queiroz Eliane Bezerra Paiva
Instituições dos autores:	Universidade Federal da Paraíba
Financiamento da pesquisa:	_____
Demandas (necessidades de informação):	Superação das lacunas informacionais dos universitários indígenas, pois o uso da informação é primordial para inclusão intelectual e social das classes menos favorecidas
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	_____
Uso de TIC durante a mediação:	_____
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Universitários indígenas
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	_____
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	_____
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Perfil de universitários indígenas: um estudo de usuários da informação Objetivos: Analisar o comportamento de busca e uso da informação dos universitários indígenas do Campus IV da UFPB à luz do Modelo de Ellis, Cox e Hall (1993) ampliado com as contribuições de Crespo (2005), e Tabosa e Pinto (2015). Um dos objetivos específicos da pesquisa é traçar o perfil dos universitários indígenas. O foco desse texto é a descrição do perfil desses indígenas que se constituem usuários da Biblioteca Setorial do CCAE. Conceitos utilizados: Ciência da Informação. Comportamento informacional.
Resumo e palavras-chave	Resumo: Nos últimos anos, as políticas públicas de educação no ensino superior têm contribuído para inclusão de indígenas nas universidades. Entretanto, os universitários indígenas enfrentam dificuldades ao longo da graduação que podem interferir no desenvolvimento acadêmico dos mesmos. O uso da informação é primordial para inclusão intelectual e social das classes menos favorecidas, onde a intervenção da Ciência da Informação busca mediar junto aos universitários indígenas na superação das lacunas informacionais e agir através do conhecimento dos usuários, como atividade agregada à gestão da informação para satisfação de suas necessidades informacionais. Trata-se de uma pesquisa descritiva e natureza quanti-qualitativa, que corresponde a um estudo de usuários indígenas. Realizou-se uma pesquisa que tem como objetivo analisar o comportamento de busca e uso da informação dos universitários indígenas do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba à luz do Modelo de Ellis, Cox e Hall (1993) ampliado com as contribuições de Crespo (2005), e Tabosa e Pinto (2015). A metodologia inclui um levantamento bibliográfico e uma pesquisa de campo,

	<p>tendo como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas. Entre os objetivos específicos, está o tema foco desse texto: traçar o perfil dos universitários indígenas como usuários da informação. Os resultados da pesquisa apontam o seguinte perfil dos universitários indígenas: são usuários jovens, a maioria com idade de até 25 anos, do sexo masculino e de baixa renda familiar, reside em nove aldeias das Terras Indígenas dos Potiguara e cursa Antropologia e Ecologia, o que reflete suas identificações culturais e ambientais, em busca de representação social e melhores condições de sobrevivência.</p> <p>Palavras-chave: Estudos de usuários; Universitário indígena; Comportamento do usuário; Gestão da informação; Uso da informação.</p>
--	--

2018

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Pôster
Referência do artigo:	JESUS, I. P.; GOMES, H. P. Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017). 2018. Disponível em: < https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124741 >
Número do artigo:	23
Autores:	Ingrid Paixão de Jesus Henriette Ferreira Gomes
Instituições dos autores:	(Universidade Federal da Bahia)
Financiamento da pesquisa:	—
Demandas (necessidades de informação):	Mediação da informação e mediação da leitura relacionada às atividades em grupos de minorias sociais nos ambientes não acadêmicos.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	—
Uso de TIC durante a mediação:	—
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Comunidades rurais; espaço LGBT; quilombolas.
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Protagonismo social que favorece a apropriação da informação e contribui para mudanças sociais, comportamentais e sensoriais aos sujeitos que estão nos grupos de minorias sociais.
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	—
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos dos anais do Grupo de Trabalho 3 - ANCIB (2014-2017) Objetivos: Analisar a produção científica sobre mediação da informação e mediação da leitura relacionada às atividades em grupos de minorias sociais nos ambientes não acadêmicos, a exemplo de comunidades rurais; espaço LGBT; quilombolas, no âmbito do GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Conceitos utilizados: Ciência da Informação. Mediação da Informação. Mediação da Leitura.
Resumo e palavras-chave	Resumo: Ambientes de mediação da informação e da leitura: estudos do Grupo de Trabalho 3 – da ANCIB, publicados nos anais dos ENANCIB(2014-2017) é o tema deste artigo. Nesta perspectiva, a pesquisa teve como objetivo geral apontar a quantidade de trabalhos resultantes de pesquisas geradas a partir de estudos em comunidades. A metodologia foi o estudo descritivo, abordagem quantitativa e o método adotado foi à análise bibliométrica. Para a realização da pesquisa, foi necessária uma reflexão à luz da literatura que abordasse a importância da produção bibliográfica na Ciência da Informação, aproximando essa temática da práxis informacional. Além disso, a compreensão sobre a relevância de eventos científicos como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e o GT 3-Mediação, Circulação e Apropriação da Informação foram fundamentais para entender como esse dispositivo de comunicação científica pode subsidiar um espaço para compartilhamento de conhecimento para os sujeitos que estão nos ambientes de minorias sociais. Foram analisadas as publicações na

	<p>modalidade de comunicação oral e pôster, entre os anos de 2014 a 2017, deste total, apenas 7 publicações relacionadas a ambiente e grupos sociais abordaram a mediação. A partir desse resultado duas considerações precisam ser realizadas: a primeira, quanto à necessidade de pesquisadores da C.I compreenderem a importância de ampliação do olhar para os grupos de minorias sociais, que estão além dos muros acadêmicos. A segunda, refere-se à necessidade de intensificar a divulgação de suas respectivas ações com estes grupos em eventos como o ENANCIB e, assim, estudar e informar a comunidade científica acerca de intervenções voltadas à leitura em comunidades. Concluiu-se que esse tipo de iniciativa pode contribuir para o estabelecimento de uma rede de colaboração favorecendo o processo de apropriação da informação por essa parcela da sociedade, assim como o desenvolvimento do protagonismo social, contribuindo, portanto, para mudanças sociais, entre as “minorias” sociais.</p> <p>Palavras-Chave: Mediação da informação; Mediação da leitura; Minorias sociais; Enancib.</p>
--	--

2018

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT5
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	VETTER, S. M. J.; OLINTO, G.; FERREIRA, M. M. Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice. 2018. Disponível em: < http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1669/1653 >
Número do artigo:	24
Autores:	¹ Silvana Maria de Jesus Vetter ² Gilda Olinto ³ Maria Mary Ferreira
Instituições dos autores:	¹ Universidade Federal do Maranhão ² Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ³ Universidade Federal do Maranhão
Financiamento da pesquisa:	—
Demandas (necessidades de informação):	Os idosos necessitam de apropriar-se de informações úteis à solução de seus problemas, e que contribuam para a sua autonomia e participação social com protagonismo.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	—
Uso de TIC durante a mediação:	—
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Idosos
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Protagonismo social na velhice
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	—
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice Objetivos: O estudo trata sobre os Centros de Convivência como espaço de informação para os idosos. O objetivo é examinar o seu papel no acesso à informação e protagonismo desses sujeitos. Conceitos utilizados: Envelhecimento ativo. Protagonismo. Apropriação de informações.
Resumo e palavras-chave	Resumo: Este estudo trata sobre os Centros de Convivência como espaço de informação para os idosos. O objetivo é examinar o seu papel no acesso à informação e protagonismo desses sujeitos. Em revisão de literatura, apresenta abordagem sobre o envelhecimento ativo e a relevância da informação no protagonismo social de idosos, enfatizando a sua importância nos dias atuais. Também discute como se caracterizam esses Centros, no país, sua origem em legislação e o seu papel social junto à população idosa. Trata das ações realizadas no estudo empírico, no qual destaca a observação direta como instrumento de coleta de dados. O estudo em campo, realizado nos Centros de Convivência de Idosos do Rio de Janeiro e São Luís, indica que essas instituições realizam várias ações que contribuem para o protagonismo social dos idosos, como informá-los sobre seus direitos e satisfazer outras necessidades de informação. Contudo, não se identificam ações de estímulo à atuação dos idosos na definição das atividades dos Centros e na sua conscientização enquanto grupo social, apto a lutar por seus direitos. No uso

	<p>dos Centros merece destaque as atividades de prevenção da doença, e de lazer. O desafio para esses espaços é articular o conhecimento adquirido pelos idosos com a solução das necessidades de informação, visando a promoção do envelhecimento ativo e protagonista.</p> <p>Palavras-Chave: Informação para os idosos; Protagonismo social da velhice; Necessidades de informação; Direito à informação na velhice; Centros de Convivência de Idosos no Brasil.</p>
--	---

2019

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Resumo Expandido
Referência do artigo:	ALVES, F. A. C.; CÔRTEZ, G. R.; SILVA, A. R.; LUCIANO, M. C. F. Em busca do protagonismo negro na ciência da informação. 2019. Disponível em: < https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1213/910 >
Número do artigo:	25
Autores:	Felipe Arthur Cordeiro Alves Gisele Rocha Côrtes Aurekelly Rodrigues da Silva Maria Cristiana Félix Luciano
Instituições dos autores:	Universidade Federal da Paraíba
Financiamento da pesquisa:	—
Demandas (necessidades de informação):	Ao lançar luz para discussões sobre problemas étnico-raciais na Ciência da Informação, foram incluídos sujeitos historicamente excluídos, que ficam às margens dessas discussões, no acesso às informações, para tirá-los do estereótipo de seres inferiores, porquanto são produtores de conhecimentos
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	—
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Negros
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	No tocante à temática étnico-racial, voltada à população negra, no campo da CI, os/as profissionais da área da Informação podem contribuir para fortalecer o protagonismo negro, ao facilitar a disseminação, a mediação e a apropriação de conhecimentos visando à inclusão social da população negra na sociedade informacional.
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	—
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Em busca do protagonismo negro na ciência da informação Objetivos: apresentar as produções científicas sobre temas que envolvem questões étnico-raciais, com foco na população negra, publicadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, entre 2011 e 2018. Conceitos utilizados: Informação étnico-racial. Protagonismo social.
Resumo e palavras-chave	Objetiva apresentar as produções científicas sobre temas que envolvem questões étnico-raciais, com foco na população negra, publicadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, entre 2011 e 2018. Caracteriza-se como pesquisa exploratória, descritiva, com abordagem quantitativa e utiliza como método a análise cientométrica. O corpus foi composto de 20 trabalhos. Constatou incipiência nas produções científicas sobre a população negra na Ciência da Informação. Considera fundamental subverter as lacunas e aumentar as produções sobre a população negra, com vistas a enfrentar o epistemicídio na ciência e promover a inclusão e o protagonismo social desse povo. Palavras-chave: População negra. ENANCIB. Protagonismo Social.

2019

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Resumo Expandido
Referência do artigo:	SILVA, A. R.; CORTES, G. R. Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação. 2019. Disponível em: < https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1324/911 >
Número do artigo:	26
Autores:	Aurekelly Rodrigues da Silva Gisele Rocha
Instituições dos autores:	Universidade Federal da Paraíba
Financiamento da pesquisa:	—
Demandas (necessidades de informação):	Potencializar o processo de protagonismo social das mulheres para o enfrentamento da violência doméstica.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	—
Uso de TIC durante a mediação:	—
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Mulheres usuárias da Casa Abrigo
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Protagonismo social
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	—
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação. Objetivos: apresentar a Casa Abrigo (CA) e investigar como a mediação da informação contribui para promover o protagonismo social das mulheres para o enfrentamento da violência doméstica Conceitos utilizados: Protagonismo. Protagonista. Mediação da Informação.
Resumo e palavras-chave	Resumo: Objetiva verificar como a mediação da informação contribui para o desenvolvimento do protagonismo social de mulheres usuárias da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica em iminente risco de morte. Do tipo descritiva e de natureza qualitativa, a pesquisa utilizou fontes documentais e entrevistas. Para analisar os dados, utilizaram-se a estatística descritiva e análise de conteúdo. Verificou-se que a mediação da informação é substrato do processo de protagonismo social das mulheres, por proporcionar a geração de conhecimentos que potencializam o enfrentamento da violência e trazer esperança para uma nova forma de viver, de se enxergar e de agir socialmente. Palavras-chave: Protagonismo social; Mediação da Informação; Mulheres; Casa Abrigo; Violência contra mulheres.

CoInfo e Minorias Sociais

2016

Formulário piloto de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade: pôster	Pôster
Referência do artigo:	SILVA, Hellosman de Oliveira; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; DANTAS, Célia Medeiros. Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação. 2016. Disponível em: < http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3250/2016_GT3-PO_07.pdf?sequence=1 >
Número do artigo:	27
Autores:	Hellosman de Oliveira Silva ¹ Marckson Roberto Ferreira de Sousa ² Célia Medeiros Dantas ³
Instituições dos autores:	Universidade Federal da Paraíba
Financiamento da pesquisa:	—
Demandas (necessidades de informação):	O acesso à informação considerando-se a necessidade de se desenvolver competências informacionais para todos, incluindo pessoas com algum tipo de deficiência. Não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional e que o maior problema da inclusão não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Objetivando o acesso a informação das pessoas com deficiência sensorial, o governo brasileiro já instituiu cursos para formar profissionais audiodescritores em parceria com universidades brasileiras. Várias outras iniciativas ainda necessitam ser elaboradas para que a acessibilidade possa ser considerada como adequada. Iniciativas de concepção de produtos e serviços, principalmente por parte do Estado, que considere aspectos de acessibilidade é primordial. A construção de novos sítios na Internet e a adequação dos existentes pode ser considerado como um objetivo preponderante de forma a que o direito de acesso à informação e ao conhecimento sejam garantidos a todas as pessoas na sociedade e se busque alcançar o Estado Democrático de Direito
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Pessoas com deficiência
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	—
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	¹ graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. ² Doutor em Engenharia Elétrica na área de Processamento da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da UFPB. ³ Mestre em Ciência da Informação pela UFPB- Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Arquivologia pela UEPB- Universidade Estadual da Paraíba.
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Competências informacionais para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade da informação

	<p>Objetivos: discutir o acesso às políticas de informação para as pessoas com deficiência no Brasil, contribuindo através dessas reflexões para a inclusão desse segmento da população na Sociedade da Informação</p> <p>Conceitos: Informação, Estado, sociedade e políticas públicas.</p>
Resumo e palavras-chave	<p>Resumo: Apresenta e discute o acesso à informação considerando-se a necessidade de se desenvolver competências informacionais para todos, incluindo pessoas com algum tipo de deficiência. A informação é artefato fundamental para as pessoas alcançarem, com dignidade e consciência crítica, a participação efetiva nos processos decisórios, contribuindo para o alcance da autoestima e autoimagem, possibilitando o exercício pleno de cidadania. Tem como base a revisão bibliográfica, considerando as transformações sociais ocorridas com a inserção das tecnologias da informação e comunicação e as contribuições relativas à democratização da informação. Propõe que o acesso à informação estimula o desenvolvimento cognitivo, aprimorando e potencializando a apropriação de ideias, de conhecimentos e de habilidades que influenciam na formação de identidade, da concepção da realidade e principalmente a equiparação de oportunidades no mercado, destacando-se a necessidade de se proporcionar inclusão social.</p> <p>Palavras-chave: Competência Informacional; Sociedade da Informação; Deficiência; Inclusão Social.</p>

2017

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Pôster
Referência do artigo:	RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas. 2017. Disponível em:< http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3622/2017_GT03_PO-130.pdf?sequence=1 >
Número do artigo:	28
Autores:	Guilherme Goulart Righetto Elizete Vieira Vitorino
Instituições dos autores:	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Financiamento da pesquisa:	-----
Demandas (necessidades de informação):	Apresenta apontamentos teórico-conceituais sobre as pessoas trans e a relação desta temática com a competência em informação, cujo objetivo é investigar quais são as necessidades de informação das minorias sociais caracterizadas como pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis, em específico, neste cenário) e que podem se constituir no ponto de partida para o desenvolvimento da competência em informação destas.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	Pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória e do tipo documental e bibliográfica. A coleta, o tratamento e a análise dos dados tiveram enfoque qualitativo e fenomenológico, pois viabilizou uma aproximação com a experiência do outro e a compreensão do fenômeno. Os resultados parciais reafirmam o paradigma social desta ciência e o papel da competência em informação para minimizar a vulnerabilidade social na sociedade da informação e do conhecimento, especialmente às pessoas trans.
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Trans; Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis.
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	---
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	---
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas. Objetivos: investigar a competência em informação de minorias sociais a partir das necessidades de informação das pessoas trans da região de Florianópolis Conceitos utilizados: competência em informação, minoria, pobreza de informação e comunicação, acesso à informação
Resumo e palavras-chave	Apresenta apontamentos teórico-conceituais sobre as pessoas trans, sendo as que perpassam a “condição” homem/masculino e mulher/feminina ao não se auto-identificarem com seu sexo biológico de nascença, e a relação desta temática com a competência em informação, os quais fazem parte da pesquisa de mestrado, já qualificada, no Programa de PósGraduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina, cujo objetivo é investigar a competência em informação de minorias sociais a partir das necessidades de informação das pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. Para alcançar tal objetivo, se pretende caracterizar a competência em informação por meio da literatura da Ciência da Informação e também nas narrativas destas pessoas como fator de emancipação cognitiva. Este trabalho se refere à fase de revisão de literatura. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória e do tipo documental e bibliográfica. A coleta, o tratamento e a análise dos dados terão enfoque qualitativo e

fenomenológico, pois viabiliza uma aproximação com a experiência do outro e a compreensão do fenômeno. Os resultados parciais reafirmam o paradigma social desta ciência e o papel da competência em informação para minimizar a vulnerabilidade social na sociedade da informação e do conhecimento, especialmente às pessoas trans.

Palavras-Chave: Competência em Informação; Pessoas Trans; Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis; Necessidades de informação; Minorias Sociais.

2018

Formulário de análise dos artigos levantados (Etapa de leitura seletiva)	
Anais do Enancib:	GT3
Modalidade:	Comunicação Oral
Referência do artigo:	RIGHETTO, G. G.; VITORNINO, E. V. Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina. 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1011/1509
Número do artigo:	29
Autores:	Guilherme Goulart Righetto Elizete Vieira Vitorino
Instituições dos autores:	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Financiamento da pesquisa:	-----
Demandas (necessidades de informação):	Necessidades de informação das pessoas trans a partir das entrevistas narrativas expostas pelos aspectos fenomenológicos informacionais, da vulnerabilidade social e da resiliência.
Ações (metodologias) de competência em informação utilizadas:	A partir do levantamento bibliográfico confeccionado, utilizou-se da entrevista narrativa como elemento principal de coleta de dados. As narrativas colhidas foram compostas por cinco participantes e objetivada em fins qualitativos. A entrevista foi realizada em uma organização não-governamental que atua na garantia de direitos, da promoção de saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas TLGB (Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais). As narrativas obtidas descreveram as necessidades de informação das pessoas trans pelos aspectos informacionais, da vulnerabilidade social e da resiliência. Estes aspectos expressaram as características do fenômeno estudado e identificaram a situação de vulnerabilidade das pessoas trans na sociedade brasileira e, paralelamente, mostraram a autonomia e a competência em informação “desenvolvida” às avessas pela quase total ausência de apoio externo (em termos de políticas públicas) e a precariedade de pesquisas, iniciativas e práticas profissionais que envolvam a competência em informação, a Ciência da Informação e as questões de gênero.
Uso de TIC durante a mediação:	Não
Grupos sociais identificados como minorias sociais:	Trans; Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis.
Perspectiva analítica orientada ao social e à produção de protagonismo (que tipo de protagonismo):	Protagonismo social
Perfil dos profissionais e organizações envolvidas:	-----
Obra (tema, objetivos e conceitos utilizados):	Tema: Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina Objetivos: Compreender a competência em informação de minorias sociais, com foco nas pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina, como alicerce para o desenvolvimento desta metacompetência na população em estudo Conceitos utilizados: competência em informação voltada às minorias sociais, especialmente às pessoas trans; as necessidades de informação e os aspectos macro e micro inerentes à população, incluindo aspectos sobre inclusão e exclusão social, cidadania, direitos sexuais como expressão de direitos humanos, vulnerabilidade social, minorias sociais.
Resumo e palavras-chave	Resumo: Contempla os principais resultados da pesquisa de Mestrado intitulada “Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina”, defendida em fevereiro de 2018 no

	<p>programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Enfatiza a situação de vulnerabilidade social e de informação, estigma e preconceito vivenciados pelas pessoas trans da referida região, por meio de cinco narrativas. Os resultados foram obtidos posteriormente ao aceite do Comitê de Ética da UFSC e a amostra foi escolhida aleatoriamente pelo vínculo dos participantes com a Associação dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), situada em Florianópolis, SC. O estudo constituiu-se em abordagem qualitativa, exploratória e do tipo documental e bibliográfica. A coleta, o tratamento e a análise dos dados tiveram ênfase fenomenológica, buscando a aproximação com a experiência do outro. Os dados foram analisados com base no método fenomenológico de Sanders (1982). Inferiu-se, a partir da literatura investigada, que o desenvolvimento da competência em informação ocorre por meio de práticas empíricas que propiciem a condição real de cidadania, bem como o protagonismo social, o empoderamento, a liberdade e a emancipação para se construir uma sociedade mais justa. As narrativas das pessoas trans da região de Florianópolis revelam que o fenômeno estudado pode ser percebido sob os seguintes aspectos: informacionais, em contexto social; da vulnerabilidade social, em detrimento dos aspectos informacionais; e da resiliência. O Quadro de Avaliação IL (InformationLiteracy) (adaptado de UNESCO, 2013) foi utilizado com o objetivo de enfatizar a vulnerabilidade social dos participantes da pesquisa em esfera social, institucional e individual. Os resultados salientam a presença da continuidade dos estudos e da amplitude das temáticas abordadas na competência em informação e na área da Ciência da Informação.</p> <p>Palavras-Chave: Competência em informação; Pessoas trans; Minorias sociais; Vulnerabilidade social.</p>
--	---